



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/n° – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Paranaguá

Setembro/2022



SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO.....	5
1.1. Histórico.....	5
1.2. Quadro de atos.....	6
1.2.1. Anexo	
1.3. Biografia do patrono.....	21
1.4. Organização escolar.....	24
1.5. Estudos da realidade.....	26
2. FINS E OBJETIVOS.....	26
2.1. Concepções.....	27
2.2. Concepções pedagógica, filosófica e psicológica.....	40
2.3. Concepção de avaliação integral da criança, na Educação Infantil e Ensino Fundamental.....	42
2.3.1. Concepção pedagógica da Educação Infantil.....	45
2.3.2. História da Educação Infantil.....	50
2.3.3. História da Educação Infantil em Paranaguá.....	53
2.4. Concepção Pedagógica do Ensino Integral.....	54
2.4.1. Dos princípios e objetivos.....	61
2.4.2. Matrícula e transferência.....	62
2.4.3. Da organização curricular.....	64
2.4.4. Da frequência e avaliação.....	69
2.4.5. Do profissional de educação que atuará na instituição de ensino.....	70
3. Diagnóstico e definição de metas.....	71
3.1. Eixos de aprendizagem.....	72
3.1.1. Síntese de resultados do processo ensino-aprendizagem.....	72
3.1.2. Ações de apoio pedagógico e ações de inclusão.....	73
3.1.3. Análise de avanços e dificuldades.....	74
3.1.4. Proposta de ações para o ano corrente.....	75
3.1.5. Projetos pedagógicos.....	76
3.1.6. Articulação da Educação Infantil.....	79



3.1.7. Articulação da Educação Infantil.....	82
3.2. Eixo gestão de recursos humanos, físicos, materiais e financeiros.....	83
3.2.1. Levantamento de ações que potencializam recursos para criação de condições necessárias para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, a exemplo das formações continuadas oferecidas pela rede municipal.....	83
3.2.2. Análise de avanços e dificuldades.....	90
3.2.3. Descrição do espaço físico, instalações e equipamentos, resguardadas as especificidades etárias das crianças da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.....	92
3.2.4. Propostas de ação para o ano corrente.....	96
3.3. Eixo - democrático e participativo.....	97
3.3.1. Integração escola e comunidade.....	98
3.3.2. Projetos e parcerias.....	99
3.3.3. Instituições auxiliares: AMPF, Conselho Escolar e Grêmio Estudantil.....	102
3.4. Eixo de formação.....	104
3.4.1. Diagnóstico e plano de formação continuada.....	104
3.4.2. Formação continuada para professores e funcionários.....	105
4. ORGANIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO.....	106
4.1. Quadro geral de funcionários.....	106
4.2. Quadro de horários da equipe docente e hora atividade.....	109
4.3. Quadros de turnos e classes.....	110
4.4. Currículo Municipal da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação Especial.....	111
4.5. Quadro da organização de todos os grupos de crianças da educação infantil, indicando o período, a quantidade de alunos e professores.....	112
4.6. Quadro do horário das turmas por turno.....	112



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/n° – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



4.7. Quadro de utilização da quadra, de laboratórios e outros espaços pedagógicos.....	113
4.8. Plano de atividades a serem desenvolvidas nos espaços pedagógicos, em áreas verdes e recreio.....	114
5. AVALIAÇÃO.....	115
5.1. Avaliação pedagógica.....	118
5.2. Proposta de recuperação de estudos.....	120
5.3. Aceleração de estudos.....	121
5.4. Avaliação institucional.....	121
5.5. Avaliação dos profissionais.....	125
5.6. Proposta com objetivos, metas, ações, cronograma, espaço, responsabilidade e parcerias.....	126
6. CALENDÁRIOS.....	133
6.1. Calendário escolar.....	133
6.2. Calendários da APMF e conselho deliberativo fiscal e conselho escolar.....	134
6.3. Prestação de contas.....	135
6.4. Regime de funcionamento da educação infantil de acordo com o calendário.....	135
7. REFERÊNCIAS.....	136



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Município: Paranaguá - Código: 1840

Instituição: Escola Municipal "Dr. Aníbal Ribeiro Filho".

Código INEP: 41.140.400

SAE: 00946

E-mail da instituição: escanibalribeiro@hotmail.com

Endereço: Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari

Telefones: (41) 3420-2991/(41) 3420-2741

Nome da Equipe Pedagógica:

Nilza Maria de Almeida Bonaldi – Diretora – nilzamariabonaldi@hotmail.com

Maristela Pinto Fabiano – Pedagoga Coordenadora –
maristela1@yahoo.com.br

Adenilson Ferreira de Abreu – Pedagogo Coordenador – adenil-
sonf.abreu@gmail.com

Flávia Christina Montalvão Oliveira – Pedagoga Orientadora – fla-
via_montalvao12@hotmail.com

Dependência Administrativa: SEMEDI – Secretaria Municipal de Educação e
Ensino Integral

Entidade Mantenedora: Prefeitura Municipal de Paranaguá.

Nº do Decreto de Criação da Instituição de Ensino: Dec. nº 1260 de 28/07/1988

Nº da Resolução de Autorização da Instituição de Ensino: Res. nº 078/11 –
D.O.M. 04/11/2011.

1.1. HISTÓRICO

A Escola Municipal "Dr. Aníbal Ribeiro Filho" – Educação Infantil e Ensino Fundamental é uma instituição de ensino pertencente a rede pública municipal, localizada na Avenida Tóquio s/nº, no Parque Agari, zona urbana na cidade de Paranaguá. Foi fundada em 29 de julho de 1988, pelo então Sr. Prefeito Municipal Dr. Waldir Salmon, atendendo à solicitação dos moradores desta região e vizinhança. Foi a primeira escola a ser construída nesta localidade. De



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



acordo com o decreto de criação do Sr. Prefeito Municipal Nº 1260 de 28/07/1988, a escola está autorizada a funcionar pela (SEED) Secretaria de Estado de Educação pela Resolução Nº 3615/06 de 31/12/2006. O nome da escola foi escolhido em homenagem ao cidadão ilustre da cidade, o Doutor Aníbal Ribeiro Filho, que foi membro do Conselho Municipal de Cultura de Paranaguá, diretor da Sociedade Amigos da Música e Presidente por dez anos do Centro de Letras Leôncio Correia. Em 1967 exerceu clínica particular em todo Litoral paranaense, mas também fez muitos atendimentos gratuitos ao Asilo dos Velhos, Lar Hercília de Vasconcelos, Asilo São Vicente de Paulo e da antiga Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá. O Doutor Aníbal faleceu em 23 de junho de 1988, dias antes da inauguração deste estabelecimento de ensino que muito se orgulha de levar seu nome como patrono. No ano de sua fundação haviam quatro salas de aula. Em 1995, a escola foi ampliada com mais duas salas de aula. Em fevereiro de 2001, a ampliação de mais quatro salas de aula e neste mesmo início de ano foi autorizada a implantação da Educação Infantil e Ensino Especial. Em janeiro de 2005, a escola denominou-se Escola Municipal Integral "Dr. Aníbal Ribeiro Filho" Educação Infantil e Ensino Fundamental. Também em 2005 iniciou-se a ampliação e reforma da escola ficando com refeitório, cozinha industrial, auditório, 16 salas de aula, 24 banheiros, lavabo, sala dos professores, consultório psicológico e odontológico, cuja inauguração realizou-se no dia 02 de agosto do ano de 2006. A partir de julho de 2016, a professora Noemi de Oliveira Lacerda, assume a direção após eleição direta de pais e funcionários.

Em fevereiro de 2019, assumiu a direção da Escola Municipal "Dr. Aníbal Ribeiro Filho" a professora Nilza Maria de Almeida Bonaldi.

1.2. QUADRO DE ATOS

Autorizações de Funcionamento.

Para a efetivação da proposta da escola são seguidas as determinações das leis vigentes:



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (EC no 26/2000, EC nº 64/2010 e EC nº 90/2015)

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206, Inciso I, igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Art. 208, Inciso I, educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; Inciso III, atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino e Inciso IV, educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;

Art. 229, Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, LEI Nº 8.069/90

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, lhes assegurando:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - direito de ser respeitado por seus educadores;



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

Art. 55. Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.

CÓDIGO PENAL, LEI Nº 2848/40

Art. 246 - Deixar, sem justa causa, de prover à instrução primária de filho em idade escolar: Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.

LDB 9394/96

Resolução CNE/CEB nº 04/10 Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

DELIBERAÇÃO COMED 02/2009

Estabelecem normas relativas à definição do Calendário escolar para os estabelecimentos de Ensino da Educação Infantil e de Ensino Fundamental das séries iniciais do Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá e dá outras providências.

EDUCAÇÃO INFANTIL

DELIBERAÇÃO COMED Nº 03/2009

Normas para a Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá/PR, para a Autorização de Funcionamento, de Renovação da Autorização de Funcionamento e de Cessação das Atividades Escolares.



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



ENSINO FUNDAMENTAL

DELIBERAÇÃO COMED Nº 02/2010

Estabelece normas para criação, autorização de funcionamento, renovação da autorização de funcionamento, verificação, cessação de atividades escolares de estabelecimentos municipais do Ensino Fundamental, e de Experiência Pedagógica do Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá, Estado do Paraná.

DELIBERAÇÃO COMED Nº 03/2010

Normas para a elaboração do Projeto Político Pedagógico dos Estabelecimentos Municipais do Ensino Fundamental que compõem o Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá, Estado do Paraná.

DELIBERAÇÃO COMED Nº 04/2010

Normas para a elaboração dos Regimentos Escolares dos Estabelecimentos de Ensino que compõem o Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 01/00

Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 03/10

Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância.

DELIBERAÇÃO CEE/PR - 05/10

Estabelece Normas para a Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental e Médio do Sistema de Ensino do Paraná



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/n° – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



ENSINO INTEGRAL

DELIBERAÇÃO COMED N.º05/2010

Diretrizes Operacionais para o Ensino em Tempo Integral do Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá/PR.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 04/09

Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

DELIBERAÇÃO CEE/PR Nº 02/03

Normas para a Educação Especial, modalidade da Educação Básica para alunos com necessidades educacionais especiais, no Sistema de Ensino do Estado do Paraná.

Anexo I da deliberação nº 01/2017



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



Anexo da Deliberação do COMED



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



PROCESSO Nº 01/2017

DELIBERAÇÃO COMED/PGUÁ N.º 01/2017 APROVADO EM 20/12/2017

CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA/CÂMARA DE LEGISLAÇÃO E NORMAS

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL

MUNICÍPIO: PARANAGUÁ

ASSUNTO: NORMAS PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO INTEGRADAS AO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE PARANAGUÁ/PARANÁ.

RELATORA: JOSIANA RIBEIRO VERNIZI

O Conselho Municipal de Educação de Paranaguá, Órgão colegiado do Sistema Municipal de Ensino, com funções normativa, deliberativa, consultiva, fiscalizadora, propositiva, mobilizadora, controle social e de assessoramento aos demais órgãos e instituições, de acordo com suas atribuições, conferidas pela Lei Municipal Nº 2759 de 29/05/2007, alterada pela Lei Nº 3490 de 18/09/2015 e considerando a Portaria Nº 03/2017 de 25/10/2017, definidas pelas Câmaras de Educação Básica e de Legislação e Normas,

DELIBERA:

CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS E DA ELABORAÇÃO

Art. 1º Os Projetos Político-Pedagógicos das instituições de ensino que compõem o Sistema Municipal de Ensino, serão elaborados contemplando os aspectos contidos na presente Deliberação.

Terminal Urbano "Daniel Bini" - Praça Almirante Tamandaré - Sala 02
Centro Histórico – CEP 83.203- 220
Fone (41) 3420-6061
Email: comed.paranagua@gmail.com





Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



Anexo da Resolução de Autorização de Funcionamento da Instituição



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 3.067/88

Fis.: 07
NRE

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 1264/88, nos termos da Lei Federal nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 e das Deliberações 30/80 e 51/82, do Conselho Estadual de Educação,

R E S O L V E

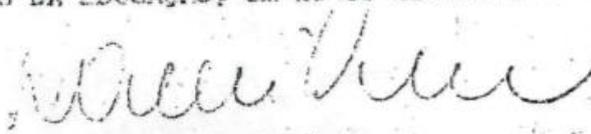
Art. 1º - Fica autorizada a funcionar nos termos da legislação vigente, a ESCOLA MUNICIPAL DR. ANÍBAL RIBEIRO FILHO - ENSINO DE 1º GRAU, com sede na Vila Agari, do Município de Paranaguá, mantida pela Prefeitura Municipal.

Art. 2º - A autorização de funcionamento de que trata o artigo anterior, é concedida pelo prazo de dois (2) anos, a partir do corrente ano letivo, para ministrar o ensino das quatro (4) primeiras séries do 1º Grau.

Art. 3º - Decorrido o prazo de funcionamento estipulado no Art. 2º, a Escola deverá solicitar a sua prorrogação nos moldes previstos na Deliberação 30/80, do Conselho Estadual de Educação.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. *MD*

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, em 29 de setembro de 1988.


Otaviano Fabbri Ferraz
DIRETOR GERAL

(Ref/ Protoc. 517700-6/88)



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



Anexo da Resolução de Autorização de Funcionamento da Educação Infantil

**GOVERNO DO
PARANÁ**

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 3.538/2000

O **DIRETOR GERAL EM EXERCÍCIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 900/99 de 25 de fevereiro de 1999, considerando o disposto nas Deliberações 03/99, 04/99 ambas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer nº 1945/00 da **COORDENAÇÃO DE ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO**,

RESOLVE

ART.1º AUTORIZAR o funcionamento da Educação Infantil na **ESCOLA MUNICIPAL DR. ANIBAL RIBEIRO FILHO - ENSINO FUNDAMENTAL**, situada na Av. Tokio, s/nº, do Município e NRE de **PARANAGUA**, mantida pela Prefeitura Municipal.

§ 1º A autorização ora concedida é pelo prazo de 03 (três) anos, com implantação a partir do início do ano letivo de 2000.

§ 2º O Estabelecimento de Ensino deve solicitar a prorrogação 120 (cento e vinte) dias antes do término do prazo citado no parágrafo anterior.

§ 3º Em decorrência do art.1º, o estabelecimento em tela passa a denominar-se **ESCOLA MUNICIPAL DR. ANIBAL RIBEIRO FILHO - EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**.

ART.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Laurení Martins Teixeira
Laurení Martins Teixeira
DIRETOR GERAL EM EXERCÍCIO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, em 27/11/00

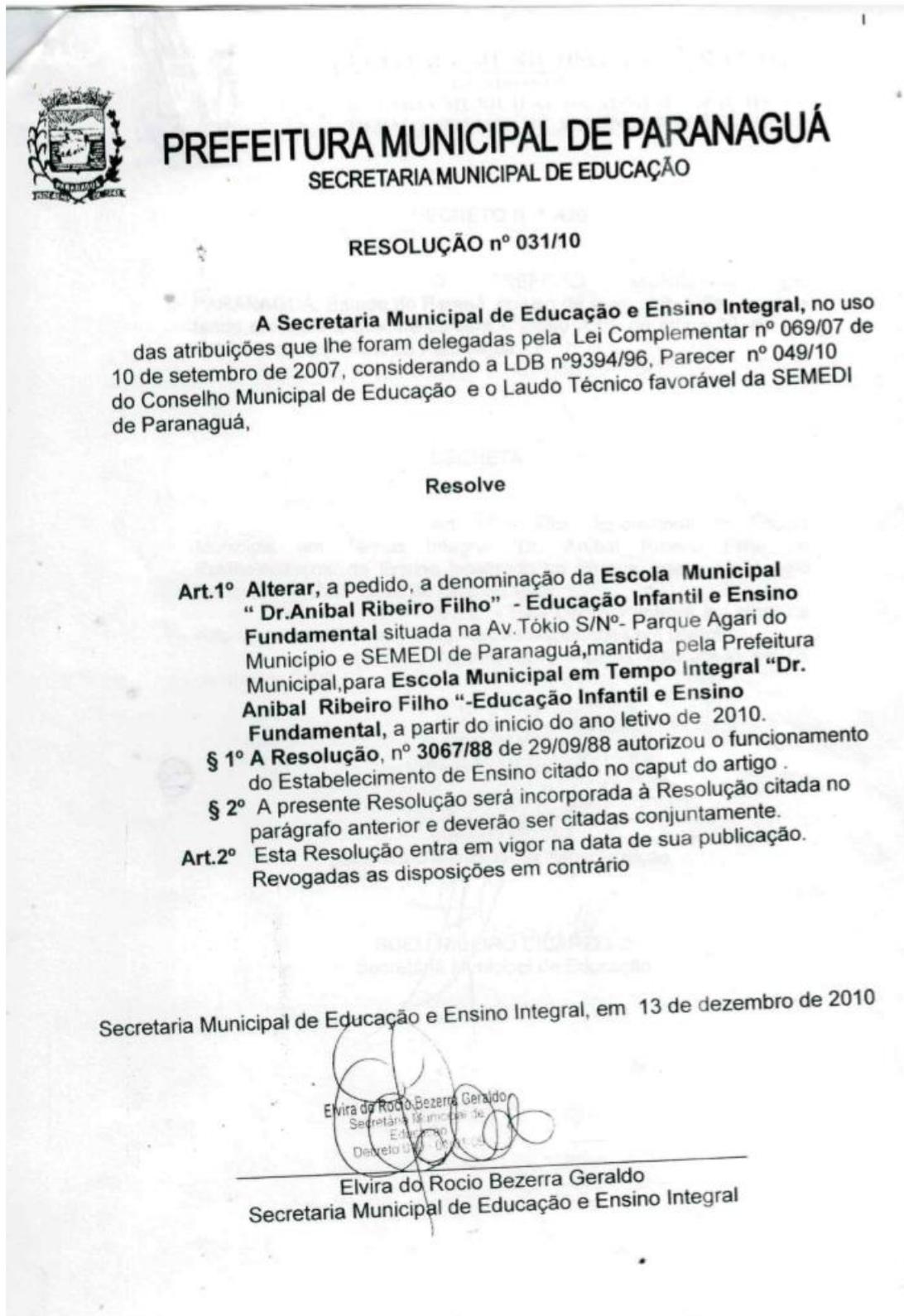
REF. AO PROT. Nº 4.612.033-7/00
MHT /JANA/ PARECER 1945/00



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/n° – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



Anexo da Resolução de Alteração de Denominação para Tempo Integral

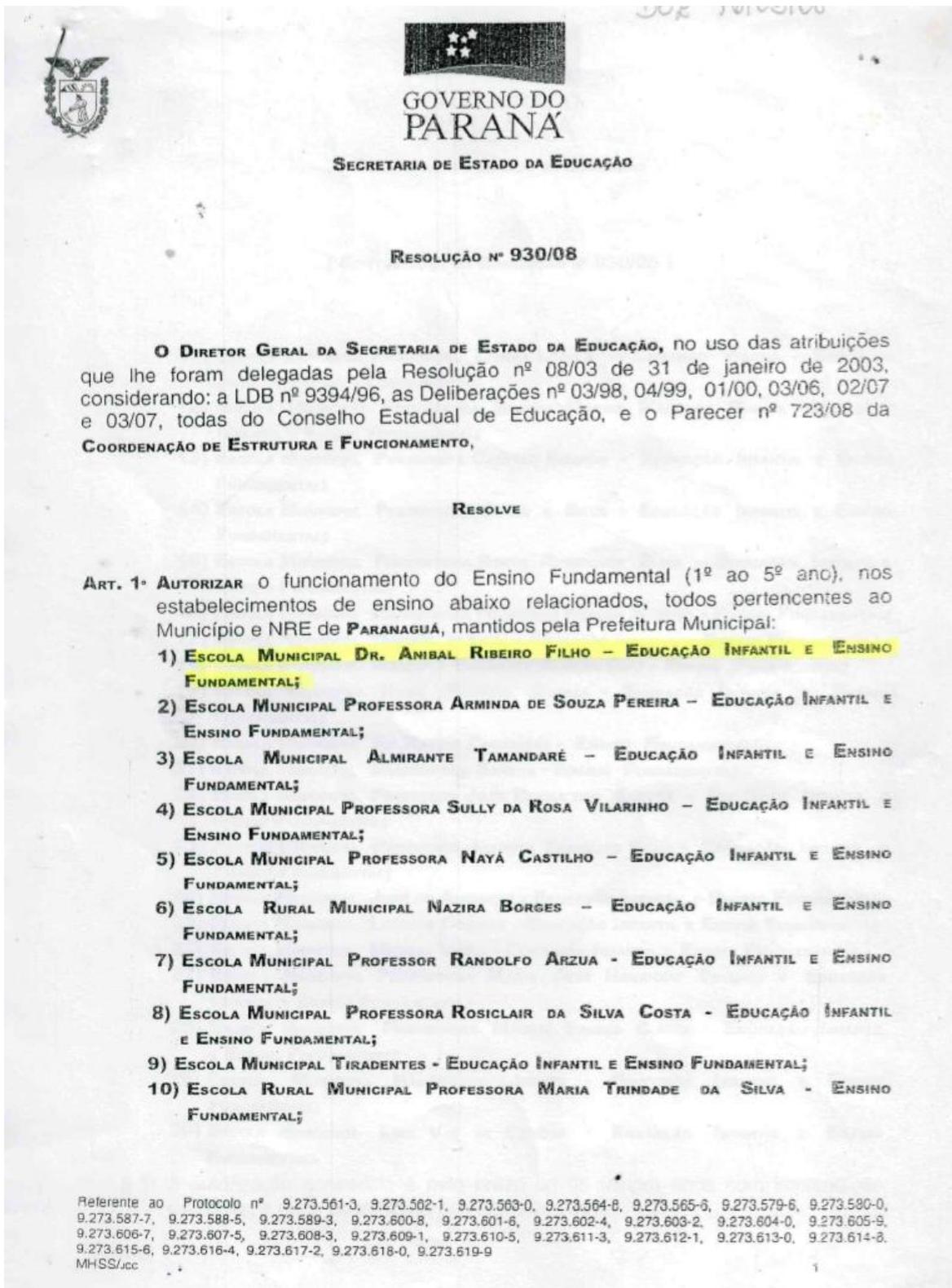




Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991

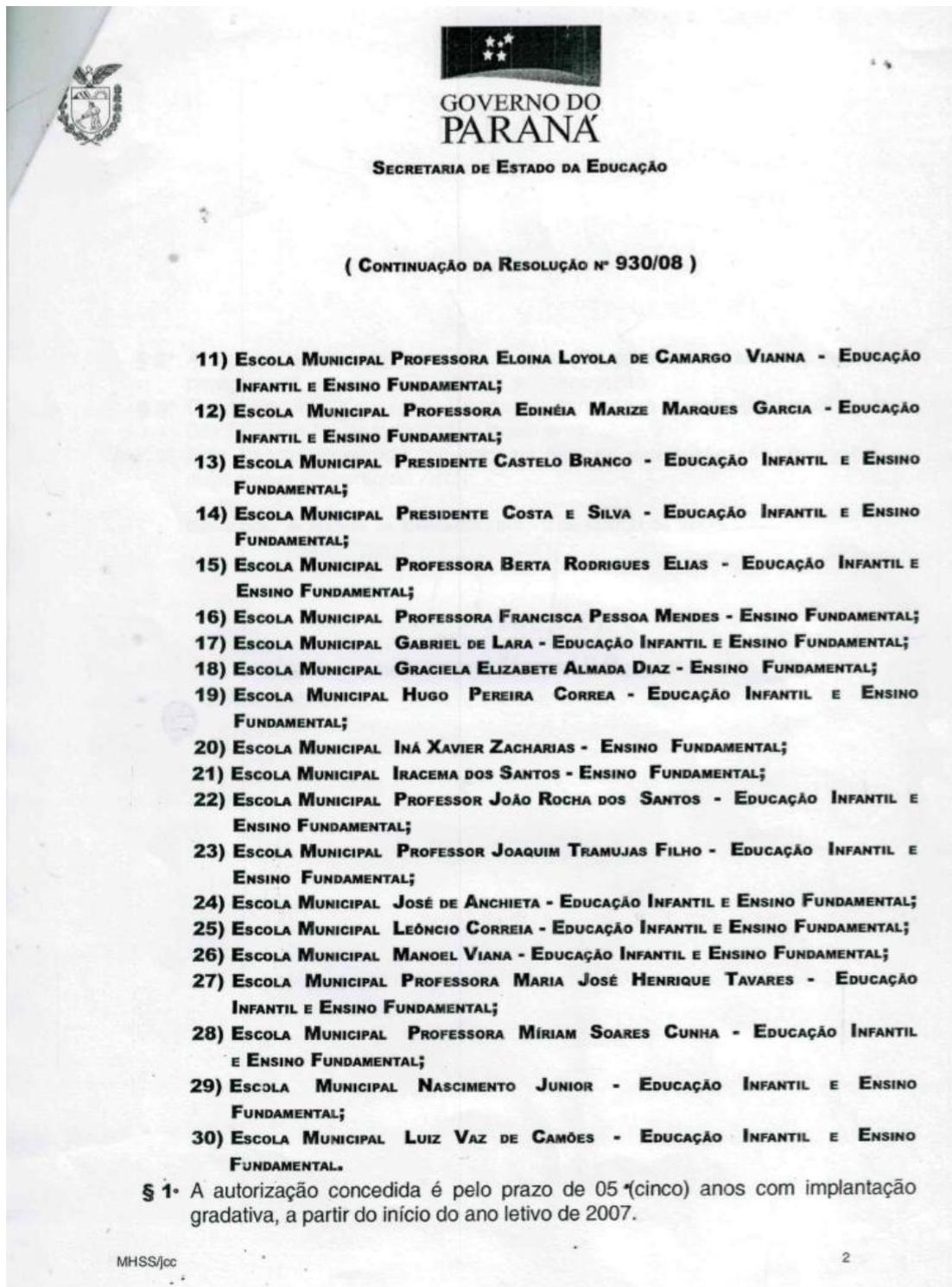


Anexo da Resolução de Funcionamento do Ensino Fundamental





Anexo da Resolução de Funcionamento do Ensino Fundamental





Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



Anexo da Resolução de Funcionamento do Ensino Fundamental


GOVERNO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

(CONTINUAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 930/08)

§ 2º Antes do término do prazo de autorização para funcionamento, citado no parágrafo 1º, solicitar à SEED/CEF sua renovação.

§ 3º Quando ocorrer a cessação da oferta autorizada, a Direção deverá oficializar à SEED/CEF a fim de formalizá-la legalmente.

ART. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. *mlb*

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, em 10 de março de 2008.


Janpier Gusso
ASSISTENTE TÉCNICO / D.G.

MHSS/jcc 3



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



Anexo da Resolução de Autorização de Funcionamento

Prefeitura Municipal de Paranaguá

<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/materia/0AC3F0C8>

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
RESOLUÇÃO Nº 026/2017

A **Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral**, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Lei Complementar 069/07 de 10 de setembro de 2007 considerando a LDB nº 9394/96, a Deliberação 02/10, Parecer nº 21/17 do Conselho Municipal de Educação e o Laudo Técnico da SEMEDI de Paranaguá.

Resolve

Art. 1º Renovar, até o final do ano letivo de 2018, o prazo da autorização para Funcionamento do Ensino Fundamental da **Escola Municipal em Tempo Integral "Dr. Aníbal Ribeiro Filho" - Educação Infantil e Ensino fundamental**, situada na Avenida Tóquio, s/nº - Parque Agari, no Município de Paranaguá, mantida pela Prefeitura Municipal de Paranaguá.

§ 1º Retificar a Resolução nº 078/11 - COMED/SEMEDI, publicada no diário oficial do município de 04/11/2011, em seu Art. 1º: a partir do ano letivo de 2011, para a partir do ano letivo de 2012 e o § 3º que cita o prazo encerrando a autorização de funcionamento ao final do ano letivo de 2015, para o final do ano letivo de 2016.

§ 2º A autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) foi concedido pela Resolução nº 930/08 de 16/05/2008 encerrando-se no final do ano letivo de 2011.

§ 3º A Direção deverá solicitar nova renovação no prazo de 120 (cento e vinte) dias antes de terminar o ano letivo de 2018, adequando-se à legislação vigente

§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta, oficializar à SEMEDI/COMED a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, 30 de novembro de 2017.

VANDECY SILVA DUTRA

Secretária Municipal de Educação e Ensino Integral
Decreto nº 10 em 01/01/2017.

Publicado por:
Edna Regina Albini Pereira
Código Identificador:0AC3F0C8

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 01/12/2017. Edição 1391

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



Anexo da Resolução de Autorização da Classe Especial

 
GOVERNO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

PROPOSTA Nº: 0748/2000-CELZ/DEED PROTOCOLO Nº: 4.368.012-9/00

RESOLUÇÃO Nº 1.389/2000

ASSOCIAÇÃO DE CLASSE, ESCOLA MUNICIPAL DR. ANÍBAL RIBEIRO FILHO – ENSINO FUNDAMENTAL

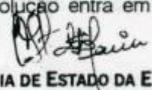
O **DIRETOR GERAL EM EXERCÍCIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 900/99 de 25 de fevereiro de 1999 e considerando a Lei nº 9394/96, a Deliberação nº 020/86 do Conselho Estadual de Educação e o Parecer nº 0748/2000 da **COORDENAÇÃO DE ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO**,

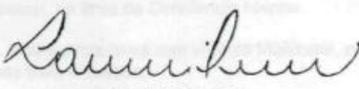
RESOLVE

ART. 1º Autorizar o funcionamento de 01 (uma) Classe Especial, área de Deficiência Mental, na **ESCOLA MUNICIPAL DR. ANÍBAL RIBEIRO FILHO – ENSINO FUNDAMENTAL**, mantida pela Prefeitura Municipal, situada na Avenida Tóquio, s/nº, do Município e NRE de **PARANAGUÁ**.

PARÁGRAFO ÚNICO. A autorização para funcionamento é a partir da data da presente Resolução.

ART. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, em 03/05/00


Laurení Martins Teixeira
DIRETOR GERAL EM EXERCÍCIO

REF. Ao PROT. Nº: 4.368.012-9/00
MHT / @LEX / PARECER Nº 0748-2000



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



Anexo da Resolução de Autorização de Funcionamento da Sala de Recurso Multifuncional

Prefeitura Municipal de Paranaguá <http://www.diariomunicipal.com.br/amp/materia/98D6D4E>

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
RESOLUÇÃO Nº 014/2018

A **Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral**, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Lei Complementar 069/07 de 10 de setembro de 2007 considerando a LDB nº 9394/96, a Deliberação 02/2014 Parecer nº 13/18 do Conselho Municipal de Educação e o Laudo Técnico favorável da SEMEDI de Paranaguá.

Resolve

Art. 1º Autorizar o funcionamento de 01 (uma) Sala de Recurso Multifuncional - SRM - Tipo 1 - para oferta do Atendimento Educacional Especializado - AEE, na **Escola Municipal em Tempo Integral "Dr. Aníbal Ribeiro Filho" - Educação Infantil e Ensino Fundamental**, situada na Avenida Tóquio, s/nº, no Município de Paranaguá, mantida pela Prefeitura Municipal de Paranaguá.

§ 1º A autorização de funcionamento é concedida para atendimento do Ensino Fundamental (anos iniciais), a partir do ano letivo de 2013.

§ 2º A Direção deverá solicitar nova renovação no prazo de 120 (cento e vinte) dias antes de terminar o ano letivo de 2018, adequando-se à legislação vigente.

§ 3º Quando ocorrer a cessação da oferta, oficializar à SEMEDI/COMED a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, em 06 de abril de 2018.

VANDECY SILVA DUTRA
Secretária Municipal de Educação e Ensino Integral
Decreto nº 10/17 em 01/01/2017.

Publicado por:
Tenile Cibele do Rocio Xavier
Código Identificador:98D6D4E2

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 12/04/2018. Edição 1483
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/n° – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



1.3. BIOGRAFIA DO PATRONO

Nascido em Paranaguá, no dia 07 de fevereiro de 1.906, filho de Aníbal Ribeiro e dona Albertina Soares Ribeiro, casou-se em 1.906 com Dona Paulina Rocha do Amaral Ribeiro, teve dessa união, duas filhas: Hilda falecida criança e Vera Beatriz, casada com o Sr. Orlando Langowski, tendo dois netos: Gustavo e André.

Cursou Primeiras Letras no "Colégio São José" (1.912 a 1.915). Completou o curso primário no colégio Paroquial "Nossa Senhora do Carmo dos Irmãos Carmelitas". Foi aluno da velha educadora Mariquinha Teodora e frequentou o curso preparatório do Professor Eugênio Condessa em 1.919, todos em Paranaguá.

De 1.920 a 1.924, fez o curso ginásial no Colégio Salesiano "Santa Rosa" em Niterói. Em 1.925 matriculou-se na faculdade de medicina da Universidade do Rio de Janeiro, onde se diplomou em 1.930.

ATIVIDADES PROFISSIONAIS

Em 1.931, médico diretor do departamento de higiene municipal do Paraná durante dois anos. Em 1.932, médico do mutualismo da estrada de ferro São Paulo Rio Grande, em Paranaguá. Em 1.934, médico da Caixa de Aposentadoria dos Ferroviários. De 1.934 a 1.942, médico da Santa Casa de Paranaguá, sendo seu Diretor Clínico. De 1.942 a 1.952, médico do Instituto de aposentadoria dos empregados em transportes e cargas e chefe do serviço médico por vários anos. Durante esse período foi médico ainda no Instituto dos bancários, do Instituto dos marítimos e da Federação dos Pescadores, prestando serviços desde 1.932. Foi médico do Instituto de aposentadoria dos Ferroviários e empregados em serviços públicos (IAPFESP), até 1.967 quando se aposentou. Exerceu clínica particular em Paranaguá, Morretes, Antonina e toda zona do litoral. Como médico particular prestou serviços gratuitos ao Asilo São Vicente de Paulo, Lar Hercília de Vasconcelos, Asilos dos velhos de Paranaguá e sala do Banco da Santa Casa de Misericórdia. Prestou serviços não remunerados à 5ª Região Militar, compondo a equipe médica para as inspeções de



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



Saúde dos inscritos convocados para o serviço Militar, bem como dos candidatos ao Tiro de Guerra 99. Prestou serviços não remunerados aos policiais Civis e Marítimos, auxiliando em exames periciais.

ATIVIDADES SOCIAIS, CULTURAIS E CIENTÍFICAS

Sócio fundador do “Clube dos Vintes”, do Clube Olímpico, onde ocupou cargos de Diretoria; do Centro Médico de Paranaguá, da Sociedade Amigos de Paranaguá, sendo membro da Comissão Organizadora e do Centro de Letras “Leôncio Correia” de Paranaguá, do qual foi presidente por 10 anos.

Sócio fundador do Centro Cultural Luso-Brasileiro, do qual foi vice-presidente.

Sócio fundador da Aliança Francesa (Secção de Paranaguá), onde ocupou cargo de Diretoria.

Sócio fundador do Instituto Histórico de Antonina.

Sócio fundador do Instituto Histórico de Ponta Grossa.

Sócio da Associação Médica do Paraná, tendo sido por duas vezes presidente da Regional do Litoral.

Sócio do Clube Literário de Paranaguá, do qual foi Diretor Social (1.942-1.944) e presidente (1.946-1.948).

Sócio do Instituto Histórico de Paranaguá, onde ocupou vários cargos de Diretoria, sendo Diretor do Museu Histórico da cidade.

Foi membro do Conselho Municipal de Cultura de Paranaguá, nomeado por decreto para um mandato de seis anos, tendo sido seu vice-presidente e presidente. Sócio dos Amigos da música, de Paranaguá, onde ocupou cargo de Diretoria. Membro da Comissão de Folclore do Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá, pertencente à Universidade do Paraná. Foi sócio do Paranaguá Country Clube do Grêmio.

OUTRAS ATIVIDADES

Militou na política nos tempos do (Velho Partido Republicano do Paraná), tendo participado do Diretório do mesmo e recusando a indicação do seu nome



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/n° – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



para Deputado Estadual pela impossibilidade de abandonar seus trabalhos profissionais.

Exerceu o magistério, lecionando francês no curso de Madureza do Colégio Paroquial.

Apaixonado por línguas dedicou-se a estudos de Alemão, Francês, Italiano, japonês e Espanhol, motivos que contribuíram para um melhor relacionamento humano na profissão médica, nas leituras e nas viagens.

INSTITUIÇÕES CULTURAIS AS QUAIS PERTENCEU

Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, Instituto Histórico Geográfico Paranaense e Etnográfico Paranaense, Instituto Histórico e Geográfico de Antonina, Instituto Histórico e Geográfico de Ponta Grossa, Centro de Letras "Leôncio Correia" de Paranaguá, Centro de Letras do Paraná, Academia "José de Alencar" de Curitiba, União dos Trovadores do Brasil e Sociedade de Escritores Médicos do Brasil, filiada à Sociedade Internacional com sede em Paris.

TÍTULOS QUE POSSUIU

Sócio Benfeitor do Clube Republicano de Paranaguá.

Sócio Benemérito do "Clube Literário" de Paranaguá.

Diretor Perpétuo do Museu do Instituto Histórico.

OBRAS PUBLICADAS

Conceito Social e Influência Regional de Paranaguá nos primórdios do Século XVIII- Conferência feita no curso de extensão Universitária, da Faculdade de Filosofia de Paranaguá- editado em 1.965.

"Paranaguá na História de Portugal" (1.648-1.822) – História – editado em 1.967 "poesias" - Coletânea de Sonetos e Poemas, editado em 1.968. "História do Clube Literário". – Um Século de Tradição – I Centenário (1.872-1.972) - editado em 1.972. "D. Pedro II em Paranaguá" – em comemoração ao sesquicentenário de "D. Pedro I – editado em 1.975. "A Família Imperial Brasileira" – em comemoração ao sesquicentenário de D. Pedro II- Editado em 1.975. "História de Nossa Senhora do Rocio" - (Lendas, tradição, história e culto de tricen-



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



tenária devoção Paranaense) – editado em 1.977. “O Mais Belo Verso Brasileiro” - Separata da revista nº 03 do Centro de Letras de Paranaguá – 1.977.

Obras inéditas: “Notas de Viagens”, “Discursos e Palestras” “O Pelourinho de Paranaguá” (Contribuição à História de Paranaguá” – 1.860-1977). Complemento aos trabalhos de Romário Martins (1.860-1.907) e de Osvaldo Piloto (1.860-1.947).

Além de inúmeras conferências e discursos sobre religião, filosofia, história, literatura e Folclore em publicações distribuídas.

1.4. ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO OFERTADO POR ESTA INSTITUIÇÃO

- (x) Educação Infantil
- (x) Ensino Fundamental 1º ao 5º ano
- () Ensino Fundamental 6º ao 9º ano
- () Educação de Jovens e Adultos Ensino Fundamental – FASE I
- () Educação do Campo
- (x) Ensino Integral
- (x) Educação Especial

A Escola Municipal “Dr. Aníbal Ribeiro Filho”, atende nos seguintes horários:

Ensino Regular:

- 07h30min às 11h30min (Período Matutino)
- 13h30min às 17h30min (Período Vespertino)

Ensino Integral:

- 07h30min às 16h30min

Ensino de Jovens e Adultos (EJA):

- 19h às 22h (Período Noturno).

Sendo um total de 14 turmas no período matutino com 1 professor regente para cada turma e 5 corregentes, 1 professor de Educação Física e 1 turma de AEE com 1 professor.



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



Período vespertino com um total de 9 turmas no Ensino Regular com 1 professor regente em cada turma e 3 corregentes, 4 turmas no Período Integral com 1 professor em cada turma, 1 professor de Educação Física e 1 turma de AEE com 1 professor e 1 Classe Especial com 1 professor.

PERÍODO MATUTINO			
ANO	TURMA	NÚMERO DE ALUNOS	INCLUSÃO
Pré	A	11	–
Pré	B	10	–
1º ano	A	22	–
2º ano	A	17	–
3º ano	A	22	–
4º ano	A	20	–
4º ano	B	20	–
4º ano	C	19	–
4º ano	D	19	1
5º ano	A	16	–
5º ano	B	17	–
5º ano	C	16	–
5ª ano	D	17	–
Classe Especial		4	–
A.E.E	A	8	–
PERÍODO VESPERTINO			
ANO	TURMA	NÚMERO DE ALUNOS	INCLUSÃO
Pré	C	12	–
Pré	D	11	–
1º ano	B	20	–
1º ano	C	20	–
1º ano	D	20	–
2º ano	B	17	–
2º ano	C	16	–



3º ano	B	22	–
3º ano	C	21	–
Integral	A	20	–
Integral	B	17	–
Integral	C	24	–
Integral	D	19	–
A.E.E	B	4	–
Classe Especial	A	5	–

1.5. ESTUDOS DA REALIDADE

LOCALIZAÇÃO FÍSICA DA ESCOLA:

A escola está localizada em um bairro residencial, mas também possui muitos comércios como: lojas, supermercados, lotérica, farmácias, academias e posto de combustível. Possui além dos comércios posto de saúde, escolas, Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), Corpo de Bombeiros e Guarda Municipal.

2. FINS E OBJETIVOS

O Projeto Político e Pedagógico estabelecerá as concepções a partir das quais as ações da instituição de Ensino serão desenvolvidas. Os princípios que devem nortear a escola democrática, pública e gratuita está contida na LDB em seu Art. 3º, diz que o ensino será ministrado com base em: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância; coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; valorização do profissional da educação escolar; gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; garantia de padrão de qualidade;



valorização da experiência extra vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais e consideração com a diversidade étnico-racial.

2.1. CONCEPÇÕES

Concepções da criança

A Educação infantil sofreu grandes transformações nos últimos tempos. O processo de aquisição de uma nova identidade para as instituições que trabalham com crianças foi longo e difícil. Durante esse processo surge uma nova concepção de criança, totalmente diferente da visão tradicional. Se por séculos a criança era vista como um ser sem importância, quase invisível, hoje ela é considerada em todas as suas especificidades, com identidade pessoal e histórica. Essas mudanças originaram-se de novas exigências sociais e econômicas, conferindo à criança um papel de investimento futuro, esta passou a ser valorizada, portanto o seu atendimento teve que acompanhar os rumos da história. Sendo assim, a Educação Infantil de uma perspectiva assistencialista transforma-se em uma proposta pedagógica aliada ao cuidar, procurando atender a criança de forma integral, onde suas especificidades (psicológica, emocional, cognitiva, física, etc.) devem ser respeitadas.

“AMARILHA (ibid) também comenta que não havia uma preocupação maior com essa fase da vida, pois o período era marcado pelo alto índice de mortalidade. As crianças eram deixadas para serem criadas por serventes, amas-secas, até que pudessem ter certa autonomia para o convívio com os adultos e chegasse a lhes ocupar o lugar”.

“De acordo com o dicionário Latino-Português de 1962, a palavra infância advinda do latim *infantia* significava “incapacidade de falar, nudez”. Esse conceito deriva do fato de se considerar que até os 7 anos a criança era incapaz de falar, “incapaz de pensar”, “incapaz de expressar”.

“LAJOLO (In FREITAS 2000) revela que a constante necessidade de recorte e de busca de precisão cada vez maior do conceito de infância vê-la buscar o dicionário Aurélio, que navega rente à psicologia em seu verbete, quando diz que esta significa: período de vida que vai do nascimento à adolescência, no qual o crescimento se



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/n° – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



faz em todos os domínios e, que, seguindo os caracteres anatômicos, fisiológicos e psíquicos, divide-se em três estágios: primeira infância, de zero a três anos; segunda infância, de três a sete anos; e terceira infância, de sete anos até a puberdade.”

“Para reforçar tal visão, a autora cita BANDINTE (apud SCORSATO, 1998) quando relata que: “...Poupart é considerado com muita frequência pelos pais como um brinquedo divertido do qual se gosta pelo prazer que proporciona, e não pelo seu bem. É uma espécie de pequeno ser sem personalidade, quando tem idade e se torna sério, não nos interessa mais”.

“ROUSSEAU cita que a criança é um ser com características próprias, encarada como um adulto em miniatura. Esse filósofo, foi o primeiro a considerar a criança com sentimentos, desejos e ideias próprias, diferentes dos adultos. (ROUSSEAU apud PINHEIRO, 1998)”.

“A concepção de criança de Piaget, Vygotsky e Wallon. A criança conhece da mesma forma que o adulto, ou seja, a ação exterior ou inteiramente interior, provocada pela necessidade, mesmo elementar, evoca o aprendizado. A percepção de um mesmo objeto evoca diferentes perguntas em uma criança, incapaz de classificar e em outra com mais idade, que pense de forma mais ampla e mais sistemática. (PIAGET, 1995: 14). Os interesses dependem das noções adquiridas e das disposições afetivas, que melhoram o equilíbrio cognitivo. O equilíbrio e desequilíbrio correspondem ao movimento intelectual entre sujeito/objeto”.

“Assimilações e acomodações organizam o cognitivo, ampliam os esquemas, no plano da ação e depois no psicológico, inicialmente em desacordo com o nível intelectual do adulto”.

“A interação se dá através do outro mais experiente. A criança inclui estímulos ausentes do seu campo visual imediato, suas operações práticas são menos impulsivas e espontâneas do que as de chimpanzés, com a fala planeja, executa algo visível, assim, age num processo psicológico complexo, usando o signo, uma atividade especificamente humana. (VYGOTSKY, 2005: 43)”.

Concepção de Infância

A concepção de infância dos dias atuais é bem diferente de alguns séculos atrás. É importante salientar que a visão que se tem da crian-



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



ça é algo historicamente construído, por isso é que se pode perceber os grandes contrastes em relação a concepção de infância no decorrer dos tempos. O que hoje pode parecer uma aberração, como a indiferença destinada à criança pequena, há séculos atrás era algo absolutamente normal. Por maior estranheza que se cause, a humanidade nem sempre viu a criança como um ser em particular, e por muito tempo a tratou como um adulto em miniatura.

De um ser sem importância, quase imperceptível, a criança num processo secular ocupa um maior destaque na sociedade, e a humanidade lhe lança um novo olhar. Para entender melhor essa questão é preciso fazer um levantamento histórico sobre o sentimento de infância, procurar defini-lo, registrar o seu surgimento e a sua evolução. Segundo Áries: o sentimento de infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças, corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem (Áries, 1978:99). Já no século XVIII, a sociedade passou a separar as crianças dos adultos e então surgem as primeiras instituições escolares.

Muitas pessoas, até mesmo a própria família, acreditam que as crianças de 0 a 3 anos não se expressam de forma nítida e relevante.

Mas é preciso entender um pouco mais sobre esse mundo que rodeia os bebês e compreender o que eles podem aprender desde cedo.

Nessa perspectiva o sentimento de infância é algo que caracteriza a criança, a sua essência enquanto ser, o seu modo de agir e pensar, que se diferencia da do adulto, e, portanto, merece um olhar mais específico. A primeira idade é a infância que planta os dentes, e essa idade começa quando a criança nasce e dura até os sete anos, e nessa idade aquilo que nasce é chamado de enfant (criança), que quer dizer não-falante, pois nessa idade a pessoa não pode falar bem nem tomar perfeitamente as palavras, pois ainda não tem seus dentes bem ordenados nem firmes...



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



A criança é vista como um sujeito de direitos, situado historicamente e que precisa ter as suas necessidades físicas, cognitivas, psicológicas, emocionais e sociais supridas, caracterizando um atendimento integral e integrado da criança. Ela deve ter todas as suas dimensões respeitadas.

“Segundo Zabalza ao citar Fraboni: a etapa histórica que estamos vivendo, fortemente marcada pela “transformação” tecnológico-científica e pela mudança ético-social, cumpre todos os requisitos para tornar efetiva a conquista do salto na educação da criança, legitimando-a finalmente como figura social, como sujeito de direitos enquanto sujeito social” (1998:68)”.

A criança como pessoa, sujeito histórico, de direitos e produtora de cultura.

Respeitar a criança como pessoa, sujeito histórico de direitos e produtora de cultura é um discurso recente na história mundial e local, e se “constituiu a partir de muitos anos de luta, de debates e embates pelos movimentos sociais, em fóruns, congressos e discussões para que a criança tivesse seus direitos assegurados pelo Estado” (GONÇALVES, 2016).

Contudo, esses direitos ainda caminham a passos lentos, como afirma Gonçalves (2016); o mesmo aponta o que deve ser mudado e como deve ser tratada a criança para que os direitos sejam validados:

... a conquista efetiva dos direitos das crianças só se dará em articulação com questões mais amplas, relacionadas às transformações políticas, culturais e econômicas da sociedade, podendo-se afirmar que os direitos das crianças ainda permanecem mais no papel do que na prática. Tal afirmação põe em evidência a luta por uma infância onde as crianças sejam respeitadas em suas múltiplas dimensões, como sujeitos históricos e de direitos. Esta discussão perpassa pela concepção de criança, de infância, de escola e de sociedade, assim como, de ética e de respeito, pois, sem ter consciência desses conceitos, será difícil compreender a constituição da formação humana, e em particular, as especificidades do desenvolvimento e formação da criança (GONÇALVES, 2016, pág., 2).

Apesar dos avanços relacionados à visão da criança como sujeito de direitos, ainda se encontra reproduzido entre educadores a ideia da criança



como ser não ativo, que deve apenas obedecer às ordens externas que lhes são instituídas. Em contrapartida a esta concepção, têm-se visto o empenho de professores e instituições em adequar estes ideais e direitos em suas práticas cotidianas; além do que “há um crescimento da produção acadêmica sobre a infância que vêm contribuindo de sobremaneira para a construção do campo Educação e Infância e para uma mudança significativa no lugar que a criança ocupa hoje na pesquisa educacional” (GONÇALVES, 2016, pág. 7).

As pesquisas, de certa forma, agem como propulsoras de conscientização para o reconhecimento da criança como sujeito de direitos, apesar dos discursos apresentarem-se como “decorativo e quimérico”, como cita Soares (2003, p. 1). Tal abordagem, contudo, está conectada aos aspectos sociais, políticos e históricos da sociedade como um todo, sendo “utilizados como um artifício político para dar credibilidade e visibilidade às políticas públicas voltadas à infância” (GONÇALVES, 2016, pág. 5).

É sob estas reflexões que debruçamos nosso olhar à prática docente, acompanhada durante o período de estágio na Escola de Educação Básica da UFPB, especificamente no tocante às práticas relacionadas à avaliação das interações e práticas realizadas pelas crianças.

O que dizem os documentos nacionais no contexto da avaliação.

Entende-se que se faz necessário conhecer o que dizem os documentos Nacionais sobre o tema, pois, é papel do professor e das instituições estarem munidos também destes saberes a fim de que as ações sejam justas, adequadas e direcionadas, conforme as políticas públicas vigentes. Neste sentido, destaca-se aqui o que está escrito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, LDBEN, 1996), no Art. 31: “na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental”. Afirmando, assim, que a avaliação é, na primeira etapa da Educação Básica, entendida a partir da perspectiva do desenvolvimento da criança e não como um instrumento de controle e seleção. No tocante ao Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, BRASIL, MEC, 1998) é destacado, em seus 3 volumes, que a avaliação deve ser tratada no contexto educativo, não ter cará-



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/n° – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



ter individual e excludente da criança, ou seja, “não se trata de avaliar a criança, mas sim as situações de aprendizagem que foram oferecidas” (RCNEI, vol. 2 – pp. 65 e 66). As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, MEC, 2009) reforça o sentido da avaliação como sendo processual, diagnóstica e formativa, servindo de base para o planejamento das práticas educativas, conforme menciona o Artigo 10º:

Art. 10. As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo: I - a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano; II - utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.); III - a continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental); IV - documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil; V - a não retenção das crianças na Educação Infantil.

Nos documentos citados, denota-se a avaliação na Educação Infantil como um mecanismo que funciona para estabelecer o protagonismo da criança como sujeito de direitos e a instituição e o professor como colaboradores deste mecanismo, com funções que devem estabelecer e agir para que estes direitos sejam desempenhados. Entretanto, para que isto de fato aconteça, o professor e a instituição de ensino, devem incorporar esses direcionamentos às suas concepções e ao Projeto Pedagógico da escola. Esta participação demanda um perfil ético, tanto do professor quanto da instituição, pois este é o principal fundamento para que se respeite a criança como pessoa, sujeito de direitos e produtora de cultura.



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/n° – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



Concepção de Educação Infantil

A história da Educação Infantil no Brasil, de certa forma, acompanha os parâmetros mundiais. As crianças da área urbana eram colocadas nas “rodas expostas” para serem recolhidas pelas instituições religiosas, muitas dessas crianças eram de mães que pertenciam às famílias tradicionais.

No final do século XIX, inicia-se um projeto de construção de uma nação moderna. A elite do país assimila os preceitos educacionais do Movimento das Escolas Novas. Surge no Brasil a ideia de “jardim de infância”, mas gerou muita discussão, pois a elite não queria que o poder público não se responsabilizasse pelo atendimento às crianças carentes.

Dessa forma, pode-se observar a origem do atendimento fragmentado que ainda faz parte da Educação Infantil destinada às crianças carentes, uma educação voltada para suprir supostas “carências”, é uma educação que leva em consideração a criança pobre como um ser capaz, como alguém que não responderá aos estímulos dados pela escola.

Nos anos 80, a educação da criança pequena passa a ser reivindicada como um dever do Estado, que até então não havia se comprometido legalmente com essa função. Em 1888, a Constituição reconhece a educação em creches e pré-escolas como um direito da criança e um dever do Estado.

Nos anos 90, ocorreu uma ampliação sobre a concepção de criança. Agora procura-se entender a criança como um ser sócio-histórico, onde a aprendizagem se dá pelas interações entre a criança e seu entorno social. Essa perspectiva sociointeracionista tem como principal teórico Vigotsky, que enfatiza a criança como sujeito social, que faz parte de uma cultura concreta (OLIVEIRA, 2002).

Há um fortalecimento da nova concepção de infância, garantindo em lei os direitos da criança enquanto cidadã. Cria-se o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); a nova LDB, Lei nº9394/96, incorpora a Educação Infantil como primeiro nível da Educação Básica, e formaliza a municipalização dessa etapa de ensino.



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/n° – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



Em 1998, é criado RCNEI (Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil), um documento que procura nortear o trabalho realizado com crianças de 0 à 6 anos de idade.

É preciso afirmar que as propostas trazidas pelo RCN devem ser implantadas por todos os envolvidos no processo pedagógico.

Concepção de Ensino Fundamental

Acreditamos que a vivência em sociedade é essencial para a transformação do homem. Concebe-se por sociedade uma organização mais justa, livre, pacífica, participativa e solidária. Uma sociedade que tenha consciência dos aspectos políticos, moral, educacional e cultural.

Portanto, concebemos por sociedade, um espaço que tenha por princípio a garantia do cumprimento dos direitos humanos, que garantam o desenvolvimento do homem na sua totalidade, sendo respeitado nas suas diferenças sejam quais forem.

A educação tem um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa, que consiste em formar cidadãos conscientes, conhecedores da sua realidade e capazes de nela interferir sendo sujeitos da história, segundo Paulo Freire:

“O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só de quem constata o que ocorre, mas também de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da História, mas se sujeito igualmente”, (Freire, 2000, p. 85)

O ensino fundamental é o nome dado a uma das etapas da educação básica no Brasil. Tem duração de nove anos, sendo a matrícula obrigatória para todas as pessoas com idade entre 6 e 14 anos.

A obrigatoriedade da matrícula nessa faixa etária implica a responsabilidade conjunta: da família ou responsáveis, pela matrícula das crianças; do Estado pela garantia de vagas nas escolas públicas; da sociedade, por fazer valer a própria obrigatoriedade.

Regulamentado por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1996, sua origem remonta ao *Ensino de Primeiro Grau*, que promoveu a fusão dos antigos curso primário (com quatro a cinco anos



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



de duração), e do curso ginásial, com quatro anos de duração, este último considerado, até 1971, ensino secundário.

A duração obrigatória do Ensino Fundamental foi ampliada de oito para nove anos pelo Projeto de Lei nº 3.675/04, transformado na Lei Ordinária 11274/2006, passando a abranger a Classe de Alfabetização (fase anterior à 1ª série, com matrícula obrigatória aos seis anos) que, até então, não fazia parte do ciclo obrigatório (a alfabetização na rede pública e em parte da rede particular era realizada normalmente na 1ª série). Lei posterior (11.114/05) ainda deu prazo até 2010 para Estados e Municípios se adaptarem. No Brasil não existe um currículo padronizado para o ensino fundamental, mas a LDB de 1996 define que é obrigatório, no Ensino Fundamental, o ensino de Língua Portuguesa, Matemática, conhecimentos do mundo físico e natural, bem como da realidade social e política (especialmente a brasileira), Artes, Educação Física e Música (que pode ser trabalhada dentro das Artes).

Concepção de desenvolvimento e aprendizagem

Busca-se o desenvolvimento de uma concepção de ensino onde educador e educandos sejam sujeitos do seu processo de desenvolvimento, pois necessitam da mediação das experiências e saberes de ambos, para que se concretize a aprendizagem.

O processo de ensino-aprendizagem na escola deve ser construído partindo do nível de desenvolvimento real do aluno para atingir os objetivos estabelecidos pela escola, adequados à faixa etária e ao nível de conhecimentos e habilidades individuais.

Nessa concepção a função do educador deve ser a de oportunizar atividades que encaminhem o educando ao seu desenvolvimento potencial, dessa forma, e papel do educador ser mediador das atividades.

Prezamos em nossa escola por um espaço em que o professor não assuma a posição de concentrador do saber, mas sim o professor é quem direciona o trabalho pedagógico, o sujeito que proporciona um espaço democrático e aberto.

O eixo organizador da prática pedagógica está na aprendizagem, entendendo que alguns alunos precisam de mais tempo e de metodologias diferenciadas.



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/n° – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



adas para garantir que ocorra a efetiva aprendizagem, e vale lembrar o que Paulo Freire não se cansava de repetir: “ensinar exige comprometimento”.

Conceber o ser humano como sujeito em processo de transformação, significa dizer que o ser humano é histórico-social, ou seja, ele se constitui na história e na história das relações que estabelece. Desta forma, ao acreditar que o indivíduo se modifica quando se relaciona com outro e com o ambiente, significa que ele está sempre aprendendo e se desenvolvendo. Nesse processo de aprendizagem, o professor atua como mediador da aprendizagem, ou seja, o educador estabelece mediações significativas para que o nível de desenvolvimento potencial se realize. Um processo de aprendizagem exigente auxilia no processo de desenvolvimento, ou seja, quanto mais aprendemos mais desenvolvemos e quanto mais desenvolvemos, mais podemos aprender. Dando origem aos princípios da Formação Humana que busca construir uma educação que desenvolva a consciência da classe trabalhadora para que educadores e educandos assumam suas trajetórias de vida e resgatem a possibilidade de transformação social.

Para isto, a educação desempenha papel estratégico e assume o processo pedagógico de forma política, reforçando valores como a justiça social, democrática e os valores humanistas.

Concepção de cidadania

Concebemos cidadania por ações coletivas que busquem favorecer a aquisição do conhecimento pelo povo, para que de posse do conhecimento científico e de informações sobre seus direitos e deveres, os homens tenham a consciência modificada de modo que possam fazer valer seus direitos.

Percebe-se que não existe educação senão para a constituição da cidadania plena, quer seja do indivíduo, quer seja da coletividade. Educar para a cidadania é nunca permitir que aquilo que se recebe seja aceito sem a necessária reflexão, sem consciência crítica; educar para a cidadania é ensinar para nunca ser objeto, mas sim, construtor de seu próprio ser, de sua própria identidade, do seu próprio mundo; educar para a cidadania é mostrar a presença do outro que apela pela verdade, justiça, igualdade e solidariedade. E necessário



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



a tomada e consciência do papel da educação e as mudanças postas a escola, enquanto instituição que trabalha com a educação formal, na construção da cidadania.

O cidadão é visto como ser histórico, quando em contato com sua cultura, vai aprendendo a realidade e desenvolvendo-se efetivamente, socialmente e cognitivamente, ao nascer, possui necessidades básicas que são satisfeitas através do outro, que media sua relação com o mundo, o cidadão vai se transformando, apropriando-se de conhecimentos, desenvolvendo sua autonomia e tornando-se autor de sua história e da história humana.

Aprender, portanto, é uma ação que transforma o estado anterior e se dá em forma de processo. Transformar a aprendizagem em prazer não significa realizar uma atividade prazerosa, e sim descobrir o prazer no ato de construir ou de reconstruir o conhecimento; transformar ou ampliar o que sabe; relacionar conhecimentos entre si e com a vida; ser coautor e autor do conhecimento.

A concepção de cidadão que estamos falando é a de que prepara o homem/aluno para ser um sujeito ativo de sua vida, autor de sua história, que cria, recria, inventa coletivamente, em parceria, constrói junto, articula teoria e prática, tem valores, saberes, compartilha, acolhe e decide democraticamente.

Concepção de cultura e diversidade

Cultura é tudo o que os homens produzem, constroem ao longo da história, desde as questões mais simples as questões mais complexas, manifestadas por meio da arte, religião, costumes, valores, etc.

Na busca da sobrevivência, o homem interage com a natureza, modificando-a e dela extraindo o que necessita desta forma cria seu mundo com características humanas, e define a cultura do seu povo.

É papel de a educação escolar respeitar essa diversidade e buscar desenvolver nos alunos, o sentimento de respeito pelas diferentes culturas dos povos, tendo clareza da necessidade de combater a homogeneização tão difundida pelos meios de comunicação.

Cabe a escola aproveitar essa diversidade cultural e fazer dela um espaço aberto e enriquecedor, onde de uma maneira elementar, cada educando



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



tenha clareza de um futuro bem melhor. Os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos e a dimensão cultural é indispensável e estratégica para qualquer projeto de desenvolvimento.

Segundo a Declaração Universal da Diversidade Cultural, os indivíduos e grupos devem ter garantidas as condições de criar e difundir suas expressões culturais; o direito à educação e à formação de qualidade que respeite sua identidade cultural; a possibilidade de participar da vida cultural de sua preferência e exercer e fruir suas próprias práticas culturais, desde que respeitados os limites dos direitos humanos. O direito à diferença, e à construção individual e coletiva das identidades através das expressões culturais é elemento fundamental da promoção de uma cultura de paz.

Mesmo com a existência de legislações que amparem a construção de uma gestão descentralizada, é preciso que a própria instituição escolar transforme sua cultura na perspectiva do diálogo igualitário, da diversidade, horizontalidade e do equilíbrio entre as forças que compõem a comunidade escolar.

Identidade e Diferença (Autonomia)

A construção da identidade se dá por meio das interações da criança com o seu meio social. A escola é um universo social diferente da família, favorecendo novas interações, ampliando desta maneira seus conhecimentos a respeito de si e dos outros. A auto-imagem também é construir a partir das relações estabelecidas nos grupos em que a criança convive.

Um ambiente farto em interações, que acolha as particularidades de cada indivíduo, promova o reconhecimento das diversidades, aceitando-as e respeitando-as, ao mesmo tempo em que contribui a construção da unidade coletiva, favorece a estruturação da identidade, bem como de uma imagem positiva.

Refere-se ao progressivo conhecimento que as crianças vão adquirindo de si mesmas, desenvolvendo progressivamente a independência na realização das mais diversas ações, conhecendo o próprio corpo, seus limites e as sensações que ele produz, adquirindo atitudes e hábitos adequados à vida social. Durante o processo de socialização a criança amplia os laços afetivos com outras crianças e com os adultos, contribuindo para que o reconhecimento do outro e a constatação das diferenças entre as pessoas sejam valorizadas e aproveitadas para o enriquecimento de si próprias.



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



- Conselho Escolar: é um órgão colegiado, representativo da Comunidade escolar de natureza deliberativa, consultiva, avaliadora e fiscalizadora, sobre a organização e realização do trabalho pedagógico e administrativo da instituição escolar em conformidade com as políticas e diretrizes educacionais da Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, observando a Constituição Federal e Estadual, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar, para o cumprimento da função social e específica da escola. O Conselho Deliberativo é composto de representantes de todos os segmentos da comunidade escolar e deve ser renovado a cada dois anos.

- Associação de Pais e Profissionais da Educação: esta tem por finalidade integrar a família dos educandos à unidade escolar; aprimorar o nível sociocultural da comunidade; oportunizar a comunidade à participação do trabalho e na solução de problemas na unidade escolar; promover o bem-estar integral dos educandos. Compete à Associação planejar e executar a distribuição de materiais doados por terceiros aos alunos, com devida documentação; gerir recursos próprios; prestar assistência material aos alunos carentes. O Conselho Deliberativo só funcionará com a maioria de seus membros sendo este mandato válido por dois anos.

- Formas de Articulação entre família e escola: além do projeto "Escola de Pais", a escola está sempre aberta para receber aos pais ou responsáveis. Com encontros semestrais pais e escola formam uma base de colaboração e compartilhamento, agindo em parceria com ações capazes de melhorar o rendimento dos estudantes trazendo impactos positivos não só para a vida e formação do aluno, como também vivifica a escola. São realizadas apresentações de trabalhos abertas à família, deliberações coletivas, festinhas, eventos na comunidade, voluntariado dos pais e muitas outras ações resultantes da união de forças entre a família e a instituição escolar tornam o espaço mais útil e dinâmico.



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/n° – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



- Regimento Escolar: documento que expressa direitos e deveres de todos os envolvidos no âmbito educacional, bem como identificação, localização e organização do trabalho pedagógico, documento norteador da organização escolar, da didático-pedagógica da organização do trabalho pedagógico. A construção do Regimento é coletivo, ou seja, com a participação de toda comunidade escolar e em consonância com o Projeto Político Pedagógico. Ao início de cada ano letivo é realizada reunião para leitura do conjunto de regras que definem a organização administrativa, didática, pedagógica, disciplinar da escola, estabelecendo normas que deverão ser seguidas na sua elaboração, como, por exemplo, os direitos e deveres de todos que convivem no ambiente escolar.

2.2 CONCEPÇÕES PEDAGÓGICA, FILOSÓFICA E PSICOLÓGICA.

Contrapondo-se à concepção tradicional, não se trata mais de encarar a existência humana como mera atualização das potencialidades contidas na essência. A natureza humana é considerada mutável, determinada pela existência. Na visão tradicional o privilégio era do adulto, considerado o homem acabado, completo, por oposição à criança, ser imaturo, incompleto. Na visão moderna, sendo o homem considerado completo desde o nascimento e inacabado, do ponto de vista pedagógico o eixo se deslocou do intelecto para as vivências; do lógico para o psicológico; dos conteúdos para os métodos; do professor para o aluno; do esforço para o interesse; da disciplina para a espontaneidade; da quantidade para a qualidade; de uma pedagogia de inspiração filosófica centrada na ciência da lógica para uma pedagogia de inspiração experimental baseada na biologia e na psicologia. Se bem que a concepção pedagógica renovada tenha se originado de diferentes correntes filosóficas.

Em contraste com o tradicionalismo, a definição de ensino moderna ou construtivista, é amplamente utilizada atualmente, especialmente em instituições de ensino das sociedades modernas e desenvolvidas.



O resultado é que os alunos não apenas dominam o material de aprendizagem, mas também conhecem suas origens, como obtê-los e desenvolvê-los.

Esta era global realmente exige que os educadores sejam criativos, inovadores, dinâmicos e independentes.

Ao aplicar a segunda abordagem, o ensino não apenas resulta na aquisição de conhecimento, mas também no aprendizado que produz domínio do método da ciência, no desenvolvimento de habilidades, personalidade e assim por diante. Dessa forma, atividades de autoaprendizagem ocorrerão.

O construtivismo enfatiza a importância do espaço dialógico, onde a comunicação não é a transferência de conhecimento, mas a interpretação do conhecimento dentro de uma comunidade de aprendizes.

Desta forma, o construtivismo é uma visão filosófica que descreve como os alunos e seus professores interagem, como o tempo e o espaço da sala de aula são usados e como o controle dentro da sala de aula está em um estado de equilíbrio entre professor e alunos.

O construtivismo pressupõe que a aprendizagem seja possível através dos fatores duplos da interação social e da exposição simultânea a experiências cognitivas.

As fontes de experiências cognitivas podem ser estimuladas por meio do professor, livro didático, objetos tridimensionais, software de computador, fenômenos ou reflexão sobre experiências anteriores de sala de aula ou de vida.

A ideia central do construtivismo é que a aprendizagem humana seja construída, que os alunos construam novos conhecimentos sobre os fundamentos da aprendizagem anterior.

Esse conhecimento prévio influencia o conhecimento novo ou modificado que um indivíduo constrói a partir de novas experiências de aprendizado, assim, a noção é que a aprendizagem é um processo ativo e não passivo.

A visão passiva do ensino vê o aluno como um recipiente a ser preenchido com as informações que são transmitidas pelo professor, enquanto o construtivismo afirma que os alunos só constroem significado através do envol-



vimento ativo com o mundo, como experimentos ou a solução de problemas reais.

As informações podem até ser recebidas passivamente, mas o entendimento não pode ser, pois deve resultar de conexões significativas entre o conhecimento prévio, o novo conhecimento e os processos envolvidos no aprendizado.

Algumas das principais características da escola construtivista:

- As perguntas dos alunos são altamente valorizadas;
- Os materiais incluem fontes primárias e manipulativas;
- Os professores usam diferentes tipos de recursos para apresentar os materiais;
- Os professores buscam os pontos de vista dos alunos, a fim de entender as concepções atuais dos estudantes para uso em aulas subsequentes;
- A avaliação da aprendizagem dos alunos é entrelaçada com o ensino e ocorre através de observações dos professores durante as aulas, trabalhos e exposições;
- Os alunos trabalham principalmente em equipes ou grupos;
- Os alunos nem sempre confiam nos professores, eles precisam aprender a resolver problemas sozinhos.

2.3 CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA, NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

O processo de avaliação não diz respeito apenas ao ensino e nem pode ser reduzido apenas a técnicas. Fazendo parte da permanente reflexão sobre a atividade humana, a avaliação constitui-se num processo intencional.

Objetivos. Avaliação pressupõe uma tomada de decisão, uma oportunidade de o aluno tomar conhecimento dos resultados de sua aprendizagem e organização para mudanças. Refletir é também avaliar, e avaliar é também planejar e estabelecer novas necessárias. Deve ser o momento de obter informações necessárias sobre o desenvolvimento da prática pedagógica para a intervenção/reformulação desta prática e dos processos de aprendizagem.



Nesta perspectiva de avaliação, e de acordo com o Artigo 24 da LDB: concebe-se recuperação de estudos como uma parte constitutiva da prática docente e não apenas recuperação de notas. Portanto a recuperação dos conteúdos não compreendidos pelos alunos aconteceu concomitantemente durante o processo ensino aprendizagem.

Considerando a avaliação dessa forma é possível salientar dois pontos importantes. Primeiro, a avaliação é um ato dinâmico que qualifica e oferece subsídios ao projeto político-pedagógico. Segundo, ela imprime uma direção às ações dos educadores e dos educandos.

Portanto, deve ser democrática, deve favorecer o desenvolvimento da capacidade do aluno de apropriar-se de conhecimentos científicos, sociais e tecnológicos produzidos historicamente e deve ser resultante de um processo coletivo de avaliação diagnóstica.

Na concepção o educando é compreendido como síntese de múltiplas realidades sócio-históricas, em sua construção e transformação. Moldando e adequando a sua realidade, compreendendo a sua atuação na sua igualdade e diversidade, sendo entendidas com as suas diferenças. Ofertando a oportunidade ao educando de escolher o seu caminho onde ele descobrirá com liberdade de o processo de ir e vir. Dando oportunidade ao conhecimento da linguagem, mediação, interação, apropriação e os conceitos espontâneos e científicos.

A avaliação como pressuposto educativo voltado para a formação integral do homem implicará em:

- Aferir o desempenho do aluno quanto à apropriação de competências, habilidades e conhecimentos em cada área de estudos e atividades escolares;
- Permitir a reflexão crítica sobre a prática pedagógica, no sentido de identificar avanços, dificuldades, limitações e resistências;
- Aferir as condições físicas e materiais que substanciam o processo ensino-aprendizagem;
- Possibilitar o redirecionamento da prática pedagógica – a decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos;
- Buscar os fatores mais determinantes do sucesso e a partir daí, reformular.



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/n° – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



Para cumprir com os princípios pedagógicos, filosóficos e psicológicos em toda comunidade escolar. Aprendizagem Consciente: Centralizando o educando a condições de aprendizagem para contribuir, questionar, levando ao participar ativamente como ato-regulador no seu processo formativo

Aprendizagem Cooperativa: Após realizado o processo consciente envolvemos o educando na atuação coletiva em que a participação do grupo atua com questionamentos dando oportunidade de gerar situações na construção de seus conhecimentos, enfatizando a construção a individualidade na sua aprendizagem

Aprendizagem Continuada: oferece autonomia para as novas demandas contextuais, sempre mencionando novos conhecimentos, desafios, dificuldades e deficiências para atualização e ajuste durante todo o processo de transformação do educando.

Aprendizagem Interdisciplinar: o educando inserido na Aprendizagem interdisciplinar tem a oportunidade de adquirir conhecimentos teoricamente sistematizados, dando a oportunidade de uma compreensão global de sua realidade.

Aprendizagem contextualizada: O educando é levado a buscar aspectos significativos conforme o seu cotidiano, onde acontecerá a superação e problemas práticos em sua vivencia e experiência.

Aprendizagem Significativa: É fundamental a busca significativa se pautando na vinculação substancial dos novos conhecimentos, onde ele trará bagagem cognitiva dentro do material significativo, o qual ele descobrirá o sentido lógico e psicológico como estrutura permanente.

Aprendizagem como Síntese Pessoal:

Nessa aprendizagem como síntese pessoal o educando vai construir o caráter ativo da aprendizagem, onde destaca-se a sua construção pessoal, na qual não intervém apenas o sujeito que aprende, mas também recebe influência dos outros agentes.



2.3.1 CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

É sujeito histórico e social que possui desejos, interesses, ideias, opiniões, capacidade de decidir, criar e se manifestar. As crianças pensam de maneira sincrética, exprimindo as cores dos afetos, da imaginação, das lembranças e de tantas relações que são capazes de fazer. O sincretismo do pensamento infantil se assemelha às metáforas quando a criança está inserida em ambientes enriquecedores, instigantes e cheio de espaço para aprender, a criança segue avançando. O pensamento, a princípio sincrético, vai se estruturando a cada nova ideia elaborada, a cada experiência, na interação com discursos diversos que nutrem as crianças de ferramentas linguísticas para a elaboração de modos de pensamentos cada vez mais complexos. Como sujeito implicado com a sua própria aprendizagem, as crianças não recebem prontas as informações que lhes são apresentadas: elas se apoiam nos recursos de que dispõe no momento para perguntar, levantar hipóteses, buscar soluções inteligentes para atribuir significados a objetos, relações e fenômenos que as cercam. Para aprender não é preciso pré-requisito, não é preciso conhecer o simples para chegar ao complexo, nem dominar o pequeno para alcançar o grande. A criança parte de onde está, relacionando seus conhecimentos prévios e construindo ideias que se relacionam de alguma forma com os conceitos construídos pelos homens em relação ao ambiente, no campo de linguagens, no universo das ideias.

Precisamos conceber a infância como parte da vida e não como preparação para ela. Pensar numa educação de qualidade que permita o conhecimento construído e não transmitido, que se traduz em aprendizagem e não em instrução. Não é possível se referir a infância como única, mas a uma pluralidade de experiências de infâncias.

Desenvolvimento e Aprendizagem são processos complementares que se alimentam mutuamente: desenvolvimento indica possibilidade humana e aprendizagem põe em movimento o processo de desenvolvimento, alimentando continuamente as transformações dos saberes antigos em novos. A proposta pedagógica da Rede Municipal de Educação Infantil de Paranaguá está



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



apoiada em uma concepção que acredita no diálogo entre o desenvolvimento humano e aprendizagem das crianças. Tem como intenção, através das interações, ampliar os horizontes, proporcionar momentos significativos, promover atividades que envolvam e ampliem horizontes de todos os envolvidos, os remetendo às novas experiências.

TEORIA DO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM

A teoria do desenvolvimento que sustenta o trabalho com as crianças na Educação Infantil tem como base a interação de homem corpo e pensamento, biológico e social, membro da espécie humana e participante de um processo histórico. Ideias estas, centrais da teoria de Lev Vygotsky (1989). A primeira afirma que as funções psicológicas têm por suporte biológico e o cérebro como um sistema aberto, com grande plasticidade, cujas estruturas se modificam ao longo do tempo. A segunda diz respeito ao homem, que passa de biológico a ser sócio-histórico, cujo funcionamento psicológico se dá nas relações com o mundo exterior, num processo histórico. Assim, na cultura que são desenvolvidas suas funções psicológicas superiores. E a terceira declara que a relação homem-mundo não é direta, mas mediada por sistemas simbólicos (elementos intermediários nessa relação), os quais podem ser instrumentos ou signos. Henri Wallon (1989) enfatiza o organismo como condição primeira do pensamento, pois toda função psíquica supõe um equipamento orgânico. No entanto, afirma que o objeto da ação mental vem do exterior, do grupo ou ambiente que o sujeito está inserido. Existem fatores de natureza orgânica e de natureza social. Wallon propõe um estudo integrado que contemple vários campos funcionais: afetividade, motricidade e inteligência. Segundo o autor, o homem é geneticamente social e a criança deve ser estudada em suas relações com o meio, dentro do contexto em que vive. Ao ter a criança como ponto de partida, busca compreender as manifestações no conjunto de suas possibilidades, desconstruindo a concepção de que a criança é um ser com faltas e insuficiências. Para Wallon é a ação motriz para o aparecimento e amadurecimento das funções mentais.



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/n° – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



Para esses teóricos, a relação entre pensamento e linguagem baseia-se diretamente em suas concepções de sujeito. Buscam a compreensão dos aspectos sociais e culturais que interferem no desenvolvimento da criança partindo de um movimento social para o individual. A concepção de Wallon se aproxima da concepção de Vygotsky no que se refere a afetividade e socialização.

No desenvolvimento da pessoa completa, faz-se presente um caminhar do sincretismo em direção à diferenciação. Na teoria das emoções para Wallon, a emoção é a exteriorização da afetividade, um fato fisiológico em seus componentes humorais e motores, e, ao mesmo tempo, um comportamento social em sua função de adaptação do ser humano ao seu meio. A teoria histórico-cultural é a denominação usualmente dada à corrente psicológica que explica o desenvolvimento da mente humana com base nos princípios do materialismo dialético, cujo fundador é Vygotsky. A Rede Municipal no que se refere a Educação Infantil entende a Pedagogia Progressista como referencial, condicionada pelos aspectos sociais, políticos e culturais, mas contraditoriamente existe nela um espaço que aponta a possibilidade de transformação social. A tendência Histórica Crítica defende a escola como socializadora dos conhecimentos e saberes universais, a ação educativa pressupõe uma articulação entre o ato político e o ato pedagógico. Essa pedagogia é tributária da concepção dialética, especificamente na versão do materialismo histórico, tendo fortes afinidades, no que se refere às suas bases psicológicas, com a psicologia histórica cultural desenvolvida pela “Escola de Vygotsky”. A Teoria do Desenvolvimento Interacionista valoriza os dois fatores e sua interação influencia o desenvolvimento humano. Através da interação com outras pessoas mais experientes é que a criança vai construindo suas características (sua maneira de pensar, sentir e agir) e sua visão de mundo (seu conhecimento).

No Interacionismo, optamos pela corrente Sociointeracionista, Sociocultural ou Socio-histórica que embasa a proposta de Educação Infantil na qual se articulam o educar e o cuidar e enfatiza a necessidade de haver um espaço que contemple todas as dimensões do humano. Reconhecendo que a intervenção pedagógica mantém em si um movimento contraditório e dinâmico entre indivíduo e cultura. O desenvolvimento se apoia na ideia da interação entre



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/n° – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



organismos e meio e vê a aquisição de conhecimento como um processo construído pelo indivíduo durante toda sua vida.

BRINCADEIRAS E INTERAÇÕES: EIXO NORTEADORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

As brincadeiras fazem parte das relações. Nas atividades lúdicas a criança ousa experimentar o mundo real, o qual vem buscando compreender com a ajuda do adulto e que está imerso no cultural, social e histórico. Segundo Possas (2001), ao acreditar ser a brincadeira uma aprendizagem social que pressupõe relações e encontros, esta seria, a forma mais interessante de se viabilizar o desenvolvimento cognitivo da criança. Para G. Brougère, "a brincadeira é uma mutação do sentido, da realidade: as coisas tornam-se outras. É um espaço à margem da vida comum que obedecem às regras criadas pelas circunstâncias". Por isso a brincadeira não pode ser limitada no agir. Ela tem função social que consiste em propor um conteúdo do desejo para, depois, socializá-lo, dando-lhe forma. Toda socialização pressupõe apropriação da cultura e cada cultura um "banco de imagens" expressivas com as quais a criança poderá se expressar e produzir. A brincadeira implica em uma tomada de decisão, para Tizuko Kishimoto, em todo tipo de jogo existem regras, que podem ser explícitas ou implícitas, mas que sempre ordenarão e conduzirão à brincadeira. A Rede Municipal de Paranaguá defende que a concepção do Brincar é uma atividade cotidiana da criança, neste ato ela expressa a forma como pensa, ordena e constrói a realidade. Brincar é experimentar o novo, criar experiências, interiorizar ordens e inter-relações entre objetos e sujeitos. O brincar é um direito inalienável da criança, indispensável para interação e a produção de cultura, pois potencializa seu desenvolvimento integral. Igualmente, a recreação, o lazer, o descanso e a livre participação nas atividades de arte e cultura são direitos das crianças, que precisam dispor de tempo livre. Em reconhecimento a estes direitos, a comunidade internacional, desde a Declaração de 1959 da ONU sobre os Direitos da Criança, explicita que a criança "deve ter plena oportunidade para brincar e recreação" e que a "sociedade e as autori-



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



dades públicas deverão se esforçar para promover o gozo deste direito". Esse compromisso foi reforçado pela Convenção sobre os Direitos da Criança em 1989. Um currículo que garante o brincar e mantém como posicionamento no desenvolvimento sobressairá as atitudes, motivações, perseverança, concentração, cooperação, reflexão, autonomia e o divertimento como aprendizado. Segundo MOYLES (2002), as crianças exibem todos os traços ao brincar, cabe ao adulto oferecer oportunidades lúdicas e garantir à criança : companheiros de brincadeiras, espaços ou áreas de brincar, materiais para brincar e que o brincar seja valorizado pelas pessoas que as cercam; oportunidades de brincar em pares, em pequenos grupos, sozinhas, perto de outras pessoas, adultos; tempo de explorar, através da linguagem, aquilo que fizeram e como elas podem descrever a experiência; tempo para continuar o que iniciaram (uma vez que muitos trabalhos valiosos não são concluídos); experiências para ampliar e aprofundar aquilo que já sabem e aquilo que já podem fazer; estímulo e encorajamento para fazer e aprender mais; oportunidades lúdicas planejadas e espontâneas. A proposta da Rede Municipal de Educação de Paranaguá, busca compreender a criança além de simples seres paralisados, homogêneos, engessados e enquadrados numa lógica anestesiada de controle e vigia e busca superar a visão reducionista e simplista da infância. Segundo Martins Filho (2015) a alegria, a vivacidade e a inteireza com que as crianças vivem seus momentos de brincadeira, elas vão inventando, inovando, explorando de outras formas do espaço, dando novos significados aos arranjos e objetos, encontrando novos jeitos de se relacionar com seus objetos e pessoas, sua organização. Segundo, Carvalho (2006) o professor que aposta nas crianças: cria contextos instigantes para as diversas formas de comunicação e expressão infantis; estabelece um clima de confiança para que as crianças se sintam seguras e construam uma autoimagem positiva; na ação pedagógica, parte dos conhecimentos que os pequenos já possuem e propõe desafios que os fazem avançar; planeja atividades nas quais as crianças possam confrontar suas hipóteses e conceitos convencionais; observa as crianças no uso de objetos, materiais e nas interações, auxiliando as na superação de possíveis dificuldades, a interagir mais e melhor; prepara diariamente o ambiente para recebê-las, comparti-



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



lhando com elas o registro da rotina para que possam se organizar no tempo e espaço; coordena rodas de conversa, nas quais se privilegia a voz das crianças, para que expressem e aprendam a ouvir umas às outras; favorece atividades para a construção de conhecimentos sobre o autocuidado, cuidado do outro e do ambiente em relação a higiene, conforto, proteção e segurança individual e coletiva; organiza registros de percurso das crianças: pasta de desenhos, exemplo de escrita, fotografia de atividades; analisa as produções infantis sistematicamente e seleciona, com as crianças, as que desejam expor; dá visibilidade, por meio de registros, para o aprendizado infantil, seus conflitos cognitivos, as soluções que encontram para resolver problemas; estuda e registra sistematicamente seu trabalho (filma, grava, escreve) para analisar a prática educativa e socializá-la com os demais profissionais; mantém comunicação aberta com familiares a fim de conhecer melhor as crianças, bem como compartilhar o dia a dia no CMEI. Por uma Educação Infantil que garanta a cidadania às crianças numa perspectiva de reconhecimento como sujeitos que expressam sobre o mundo de forma peculiar, nas interações que estabelecem com os elementos da natureza e da cultura, com outras crianças e adultos. Implica, portanto, que os adultos devem ser capazes de ouvir, de modo que cada criança sinta que a sua experiência tem valor. Por uma Educação Infantil, que defenda o direito das crianças, a construção de sua infância em um espaço educativo e seguro, que garanta a elas experiências que possam ser transformadoras e que viabilize seu desenvolvimento integral.

2.3.2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

O perfil histórico da Educação Infantil é marcado por muitas batalhas e algumas conquistas foram atingidas, como promulgação da Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) em 1990 considerando a criança como sujeito de direitos. O artigo 208, inciso IV nos diz que o atendimento em creches e pré-escolas às crianças de 0 a 6 anos de idade é dever do Estado. O artigo 277 reafirma este dever: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta priori-



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



dade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 2010). Os anos posteriores trouxeram a aprovação da Lei 8.069/1990 o estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que contribuiu para a construção da visão de uma criança cidadã, e ainda, a formulação de uma Política Nacional de Educação Infantil (Brasil, 1994), pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC). A Coordenação geral de Educação Infantil (COEDI) publicou, junto à Secretaria de Educação Fundamental, vários documentos escritos de forma objetiva para professores de creche e pré-escolas que estabeleceram avanços para a produção dessa Política Nacional de Educação Infantil. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), foi aprovada com objetivo principal de assegurar, na legislação brasileira, uma educação de qualidade para a infância. Os avanços e contribuições deste documento são reconhecidos, quando menciona em seu artigo 29, que a Educação Infantil passa a constituir a primeira etapa da educação Básica, o que se traduz como uma conquista aos militantes da infância. Em seu artigo 30, a LDB 9394/1996 designou a nomenclatura de Creches, para o atendimento de crianças de 0 a 3 anos de idade. E Pré-Escola para as crianças de 4 a 6 anos. No entanto, em 2005, a Lei 11.114, altera a legislação que conferia o atendimento da criança de seis anos de idade na Pré-Escola, tornando sua matrícula obrigatória no Ensino Fundamental. A Pré-Escola passou, então, a atender crianças de 4 e 5 anos e 11 meses de idade.

Podemos citar, ainda, como documentos importantes para Educação Infantil, os Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil (RCNEI) publicados em 1998, pelo MEC e que integrou a série de documentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Apesar de não ser considerado um documento legal de caráter mandatório, o RCNEI constitui-se em sugestões estruturado em três volumes, que pretendem servir de guia para a reflexão de objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os professores da Educação Infantil. Além do RCNEI, o Conselho Nacional de Educação promoveu a revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) que busca



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



assegurar práticas para com crianças da Educação Infantil prevendo formas de garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento integral destas crianças. Como em seus artigos: Art. 6º As propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os seguintes princípios: I – Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades. II – Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática. III – Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais. Art. 7º Na observância destas Diretrizes, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve garantir que elas cumpram plenamente sua função sociopolítica e pedagógica: I - oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais; II - assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias; III - possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto a ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas; IV - promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância; V - construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa. O seu artigo nº8 traz a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil o objetivo de garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças. Na atualidade a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) fruto de discussões nacionais e exigências legais sobre a construção da qualidade do ensino, apresenta uma orientação aos sistemas de educação básica do país, na criação de seus currículos. A BNCC está fundamentada a partir dos Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento,



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



que se relacionam com os Campos de Experiências na Educação Infantil e com áreas de conhecimento no ensino Fundamental e Médio. Possuem objetivo de promover uma prática inclusiva a todos os estudantes da Educação Básica, numa perspectiva de aprendizagem e desenvolvimento.

2.3.3 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM PARANAGUÁ

A primeira instituição de atendimento na Educação Infantil CEI “Perseverança” foi inaugurada no dia 20 de novembro de 1973, trabalho realizado por esposas de maçons, após a fundação do “Clube da Fraternidade Perseverança”, formado na época com oito senhoras, onde em especial, começaram a atender crianças de pais que necessitavam trabalhar. No início da década de 1980, o atendimento das crianças na Educação Infantil em Paranaguá era realizado exclusivamente na rede particular de ensino e nas filantropias, sendo oferecido nas escolas estaduais e municipais apenas a última etapa, ou seja, o Pré Escolar. Em 1984 a Fundação Educar, iniciou suas atividades em salas de aula localizadas em residências domiciliares, com professoras habilitadas. Anos depois, as turmas de pré-escolares foram absorvidas pelas escolas públicas, em regime de colaboração, e a SEED/PR repassava a merenda escolar e o material didático. O atendimento era oferecido para crianças com até seis anos a completar no ano corrente em período parcial, com turmas de até trinta alunos, conforme a procura dos pais. E as atividades tinham cunho recreativo. Em 1995 inaugura-se a primeira Creche Municipal, CMEI Milena Bonfim com atendimento integral, ligada a área assistencialista que priorizava a necessidade da família de baixa remuneração. Em 2001, iniciou o processo de transição para integrar os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) à Secretaria Municipal de Educação. Atualmente a Rede Municipal de Paranaguá conta com vinte seis Centros Municipais, sendo dois localizados no Campo – Ilha do Mel, com atendimento de crianças de zero a cinco anos de idade. Sendo que, as crianças de cinco anos de idade, nas turmas de Pré II são atendidas também nas Escolas Municipais, de forma a garantir a obrigatoriedade no atendimento de crianças a partir os quatro anos de idade. Ressaltamos, que o histórico da



Educação Infantil está em construção, sendo coletado informações de nossos servidores que fizeram parte desta primeira etapa da Educação Básica.

2.4 CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA DO ENSINO INTEGRAL

Educação Integral é uma concepção que deve garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural e se constituir como projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e comunidades locais.

A Educação Integral:

- É uma proposta contemporânea porque, alinhada as demandas do século XXI, tem como foco a formação de sujeitos críticos, autônomos e responsáveis consigo mesmos e com o mundo;
- É inclusiva porque reconhece a singularidade dos sujeitos, suas múltiplas identidades e se sustenta na construção da pertinência do projeto educativo para todos e todas;
- É uma proposta alinhada com a noção de sustentabilidade porque se compromete com processos educativos contextualizados e com a interação permanente entre o que se aprende e o que se pratica;
- Promove a equidade ao reconhecer o direito de todos e todas de aprender e acessar oportunidades educativas diferenciadas e diversificadas a partir da interação com múltiplas linguagens, recursos, espaços, saberes e agentes, condição fundamental para o enfrentamento das desigualdades educacionais.

Como concepção, a proposta de Educação Integral deve ser assumida por todos os agentes envolvidos no processo formativo das crianças, jovens e adultos. Nesse contexto, a escola se converte em um espaço essencial para assegurar que todos e todas tenham garantida uma formação integral. Ela assume o papel de articuladora das diversas experiências educativas que os alunos podem viver dentro e fora dela, a partir de uma intencionalidade clara que favoreça as aprendizagens importantes para o seu desenvolvimento integral.



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/n° – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



Esta concepção de formação está definida pelos seguintes princípios inalienáveis: Centralidade dos estudantes

Uma proposta de Educação Integral confere centralidade ao aluno. Isso significa que todas as dimensões do projeto pedagógico (currículo, práticas educativas, recursos, agentes educativos, espaços e tempos) são construídas, permanentemente avaliadas e reorientadas a partir do contexto, interesses, necessidades de aprendizagem e desenvolvimento e perspectivas de futuro dos estudantes.

Para contemplar a singularidade de cada estudante na construção do seu percurso formativo é necessário que os educadores detenham um amplo conhecimento das múltiplas formas pelas quais as crianças e jovens aprendem e se desenvolvem e, conseqüentemente, de uma pluralidade de métodos e intervenções que podem ser colocados em prática a partir de suas necessidades, interesses e dos objetivos de aprendizagens e desenvolvimento definidos no currículo.

Além disso, a Educação Integral reconhece as crianças como sujeitos de direitos, atores sociais com expressão e linguagens singulares. São criadores e produtores de culturas próprias construídas na interação com seus próprios pares e no intercâmbio entre idades e gerações. Propostas de Educação Integral oportunizam tempo e espaço para a livre criação de suas culturas e valorizam e reconhecem saberes, fazeres e sentimentos expressados por meio do universo simbólico e artístico.

O brincar é entendido como potência de crianças e não apenas como ferramenta para o aprendizado escolar. Manifestações plurais e diversas de jovens são oportunidades de expressão e posicionamento diante das questões da vida, das relações e da comunidade.

Aprendizagem permanente e o Currículo Integrado

Para a educação integral é fundamental que a questão da multidimensionalidade dos sujeitos esteja contemplada em todos os aspectos do processo de ensino-aprendizagem, garantindo interações e estratégias que garantam o desenvolvimento não apenas intelectual, mas também social,



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



emocional, físico e cultural. O desenvolvimento integral é, portanto, o elemento central da proposta formativa da Educação Integral. Isso significa que na Educação Integral os conteúdos acadêmicos se articulam aos saberes dos alunos e comunidades, dialogam com diferentes linguagens e compõem experiências formativas que envolvem e integram o conhecimento do corpo, das emoções, das relações e códigos socioculturais. Além disso, são também elementos curriculares na Educação Integral, as formas de gestão e organização da instituição (escola, organização social ou projeto), sua relação com o território, a rede de agentes envolvidos, as práticas pedagógicas, a formação de educadores e as estratégias de avaliação.

Escola na Educação Integral

Essencialmente no que se refere à Escola, o currículo da Educação Integral pressupõe o acesso do estudante a todas as áreas do conhecimento de maneira articulada e permanente, rompendo com a fragmentação das disciplinas e dando sentido aos conteúdos a partir das questões, trajetórias, experiências e relações dos sujeitos envolvidos nos processos educativos. Em escola orientada por uma perspectiva integral de educação, sustenta altas expectativas de aprendizagem e desenvolvimento para todos os alunos ao mesmo tempo em que oferece instrumentos para que todos aprendam e se desenvolvam integralmente. Estas altas expectativas se sustentam na premissa de que todos os alunos são capazes de aprender. E, para isso, as estratégias devem ter clara intencionalidade pedagógica e compor um planejamento integrado que defina objetivos e metas de aprendizagem. Neste sentido, a distinção entre aulas e oficinas lúdicas – assim como a separação por períodos – perde o sentido. Todas as propostas devem compor o planejamento da escola e dos educadores.

Perspectiva Inclusiva

As diferenças inerentes a cada pessoa constroem a riqueza de nossa humanidade. Propostas de educação integral, então, devem respeitar todas as diferenças representadas pelas deficiências, origem étnico racial, condição



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/n° – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



econômica, origem geográfica, orientação sexual, religiosa ou qualquer outro fator.

A educação integral apoia-se na ideia de que é necessário reconhecer e abolir barreiras arquitetônicas, políticas, culturais e atitudinais para que todos os espaços sejam inclusivos; e que a diversidade se constitua não apenas como um valor como também é uma oportunidade de desenvolvimento de crianças e jovens em suas diversas dimensões. No contexto da escola, esta perspectiva se concretiza no acesso e permanência qualificada em classe comum da rede regular.

Os alunos de inclusão que fazem parte do Período Integral, também participam das atividades integradas propostas através de jogos e ludicidade, socializando com os demais alunos, bem como participam das aulas nos horários designados na Classe Especial.

Gestão democrática

Para garantir a pertinência de um projeto pedagógico e a efetividade das suas estratégias, é fundamental a participação educativa, decisória e avaliativa de todos os envolvidos, em todas as etapas do processo: do planejamento ao acompanhamento dos resultados. Dessa forma, a participação dos próprios alunos, inclusive das crianças pequenas, é fundamental. No contexto da Educação Integral, a gestão democrática é imprescindível para garantir que o processo educativo esteja de fato orientado pelo contexto, interesses e necessidades de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos. Nas escolas, a gestão democrática está garantida por lei e prevê que o Projeto Político Pedagógico de cada unidade de ensino seja construído e acompanhado com a participação ativa comunidade (alunos, educadores, famílias e comunidade). Para isso é fundamental o diálogo permanente e que o acompanhamento das ações e resultados das escolas seja feito coletivamente por todos e todas.

Ampliação do tempo

O desenvolvimento integral é um processo contínuo e permanente, que começa no nascimento do indivíduo, se estende por toda a vida e acontece em



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/n° – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



diferentes espaços: em casa, na escola, no território. Quanto mais complexas, diversificadas e qualificadas forem as interações a que um indivíduo tem acesso, mais rico será seu universo social e cultural, as conexões que ele será capaz de estabelecer e as suas possibilidades de inserção e intervenção social. Por esse motivo, a Educação Integral compreende que os processos educativos devem articular os diferentes espaços e tempos de aprendizagem disponíveis e garantir a ampliação e diversificação de interações significativas para todas as pessoas. E, para que a escola possa garantir todos os aspectos previstos na Educação Integral, o tempo de quatro horas diárias que caracteriza a média da jornada escolar brasileira se mostra insuficiente. Portanto, para a Educação Integral é fundamental a ampliação da jornada para um período entre sete e nove horas diárias. Esta jornada deve ser definida de acordo com os contextos locais e as necessidades dos alunos em cada etapa, sem perder de vista a importância de que os alunos tenham acesso a diferentes interações mediadas pela escola.

Múltiplos arranjos

A ampliação da jornada escolar é condição fundamental para uma formação integral. E a partir desta ampliação, são múltiplos os arranjos e modelos possíveis. É possível combinar aulas de uma hora a uma hora e trinta minutos. Desenvolver práticas educativas inovadoras e inclusivas baseadas em projetos, experimentações, grupos interativos. Desenvolver atividades que aconteçam em diferentes espaços da escola ou do território. Integrar espaços e agentes das comunidades ao cotidiano dos alunos.

Ambiência

Podemos definir o conceito de educação integral a partir de um dito africano que diz que “para educar uma criança, é preciso uma aldeia inteira”. Para garantir as aprendizagens e o desenvolvimento previstos em um projeto de Educação Integral, é fundamental constituir uma ambiência fértil para a troca, a construção coletiva de conhecimentos, a criatividade, a participação, o diálogo e a coesão social. Além disso, os espaços educativos tradicionais, como a sala



de aula, deixam de ser considerados como os únicos espaços de aprendizagem.

Todos os espaços (escolares e não escolares) têm na Educação Integral seu potencial educativo reconhecido e devem ser integrados de forma planejada, na perspectiva de assegurar interações significativas que garantam o aprendizado e o desenvolvimento de todos e todas.

Território e Intersetorialidade

Para a Educação Integral, o território pode ter seu papel educativo definido a partir de quatro dimensões:

- Contexto: o território é contexto. Como tal, ele expressa as identidades, a cultura, as condições de vida e a história das pessoas. Por isso a construção de vínculos entre educadores e alunos e a pertinência do projeto pedagógico (condições essenciais para a aprendizagem e o desenvolvimento) dependem do reconhecimento e da integração da questão territorial;
- Participação: a gestão democrática só se realiza na integração com o território já que a participação efetiva das famílias e da comunidade depende de que as pessoas se sintam reconhecidas e parte do projeto educativo;
- Conhecimento: o território, seja ele qual for, é rico em interações significativas em estado potencial. Pessoas, saberes, recursos diferenciados podem ser articulados ao itinerário formativo dos alunos enriquecendo seu repertório, garantindo novas aprendizagens, ampliando seu olhar sobre o território e fortalecendo sua autonomia para estabelecer conexões possíveis para além das instituições;
- Intersetorialidade: para que os alunos aprendam é necessário criar condições para a sua educabilidade. Ou seja, é fundamental que condições dignas de vida e seus direitos estejam observados. Para isso, é importante contar com a interlocução permanente e com o trabalho integrado a equipamentos e agentes de todos os setores que tiverem contribui-



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/n° – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



ções relevantes a dar ao desenvolvimento integral das crianças (saúde, desenvolvimento social, cultura, esporte e lazer, etc.).

Políticas Públicas de Educação Integral

A Educação Integral é uma concepção de educação definida pelo compromisso com o desenvolvimento integral de todos os sujeitos. Ou seja, a Educação Integral reconhece os sujeitos na sua multidimensionalidade e se compromete com a estruturação de estratégias que garantam a todos, em condições de igualdade, o direito a uma educação de qualidade. Este compromisso deve ser o cerne da concepção, implementação e avaliação das políticas públicas e se refletir concretamente na forma e organização das escolas e nas práticas pedagógicas dos docentes. Em Política de Educação Integral que garanta qualidade com equidade, alguns dispositivos são fundamentais:

- Planejamento da Gestão Educacional – definição clara de desafios, metas e estratégias,
 - Alinhamento entre todos os atores envolvidos no sistema: convergência de esforços em todos os níveis,
 - Modelo de gestão estruturado e sustentável que articule, de maneira dialógica, a secretaria e as escolas,
 - Articulação intersetorial que garanta complementaridade as estratégias escolares;
 - Além disso, são condições estruturantes de uma Política de Educação Integral:
 - Mínimo de 7 horas e máximo de 9 horas diárias de jornada;
 - Definição das aprendizagens esperadas para cada etapa;
- Programa de formação de professores com pelo menos 50% de professores de cada escola envolvidos.

Flexibilidade para a construção de formas e organização escolar diferenciada;

- Processo estruturado de avaliação da política;



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



- Processo estruturado de acompanhamento e tutoria dos professores;
- Garantia de tempo de planejamento e trabalho colaborativo em cada escola;
- Recursos didáticos de qualidade e disponíveis que apoiem as práticas de referência dos professores;
- Infraestrutura escolar adequada: mobiliário flexível, internet, acessibilidade, espaços diferenciados e adequados às faixas etárias (ateliê, biblioteca, espaços de convivência e descanso, quadra e espaços verdes, alimentação e higiene pessoal), recursos digitais disponíveis aos estudantes;
- Interação permanente com outros agentes e espaços não escolares como parte da política de educação integral;
- Articulação de rede de proteção social aos estudantes com integração mínima das políticas de Educação, Saúde e Desenvolvimento Social.

2.4.1. DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

As Instituições de Ensino em Tempo Integral têm como Princípios Norteadores:

I. Princípios Éticos da Autonomia, da Responsabilidade, da Solidariedade e do Respeito do Bem comum;

II. Princípios Políticos dos Direitos e Deveres de Cidadania, do Exercício da Criticidade e do Respeito à Ordem Democrática;

III. Princípios Estéticos da Sensibilidade, da Criatividade, da Ludicidade e da Diversidade de Manifestações Artísticas e Culturais.

Art. 6º - As Diretrizes Operacionais para as Instituições de Ensino em Tempo Integral tem como objetivo geral:

I. Promover a permanência do educando nos estabelecimentos de ensino com carga horária ampliada, assistindo-o integralmente em suas necessidades básicas e educacionais, enriquecendo a formação pessoal e social do aluno.

Art. 7º - As Diretrizes Operacionais para Instituições de Ensino em Tempo Integral tem como objetivos específicos:



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/n° – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



- I. Elevar a Qualidade de Ensino;
- II. Intensificar as oportunidades de socialização na instituição;
- III. Proporcionar aos alunos, alternativas de ação no campo social, cultural, esportivo e tecnológico;
- IV. Incentivar a participação da comunidade por meio do engajamento no processo educacional implementando a construção da cidadania;
- V. Adequar às atividades educacionais à realidade de cada região, desenvolvendo o espírito empreendedor.
- VI. Oportunizar a permanência da criança e do adolescente nos estabelecimentos de ensino, visando sua promoção, ampliando o aproveitamento, resgatando a autoestima e capacitando-o para atingir efetivamente a aprendizagem, sendo alternativa para redução dos índices de evasão, de repetência e de distorção idade/ano.
- VII. Educar os alunos para o pleno exercício da cidadania, orientando-os para a vida;
- VIII. Criar hábitos de estudos, aprofundando os conteúdos vivenciados no turno regular;
- IX. Vincular as atividades pedagógicas às rotinas diárias de alimentação, higiene, recreação e estudos complementares;
- X. Desenvolver as habilidades do educando, levando em consideração sua origem ou procedência;
- XI. Possibilitar a garantia da segurança dos alunos, no momento em que os seus pais estão trabalhando, através do seu envolvimento nas atividades escolares.

2.4.2. MATRÍCULA E TRANSFERÊNCIA

Art. 22 – O cronograma de matrícula será elaborado anualmente pela SEMEDI, sob aprovação do COMED.

Art. 23 – A Lei Municipal 3022/09 dispõe sobre a jornada de alunos matriculados em escola em tempo integral, para o ensino fundamental, e diz que o regime ora estabelecido não é facultativo. No ato da matrícula, o pai ou responsável



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/n° – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



vel, deve tomar ciência de que o aluno deve participar das atividades acadêmicas programadas para toda a jornada escolar, estando sujeito às sanções previstas na legislação pertinente e nas normas da SEMEDI, em caso de ausência acima da quantia permitida. Parágrafo único – As matrículas da Educação Infantil serão efetivadas de acordo com a oferta de vagas da Instituição de Ensino.

Art. 24 - Compete à Direção das Instituições de Ensino que ofertam Ensino em Tempo Integral orientar os pais e/ou responsáveis pelo educando sobre a importância de informar ao estabelecimento de ensino quando houver alteração do endereço e/ou número do telefone, para a atualização dos dados preenchidos na matrícula.

Art. 25 - O processo de transferência, obedecerá aos seguintes critérios:

I – Transferência de um aluno de uma Instituição de Ensino em Tempo Integral de origem para outra Instituição de Ensino em Tempo Integral de destino, para o ensino fundamental. Notas na Base Nacional Comum (BNC) e conceitos na Parte Diversificada Permanente (PDP) e com o total das faltas existentes, em ambas.

II – Transferências expedidas de um aluno de Instituição de Ensino em Tempo Integral para uma Instituição de Ensino de regime parcial, para o ensino fundamental. a) a transferência será feita mediante o relatório de notas e frequência do aluno da BNC e PDP. Deve a instituição de ensino de origem indicar a carga horária já ministrada, a frequência no período de permanência e calcular o percentual de faltas.

III – Transferências expedidas de um aluno de Instituição de Ensino de regime parcial para uma Instituição de Ensino em Tempo Integral, para o ensino fundamental. As notas da disciplina de Educação Física e Arte, bem como os conceitos dos componentes curriculares da PDP, deverão ser repetidas nos bimestres correspondentes, no caso da não oferta no estabelecimento de origem.

IV – Transferência de aluno na Educação Infantil a Instituição de Ensino de origem deverá solicitar a Instituição de Ensino de destino à declaração de vaga, contendo a frequência e relatório formativo do desenvolvimento do aluno. So-



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



mente será efetivada a matrícula se houver vaga na Instituição de Ensino de destino.

2.4.3. DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A Instituição de Ensino em Tempo Integral funcionará em uma jornada de 9 (nove) horas diárias, aplicada ao ensino fundamental. Estabelecerá intervalos de trinta minutos para almoço. E vinte minutos, em cada período, para recreio aplicado ao ensino fundamental para jornada em tempo integral. Terá uma carga horária de 20 horas semanais para o trabalho do currículo básico comum aplicado ao ensino fundamental e carga horária de 15 horas semanais para o trabalho das oficinas pedagógicas de enriquecimento curricular, atividades complementares e atividades diversificadas aplicada ao ensino fundamental.

As atividades complementares aplicadas na educação infantil obedecem a carga horária estabelecida em seu regime de funcionamento considerando o ensino integral e integrado. As oficinas pedagógicas serão distribuídas em duas aulas diárias com duração de uma hora e meia cada aula. A permanência do aluno vincula-se tanto à quantidade e qualidade do tempo diário de escolarização quanto à diversidade de atividades de aprendizagens. A jornada em tempo integral com qualidade implica a necessidade da incorporação efetiva e orgânica, no currículo, de atividades e estudos pedagogicamente planejados e acompanhados. A organização de turmas para as Instituições de Ensino em Tempo Integral aplicadas ao ensino fundamental se dará na seguinte conformidade: I. Estabelecendo o turno para o ensino das disciplinas do currículo básico, com duração de 04 (quatro) horas diárias, e para o contra turno, o desenvolvimento das atividades destinadas às Oficinas Pedagógicas, correspondendo à carga horária de 15 (quinze) horas semanais, 02 (duas) aulas diárias de uma hora e meia cada. O desenvolvimento por turmas de alunos das séries/anos diversas, formadas com base no levantamento de suas opções pelas distintas linguagens/modalidades, previamente compiladas em grupos que definirão as possíveis turmas, com número mínimo de vinte e cinco alunos cada e



em quantidade igual à das séries/anos envolvidas em sua formação, respeitando-se, por turma, o número de aulas previsto para as atividades. As atividades recreativas desenvolvidas no horário de almoço devem constar no Projeto Político Pedagógico e devem ser desenvolvidas de forma dinâmica, contextualizada, significativa e prazerosa.

A organização curricular das Instituições de Ensino em Tempo Integral de Educação Infantil considera em suas atividades a formação social e pessoal e o conhecimento de mundo visando o ensino integral e integrado.

A organização curricular das Instituições de Ensino em Tempo Integral inclui o currículo básico do ensino fundamental e ações curriculares direcionadas para:

- I. Atividades Complementares de Enriquecimento Curricular;
- II. Atividades Diversificadas Artísticas e Culturais;
- III. Atividades Diversificadas Esportivas e Motoras;

As Instituições de Ensino em Tempo Integral aplicada ao Ensino Fundamental deverão respeitar a distribuição das oficinas na seguinte ordem:

ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR							
ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS							
COMPONENTES CURRICULARES			ANOS/ AULAS				
CURRÍCULO BÁSICO	BASE NACIONAL COMUM	Arte	1°	2°	3°	4°	5°
		Ciências	Atividades interdisciplinares, integradas e contextualizadas que perpassem por todos os componentes do Currículo da Base Nacional Comum distribuídas em 200 dias letivos (800h)				
		Educação Física					
		Ensino Religioso					
		Geografia					
		História					
		Língua Portuguesa					
		Matemática					



PARTE DIVERSIFICADA PERMANENTE

COMPONENTES CURRICULARES			ANOS/ AULAS				
Oficinas Pedagógicas Enriquecimento Curricular	Atividades Diversificadas Permanentes	Apoio Escolar	1º	2º	3º	4º	5º
		Cultura Parnanguara	Atividades Curriculares permanentes a serem desenvolvidas com a vivência de atividades de caráter lúdico, relacionadas aos Componentes Curriculares da Base Nacional Comum, visando: _ ampliação de conhecimentos; _ recuperação paralela de alunos com dificuldades; _ pesquisa, etc.				
		Informática					
		Jogos Pedagógicos					
		Recreação					
		Língua Estrangeira					
		Literatura					
		Meio Ambiente					
		Oficina de Idéias					
		Saúde e Qualidade de Vida					

PARTE DIVERSIFICADA

Componentes Curriculares			Anos/Aulas				
Oficinas Pedagógicas Atividades Diversificadas Artísticas e Culturais	Atividades Diversificadas	Iniciação as Artes (Desenho e Pintura)	1º	2º	3º	4º	5º
		Iniciação Musical (Flauta, Violão, Cavaquinho, Coral)	Mínimo 2(duas) Atividades por Instituições de Ensino				
		Artes Cênicas (Contador de História e Teatro)					
		Teatro					
		Origami					
Oficinas Pedagógicas Atividades Esportivas e Motoras	Atividades Diversificadas	Karatê					
		Capoeira					
		Xadrez					
		Expressão Corporal (Ballet e Street Dance)					
		Ginástica Olímpica					
Natação							



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



HORÁRIOS DO PROJETO INTEGRAL

Almoço dos alunos: 10h às 11h05min

Almoço dos estagiários: 11h às 11h20min

Horário das atividades: 11:35min às 16h30min

HORÁRIO DO INTEGRAL ALMOÇO

	1º 2º ANOS	3º ANO	4º ANO	5º ANO
SEGUNDA-FEIRA	FILME	FILME	ATIVIDADES LÚDICAS	QUADRA
TERÇA-FEIRA	DOBRADURAS	DOBRADURAS	QUADRA	ATIVIDADES LÚDICAS
QUARTA-FEIRA	QUADRA	QUADRA	DOBRADURAS	FILME
QUINTA-FEIRA	JOGOS PEDAGÓGICOS	JOGOS PEDAGÓGICOS	JOGOS PEDAGÓGICOS	DOBRADURAS
SEXTA-FEIRA	ATIVIDADES LÚDICAS	ATIVIDADES LÚDICAS	FILME	JOGOS PEDAGÓGICOS

INTERCALAR QUADRA QUINTA-FEIRA E SEXTA-FEIRA

OFICINAS DO HORÁRIO DE ALMOÇO

- *Filme
- *Quadra
- *Atividades lúdicas
- *Jogos pedagógicos
- *Oficina de dobradura

ESTAGIÁRIAS:

Vitória (6 horas)

Elisabete (6 horas)

Jheinyffer (6 horas)

HORÁRIOS DO PROJETO INTEGRAL - Período da tarde

Professora Rosângela 5º anos

HORÁRIO	SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA
13:30 às 15:00	Promoção da saúde	Recreação	Recreação	Comunicação e uso de mídias	Acompanhamento pedagógico



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



15:00 às 16:30	Comunicação e uso de mí- dias	Acompanhamento pedagógico	Cultura e arte	Promoção da saúde	Acompanha- mento peda- gógico
-------------------	-------------------------------------	------------------------------	-------------------	----------------------	-------------------------------------

Professora Heloísa 4º anos

HORÁRIO	SEGUNDA- FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA- FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA- FEIRA
13:30 às 15:00	Comunicação e uso de mí- dias	Acompanhamento pedagógico	Cultura e arte	Acompanhamento pedagógico	Comunicação e uso de mí- dias
15:00 às 16:30	Promoção da saúde	Cultura e arte	Recreação	Recreação	Promoção da saúde

Professora Iara 3º anos

HORÁRIO	SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA
13:30 às 15:00	Acompanhamento pedagógico	Comunicação e uso de mí- dias	Acompanhamento pedagógico	Promoção da saúde	Cultura e arte
15:00 às 16:30	Cultura e arte	Promoção da saúde	Recreação	Comunicação e uso de mí- dias	Recreação

Professora Kelly 1º e 2º anos

HORÁRIO	SEGUNDA- FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA- FEIRA	QUINTA- FEIRA	SEXTA-FEIRA
13:30 às 15:00	Cultura e arte	Acompanhamento pedagógico	Promoção da saúde	Comunicação e uso de mí- dias	Acompanhamento pedagógico
15:00 às 16:30	Recreação	Recreação	Comunicação e uso de mí- dias	Promoção da saúde	Cultura e arte



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/n° – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



Recreio: 14h:00 às 14h:20 min

O horário de permanência dos professores do Integral será das 16h:30min às 17h:30min

2.4.4. DA FREQUÊNCIA E AVALIAÇÃO

DELIBERAÇÃO Nº 05/2010 - APROVADA EM: 14/07/2010

Diretrizes Operacionais para o Ensino em Tempo Integral do Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá/PR.

Art. 4º - A organização curricular das Instituições de Ensino em Tempo Integral compreenderá o currículo básico da educação infantil e do ensino fundamental, e um conjunto de oficinas pedagógicas de enriquecimento curricular divididas em atividades complementares e atividades diversificadas.

Art. 17 – A avaliação das Oficinas nas Instituições de Ensino em Tempo Integral deverá ser realizada através do acompanhamento, por meio da avaliação processual, e da organização do trabalho pedagógico, sem o objetivo de promoção

A avaliação das Oficinas de Ensino em Tempo Integral deverá ser realizada através do acompanhamento, por meio da avaliação processual, e da organização do trabalho pedagógico, sem o objetivo de promoção.

A avaliação na Educação Infantil terá característica diagnóstica e de acompanhamento do processo contínuo do desenvolvimento humano, com o objetivo de analisar e intervir intencionalmente na forma como a criança elabora o conhecimento devendo ser registrada na forma de Parecer Descritivo semestralmente.

O instrumento de Registro de Aprendizagem utilizado pelos professores consiste na Ficha de Acompanhamento do Desenvolvimento do Aluno, que deve ser levada ao conhecimento dos pais no final de cada bimestre. O instrumento deve ser preenchido ao final de cada bimestre constando: I. Registro de dados referentes aos progressos, dificuldades em cada oficina. II. Registro da situação educacional de cada aluno na unidade escolar e providências a serem tomadas. III. Frequência e justificativas de faltas.



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



A frequência dos alunos matriculados nas Instituições de Ensino em Tempo Integral deverá ser registrada diariamente no Livro de Registro de Classe Online (LRCO). O pai e/ou responsável, que matricular seu filho em período integral, no ensino fundamental, deverá estar ciente que a frequência do educando não poderá ser inferior a 75% (setenta e cinco por cento) no turno único. Na educação infantil, a matrícula será cancelada após 15 (quinze) dias de faltas consecutivas, ou 30 (trinta) faltas alternadas trimestralmente, sem justificativas, esgotadas e registradas todas as possibilidades de contato com a família, observando-se o dispositivo no regimento escolar.

Para o acompanhamento e avaliação da implementação das oficinas pedagógicas, as Instituições de Ensino em Tempo Integral aplicadas ao ensino fundamental, devem estabelecer:

I. Acompanhamento sistemático e avaliação periódica dos trabalhos desenvolvidos entre os profissionais da educação das oficinas pedagógicas;

II. Encontro com a equipe técnico-pedagógica e professores, para discutir sobre os trabalhos desenvolvidos nas Instituições de Ensino como troca de experiências e vivências;

III. Registros: planejamento anual e seus planos de ensino, com registro das atividades a serem realizadas nas oficinas, relatórios e instrumentos de acompanhamento do aluno;

IV. Apresentação trimestral dos trabalhos realizados nas oficinas, culminando com a entrega de boletins.

2.4.5. DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO QUE ATUARÁ NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO EM TEMPO INTEGRAL

Art. 26 – Os profissionais que atuarão nas Oficinas Pedagógicas, deverão estar previamente inscritos e/ou cadastrados para o processo regular de atribuição das aulas/atividades. Art. 27 - Na atribuição de aulas das Oficinas Pedagógicas das Instituições de Ensino em Tempo Integral deverão ser observadas as habilitações/qualificações docentes. Parágrafo Único – Na ausência de docentes com as habilitações definidas para as Oficinas Pedagógicas, as aulas poderão ser atribuídas aos professores com observância nas habilidades pessoais, pro-



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



porcionando sua participação nas capacitações específicas do ensino integral realizadas pela Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral. Art. 28 - Para as atividades das Oficinas Pedagógicas em parceria com a Fundação Municipal de Cultura, na unidade escolar, o candidato à admissão como oficinairo/educador deverá apresentar o currículo, em data prevista para o processo regular de atribuição das aulas/atividades nas oficinas; I. A análise, pela equipe de ensino da SEMEDI, do currículo do candidato, que avaliará as ações de capacitação vivenciadas, o histórico das experiências bem sucedidas, a pertinência e a qualidade da proposta de trabalho apresentada e os resultados da entrevista individual por ela realizada; II. A avaliação de qualificação trimestral do oficinairo/ educador para sua permanência do trabalho efetivo; III. O deferimento, pela equipe de ensino da SEMEDI, do pedido de inscrição selecionado, acompanhado de termo provisório, das turmas atribuídas.

3. DIAGNÓSTICO E DEFINIÇÃO DE METAS

Na Instituição de ensino é fundamental o planejamento estratégico é uma ferramenta que permite perceber a realidade da escola. Por meio de um processo de avaliação detalhado, é possível criar uma perspectiva para o futuro, com base nas mudanças que necessitem ser feitas. Para construir o planejamento estratégico, é preciso que haja primeiro um diagnóstico concreto da instituição, levando em consideração todas as atividades realizadas por todos os envolvidos com a escola.

Metas implementares:

Acompanhar trimestralmente a nota dos alunos e, ao perceber uma queda nas médias de algum estudante, identificar as causas e ajudar a impedir que elas continuem caindo, evitando, assim, um resultado ruim ao fim do semestre ou do ano.

Fazer um diagnóstico de todas as atividades da escola e com todos os envolvidos na comunidade escolar.

Identificar as principais queixas sobre a escola através do resultado do diagnóstico;



Pesquisar informações e estatísticas sobre a realidade da escola, o contexto e os cenários sociais e culturais envolvidos em cada problema;

Definir qual cenário se pretende alcançar após os apontamentos do diagnóstico;

Traçar objetivos e metas, assim como descrever ações que serão adotadas para o alcance de cada um deles, tornando factível a operacionalização do planejamento estratégico.

3.1 EIXOS DE ENSINO APRENDIZAGEM

Dados das avaliações externas.

IDEB

Ideb Observado					Metas Projetadas							
2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
4.2	4.1	4.9	4.6	5.4	4.2	4.6	5.0	5.2	5.5	5.8	6.0	6.3

3.1.1 SÍNTESE DOS RESULTADOS DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM.

Prova Brasil

Aplicada no ano letivo de 2021 a três turmas de quintos anos período matutinas, aproximadamente sessenta alunos, onde o resultado foi satisfatório.

Provinha Brasil

Aplicada para quatro turmas dos segundos anos no ano letivo de 2017, período vespertino, aproximadamente oitenta alunos, com resultado satisfatório.



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



Mutirão de Leitura

É realizado em datas que antecedem o final de cada bimestre, trabalhando o desenvolvimento das crianças através de Cantinhos de Leitura, teatro e outras atividades e através do “Projeto Ler e Aprender”.

Levam para casa o material numa sacola colorida, contendo um livro de Literatura Infantil de sua escolha, lápis, borracha, lápis de cores, caderno para produção textual, essa leitura é realizada com a família e posteriormente apresentada pelo aluno em sala de aula. E dessa forma realizada por todos os alunos da classe.

Prova Paraná

É uma avaliação diagnóstica que tem a finalidade de fornecer informações sobre os conhecimentos dos estudantes, a fim de auxiliar os professores e pedagogos na organização do processo de ensino e aprendizagem que apontará as habilidades já apropriadas no processo de ensino e aprendizagem, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Será uma ferramenta para o professor, equipe gestora da escola, secretário municipal de educação e sua equipe elaborarem a partir de evidências, ações de melhoria da aprendizagem.

3.1.2 AÇÕES DE APOIO PEDAGÓGICO E AÇÕES DE INCLUSÃO

Acolhimento

Durante os atendimentos pedagógicos realizados nas horas atividades dos professores, e no pré-conselho de classe, é feito um levantamento das dificuldades peculiares de cada educando, um momento importante para avaliar o processo ensino aprendizagem quanto à gestão da sala de aula do docente e o desempenho escolar dos alunos, bem como propor novas estratégias de trabalho, para que então cada educador possa ser orientado e assim proporcionarem atividades de recuperação de estudos, imediatamente após a apuração dos dados, que são discutidos nas horas atividades dos professores, individual ou coletivamente, onde cada docente pode aproveitar para troca de experiências ou sugestões dessas situações em sala de aula.



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/n° – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



Dessa forma, haverá revisão dos conteúdos a fim de melhorar o desempenho escolar dos alunos durante os bimestres letivos.

Os alunos com necessidades especiais, através da comprovação de laudos médicos, poderão frequentar a classe de recursos AEE, com atendimento especializado e atividades avaliativas diferenciadas. De acordo com a necessidade, a professora do AEE faz uma sondagem nas salas e a Equipe Pedagógica é comunicada sobre os alunos com alguma defasagem de aprendizagem. A professora do AEE interage com os professores através de atividades coletivas para detectar déficit de aprendizagem em determinados alunos. A escola proporciona um local para relaxamento para os alunos com laudo, sendo utilizado em casos mais específicos para autorregulação. Nesse espaço físico há um tatame emborrachado, um colchonete, hidratante e música para relaxamento.

Tendo como objetivo desenvolver ações facilitadoras da inclusão, dando sustentabilidade ao processo inclusivo, mediante aprendizagem cooperativa e trabalho em equipe. As atividades são diariamente desenvolvidas pelas professora de apoio dos alunos amparados na legalidade na qual realiza trabalho na sala de aula, acompanhando e auxiliando os alunos e professores quando necessário; dinamização de momentos de estudos, organização de oficinas com jogos adaptados a série para que contribuam no desenvolvimento sociocognitivo dos alunos; complementação e enriquecimento do currículo escolar por atividades específicas.

3.1.3 ANÁLISE DE AVANÇOS E DIFICULDADES

Em relação ao ano anterior, percebemos alguns avanços sanados em relação ao pedagógico, após intervenções com atividades diferenciadas pelo professor.

De acordo com índices de simulados das provas Brasil e do sistema Avaliar Mais, é possível verificar na devolutiva os níveis de desenvolvimento dos alunos em escalas entre adequado, básico e baixo rendimento.



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/n° – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



Família e a escola formam uma equipe. É fundamental que ambas sigam os mesmos princípios e critérios. Existem diversas contribuições que tanto a família quanto a escola podem oferecer juntas, propiciando o desenvolvimento pleno de suas faculdades cognitivas, evitando assim a retenção escolar do aluno.

Para realização desses avanços de aprendizagem e evitarmos as dificuldades que surgem com a retenção escolar, realiza-se um planejamento prévio das ações:

A escola deve sempre estar aberta e disponível aos pais fazendo-os sentirem a vontade para participar de atividades culturais entre outras reforçando o vínculo entre família e escola.

É de extrema importância que a escola mantenha professores atualizados, para oferecer o ensino de qualidade aos educandos:

Recuperação de estudos, reforço contínuo da aprendizagem.

Revisão do método de avaliação.

Atividades diferenciadas.

Utilizar de ferramentas tecnológicas.

Realização de projetos como Leitura, valores e alunos monitores.

3.1.4 PROPOSTA DE AÇÃO PARA O ANO CORRENTE

- Participação da família na escola através de palestras;
- Orientação e diálogos sobre a indisciplina na escola;
- Reuniões diárias (com professores nas horas atividades) sobre o ensino aprendido;
- Participação da família nos conselhos escolares,
- Incentivar os Projetos que envolvam a família,
- É através dessa construção coletiva que teremos uma organização capaz de efetivar uma educação de qualidade aos nossos educandos, onde possam se tornar cidadãos críticos atuantes na sociedade em que vivem.



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/n° – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



3.1.5 PROJETOS PEDAGÓGICOS

NOME DO PROJETO: Projeto Ler e Aprender

JUSTIFICATIVA: O projeto está ativo desde 2016, pois através de investigações nas salas de aulas e mutirão de leitura viu-se a necessidade de intervir através de um projeto que fosse viável para instigar a leitura dos alunos principalmente para aqueles que encontram dificuldades na aprendizagem e que dessa forma possa se apropriar da leitura individual, em grupos, na sala de aula e em prática com os pais para que venha ter uma educação de qualidade aprimorando o ensino aprendido.

PÚBLICO: Alunos, docentes, pais (comunidade escolar).

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: 1º ao 4º bimestre.

CARGA HORÁRIA DESTINADA: Meia hora diária

RESPONSÁVEIS: Direção, equipe pedagógica, docentes e pais

DISCIPLINAS ENVOLVIDAS: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia.

DESENVOLVIMENTO: O aluno recebe a sacola da leitura contendo um livro de literatura, o qual o próprio aluno escolhe, um caderno para produção textual, lápis, borracha, apontador, lápis de cores, e assim o aluno leva para casa esse material, e após a leitura com a família, realiza sua produção de texto contando o enredo da história, faz uma ilustração do texto através de desenhos e no dia seguinte retorna para sala de aula e narra sua história aos professor e demais colegas da turma e dessa forma realizado com todos os alunos da classe.

AValiação: Será avaliada a leitura do aluno, a realização dos seus pensamentos registrados no caderno textual, sua criatividade quando está ilustrando seu texto e formas adequadas de escrever e procurar significados de palavras desconhecidas que podem ser encontradas nos textos.

NOME DO PROJETO: Meio Ambiente

JUSTIFICATIVA: A intenção é possibilitar ao aluno o entendimento, e materiais que podem ser reciclados. Vivenciar de forma lúdica e textual revelações dos



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



reinos da natureza e sua relação integrada aos ciclos naturais, com a percepção ambiental, semeando no espírito da criança o amor e respeito por todos os seres e preparando os para uma atuação mais consciente no planeta em que vivemos.

PÚBLICO: Alunos, direção, equipe pedagógica, docentes e pais.

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: 3º e 4º bimestres

CARGA HORÁRIA DESTINADA: Uma hora diária

RESPONSÁVEIS: Direção, equipe pedagógica, professor, alunos e pais.

DISCIPLINAS ENVOLVIDAS: Oficina de Meio Ambiente (Período Integral).

DESENVOLVIMENTO: O projeto vem incentivando e motivando os alunos a conhecer trabalhos sobre o Meio Ambiente, mostrando a importância de preservar o meio em que vivem e os benefícios que podem proporcionar aos seres vivos e ao nosso Planeta. Efetivar com responsabilidade e comprometimento os cuidados com o espaço no ambiente escolar, cuidados com a horta da escola, onde podem plantar e colher para sua própria alimentação, aprender a separar o lixo reciclável, que dessa maneira seja consciente e saiba preservar e proteger o meio ambiente onde vivemos.

NOME DO PROJETO: Sucatoteca

JUSTIFICATIVA: O objetivo da Sucatoteca é despertar interesse no corpo docente, aprimorando e ampliando suas práticas pedagógicas. Transformando materiais recicláveis como recursos pedagógicos.

PÚBLICO: alunos, direção, equipe pedagógica, docentes e pais.

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: Durante todo o ano letivo.

CARGA HORÁRIA DESTINADA: Durante o período escolar matutino e vespertino.

RESPONSÁVEIS: Direção, Equipe Pedagógica, Professor, alunos e pais.

DISCIPLINAS ENVOLVIDAS: No Período Integral, que acontecem nas cinco oficinas: atividades esportivas em quadra, brincadeiras musicais, contações de histórias com utilização de livros e fantoches, pintura, modelagem e desenho.

DESENVOLVIMENTO: A Equipe Pedagógica reúne-se com os estagiários, enfatizando a importância na organização antecipada para essas oficinas



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/n° – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



acontecerem no Período Integral. São disponibilizados materiais para recursos na realização dessas oficinas.

NOME DO PROJETO: Monitoria aluno-aluno

JUSTIFICATIVA: Aprofundar a compreensão dos conteúdos e desenvolver competências de relacionamento pessoal e comunicação, organização e bom comportamento na sala de aula, nos horários de intervalo no refeitório e recreação na quadra, assim como os trajetos de entrada e saída na sala de aula.

PÚBLICO: Alunos dos 5os anos (monitores) e alunos de 1º ao 4º ano (monitorados).

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: durante todo o ano letivo.

CARGA HORÁRIA DESTINADA: durante o período escolar matutino.

RESPONSÁVEIS: Direção, Equipe Pedagógica, Professores, pais e alunos dos 5os anos.

DISCIPLINAS ENVOLVIDAS: Todas as disciplinas.

DESENVOLVIMENTO: Planejamento com os professores e elaboração das regras para os alunos monitores, escolha dos participantes, reunião com os alunos candidatos e a formação da equipe de monitoria.

Orientação aos professores para promover conversas constantes sobre a prática com o objetivo de eliminar receios associados ao fato de um estudante ser apoiado por outro. Reiterar que essa é uma ação importante, necessária, comum e natural no ensino. A monitoria precisa ser vista como uma atividade colaborativa, em que todos aprendem juntos. Cuide, com os demais educadores, para que essa prática não gere nenhum tipo de competição ou segregação entre os alunos.

Promover reuniões para consultar os professores e os alunos e verificar se os objetivos anteriormente planejados estão sendo alcançados. Além disso, conversar com os pais sobre possíveis percepções de mudança na aprendizagem dos filhos.



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/n° – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



3.1.6 ARTICULAÇÃO ENTRE AÇÕES DE CUIDAR E EDUCAR, NO PROCESSO DE ACOLHIMENTO DAS FAMÍLIAS E CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Para que a escola exerça o seu papel de apoio ao desenvolvimento integral da criança acreditamos que deva contar com uma equipe de profissionais qualificados permanentemente, com capacidade de planejar, executar e avaliar coletivamente as ações, tendo como base para este trabalho uma concepção filosófica clara do cuidar e educar. Sabendo da importância desse acolhimento, a Pedagoga/Orientadora recebe a família em sua sala, realiza uma conversa para apurar dados importantes em relação à antiga atividade escolar da criança, como também detectar fatores familiares que venham interferir na sua vida e rotina escolar. Pois, vivenciamos um momento onde é necessário mostrar a essas famílias um ambiente seguro e acolhedor. É feito um percurso nas dependências da escola, mostrando a localização dos ambientes necessários para que a criança se localize no seu novo ambiente escolar. Quando se faz necessário, é solicitado o material didático para a Secretaria Municipal de Educação. Os alunos que possuem algum laudo ou restrição alimentar são devidamente assistidos pelo Setor de Alimentação via SEMEDI.

Também são condições mínimas para o desenvolvimento desta proposta: estrutura física adequada, número suficiente de profissionais, política de formação contínua, recursos materiais que permitam à criança expressar com liberdade sua criatividade e ao adulto trabalhar dignamente e principalmente, respeito à diversidade cultural e social das pessoas envolvidas no processo. A proposta pedagógica adotada no Centro de Educação Infantil deverá permitir à criança a participação na construção do conhecimento, aprendendo a selecionar informações, estabelecer relações críticas, ampliar sua capacidade criadora e desenvolver conhecimentos para soluções de problemas tendo como ações em especial jogos, brinquedos e brincadeiras. Contemplar o cuidado na esfera da instituição da Educação Infantil significa compreendê-lo como parte integrante da educação, embora possa exigir conhecimentos, habilidades e instrumentos que extrapolam a dimensão pedagógica. Ou seja, cuidar de uma crian-



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/n° – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



ça em um contexto educativo demanda a integração de vários campos de conhecimentos e a cooperação de profissionais de diferentes áreas. Neste contexto é preciso entender o significado do cuidar nas interações humanas. A base do cuidado humano é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser que pensa, age e sente e se relaciona. Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. O cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio que possui uma dimensão expressiva e implica em procedimentos específicos. Assim, o desenvolvimento integral, como já propõe nossa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, depende tanto dos cuidados relacionais, que envolvem a dimensão afetiva e dos cuidados com os aspectos biológicos do corpo, como a qualidade da alimentação e dos cuidados com a saúde, quanto da forma como esses cuidados são oferecidos. No entanto, muitas atitudes e procedimentos de cuidado são influenciadas por crenças e valores em torno da saúde, da educação e do desenvolvimento infantil, assim é papel dos espaços educacionais estar trabalhando e conscientizando os atos de cuidar, tanto com a equipe pedagógica, como com a própria comunidade. Embora as necessidades humanas básicas sejam comuns, como se alimentar, proteger-se, as formas de identificá-las, valorizá-las e atendê-las são construídas socialmente. As necessidades básicas, podem ser modificadas e acrescidas de outras de acordo com o contexto sociocultural. Pode-se dizer que além daquelas que preservam a vida orgânica, as necessidades afetivas são também base para o desenvolvimento infantil, dessas necessidades básicas fisiológicas ou afetivas, surgem as ações do cuidar. A identificação dessas necessidades sentidas e expressas pelas crianças depende também da compreensão que o adulto tem das várias formas de comunicação que elas, em cada faixa etária possuem e desenvolvem. Prestar atenção e valorizar o choro de um bebê e responder a ele com um cuidado ou outro, depende de como este contexto é interpretado e vivenciado. Em determinados contextos socioculturais, é possível que o adulto que cuida da criança, tendo como base concepções de desenvolvimento e aprendizagem infantis, de educação e saúde, acredite que os bebês devem aprender a permanecer no berço, após serem alimentados e higienizados, e, portanto, não considerem o embalo como um cuidado, mas como



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



uma ação que pode “acostumar mal” a criança. Em outras culturas, o embalo tem uma grande importância no cuidado de bebês, tanto que existem berços próprios para embalar. O ato de cuidado precisa considerar, principalmente, as necessidades das crianças, que quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem dar pistas importantes sobre a qualidade do que estão recebendo. Os procedimentos de cuidado também precisam seguir os princípios de promoção à saúde e bem-estar. Para se atingir os objetivos dos cuidados com a preservação da vida e com o desenvolvimento das capacidades humanas, é necessário que as atitudes e procedimentos estejam baseados em conhecimentos específicos sobre o desenvolvimento biológico, emocional, e intelectual das crianças, levando em consideração as diferentes realidades socioculturais, entrando aí, com grande importância a formação continuada dos docentes do Centro de Educação Infantil. Para cuidar é preciso antes de tudo estar comprometido com o outro, com sua singularidade, ser solidário com suas necessidades, confiando em suas capacidades. Disso depende a construção de um vínculo entre quem cuida e quem é cuidado. Além da dimensão afetiva e relacional do cuidado, é preciso que o professor possa ajudar a criança a identificar suas necessidades e priorizá-las, assim como atendê-las de forma adequada. Assim, cuidar da criança é sobretudo dar atenção a ela como pessoa que está num contínuo crescimento e desenvolvimento, compreendendo sua singularidade, identificando e respondendo às suas necessidades. Isto inclui interessar-se sobre o que a criança sente, pensa, o que ela sabe sobre si e sobre o mundo, visando à ampliação deste conhecimento e de suas habilidades, que aos poucos a tornarão mais independente e mais autônoma. Na hora das brincadeiras, do lanche e de todas as atividades. O ato de cuidar se interliga com o de educar, pois todas as ações desenvolvidas na sala de aula, brinquedoteca/biblioteca, pátio coberto ou espaço aberto, a partir da entrada da criança, buscam o amplo e integral atendimento das mesmas. O acompanhamento do professor em todas as situações das crianças, com total dedicação, faz com que o cuidado aconteça de maneira natural. Dessa forma que poderão, gradualmente, construir as primeiras noções a respeito das pessoas, do seu grupo social, das relações e da produção de conhecimento. A interação com adultos,



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/n° – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



em especial no ato de educar por meio das brincadeiras e nas suas mais diferentes formas, como a exploração do espaço, o contato com a natureza, se constitui em experiências necessárias para o desenvolvimento e aprendizagem infantis. O professor deve promover momentos de pesquisas, experiências e trocas diferenciadas, com o intuito de induzir a criança a se inserir e entender o contexto onde vive, identificando também que pode transformá-lo. Por meio do contato e da interação com os demais personagens que integram a vida das crianças, poderão aprender noções necessárias ao seu desenvolvimento integral, conforme prediz a legislação educacional. O trabalho do professor em educar a criança da Educação Infantil se constrói por meio das brincadeiras, músicas, histórias, jogos e danças e demais conteúdos curriculares favorecendo a criação do vínculo afetivo, a ampliação e desenvolvendo valores e hábitos. Propiciar o acesso das crianças a esses conteúdos, inserindo-os nas atividades e no cotidiano da instituição desenvolve ações de educar, ou seja, de transformar a criança, por meio do conhecimento produzido, em um indivíduo crítico, autônomo e consciente.

3.1.7. ARTICULAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A partir da implementação da Lei 12.274/2006, que possibilitou a inserção/matrícula das crianças de 06 (seis) anos na classe de alfabetização. O que se evidencia é que a continuidade, a regularidade, a transição sem rupturas bruscas, mediadas pela ludicidade, mantém as crianças mais concentradas, os pais mais seguros, evitando crises desnecessárias. Nesta perspectiva, conclui-se que o projeto pedagógico da rede e/ou das instituições educacionais precisa definir compromissos ético/políticos em atenção às especificidades da infância e os cuidados pedagógicos necessários à articulação ensejada. Palavras-chave: Processos educativos. Transição Educação Infantil/Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Formação Docente. A articulação entre Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, decorre dos múltiplos desafios que cercam as mudanças legais e pedagógicas implicadas nas definições inerentes à Resolução nº5, de 17 de dezembro de 2009, a qual fixa as Diretrizes Curricula-



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



res para a Educação Infantil e Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010, que fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 09 (nove) anos, bem como a implementação da Lei. nº 12.274, de fevereiro de 2006. Além dos aspectos legais, complementam esta busca as inquietações pessoais, tendo em vista o desejo de atuar nesta incursão e compreendê-la a partir do que se produz sobre e ou a partir desta possibilidade. Foca-se a articulação, consideradas as demandas provenientes da matrícula das crianças de 06 anos nos anos iniciais do ensino fundamental, haja vista as implicações e ou desafios inerentes a este processo.

3.2 EIXO GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS, FÍSICOS, MATERIAIS E FINANCEIROS

3.2.1. LEVANTAMENTO DE AÇÕES QUE POTENCIALIZAM RECURSOS PARA CRIAÇÃO DE CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM, A EXEMPLO DAS FORMAÇÕES CONTINUADAS OFERECIDAS PELA REDE MUNICIPAL.

Equipes escolares que fazem a diferença trabalham como um time: de forma integrada, articulada, planejada. Todos os seus membros sabem que ensinar é um ofício sofisticado que vai ganhando em competência na medida em que é exercitado sob a coordenação de um gestor que tem compromisso com o sucesso de todos.

Mas um bom profissional não se faz de uma hora para outra, nem do dia para a noite. Em especial, ele não se faz sozinho: a troca com os colegas, as sugestões recebidas, os modelos de atuação observados, as orientações de um diretor experiente são essenciais para a constituição de um bom professor. É no intuito de colaborar com você que sugerimos algumas pistas que podem ajudá-lo a fazer parte da história de vida de seus professores. Vale a pena tentar! Mostre aos professores que:



1- A rotina escolar deve ser usada em proveito dos alunos e do professor. Quantas vezes você não passa por salas de aula em que há uma gritaria constante do professor e dos alunos? Quantas vezes você não escuta: "Professora, acabei a lição! E agora, o que é que eu faço?". Você já parou para pensar nos motivos que levam as coisas a serem assim? Você já se deu conta de que tempo gasto em bobagem é tempo "roubado" da aprendizagem dos alunos? Para que esse ambiente deixe de ser tumultuado e se transforme em produtivo, é fundamental que se esclareça, para os alunos, qual vai ser a rotina diária dos trabalhos. Essa informação ajuda a orientar, torna-os mais autônomos e, melhor ainda, libera o professor para ajudar aqueles que estão precisando de auxílio.

2- É importante estabelecer as regras do jogo. O professor investe, junto com seus alunos, na construção coletiva das regras de conduta, definindo os direitos e os deveres que regularão o cotidiano em sala de aula. Esse professor sabe que é preciso envolver os alunos na definição do que é possível e aceitável em sala de aula, deixando claro que as regras acordadas podem sempre ser mudadas, caso deixem de ser consensuais. Isso implica constante negociação, mas permite ao professor apelar, sempre que necessário, ao acordo firmado pela classe.

3- A sala de aula precisa ser um lugar bonito e organizado. Ninguém gosta de estar em um ambiente feio e malcuidado. A hostilidade do ambiente causa desprazer, e o desprazer repercute na aprendizagem. A forma como arrumamos a sala de aula reflete, ainda, a concepção de aprendizagem daquele que ensina onde indica que se espera apenas atenção aos ensinamentos do mestre com conversas coletivas entre colegas sem confronto de ideias. Quando a sala é "viva", isto é, quando seu arranjo muda em função da tarefa, ela evidencia uma distinta concepção do significado de aprender: um ato dinâmico, estimulante e instigante, do qual todos querem, possam e devem participar.



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



A interação professor/aluno

A sala de aula é o espaço no qual professores e alunos se encontram e interagem em torno do conhecimento. Essa interação, que constitui a dinâmica da sala de aula, é em grande parte decorrente da forma como o professor vê o processo de ensino-aprendizagem. A ideia que se tinha no passado, de alunos como pessoas relativamente fáceis de serem moldadas e dirigidas a partir do exterior, não existe mais. Foi substituída pelo entendimento de que, ao contrário, eles selecionam determinados aspectos do meio físico e social, os assimilam e processam, conferindo-lhes significados. Com isso, a concepção de aprendizagem muda radicalmente.

Se antes a aprendizagem era vista como produto exclusivo do comportamento do professor e da metodologia de ensino adotada, agora as contribuições dos próprios alunos são ressaltadas: seus conhecimentos, capacidades e habilidades prévias; sua percepção da escola e do professor; suas expectativas e atitudes diante do ensino. É com crianças e jovens que já contam com tudo isso que o professor tem de lidar em sala de aula: uns são mais cordatos, outros mais difíceis; uns acatam, outros resistem. Pouco a pouco, os alunos vão se apropriando dos ensinamentos da escola, à luz do que já conhecem. Nessa medida, constroem seus conhecimentos.

Mas, como vimos nossos alunos não constroem sozinhos seus conhecimentos. A construção do conhecimento é, portanto, um processo coletivo, que envolve alunos, professor e conteúdo de aprendizagem. Compete ao professor ajudar seus alunos a se apropriar dos conteúdos escolares. Tudo indica que a "boa" ajuda está diretamente ligada à forma como o aluno é percebido. Se ele for visto como competentes menores serão o direcionamento e o nível de ajuda fornecido pelo professor. E vice-versa: para uma percepção de menor competência, maior a ajuda e o direcionamento. Em outras palavras a eficácia do ensino depende, em grande parte, de quanto as intervenções realizadas pelos educadores são compatíveis com o nível de dificuldade que os alunos enfrentam.

Nesse sentido, é importante destacar que se a ajuda é essencial para a aprendizagem, ela é, ao mesmo tempo, transitória. Podemos dizer, então, que



a interação social em sala de aula, para ser produtiva, requer algumas condições.

Assim, para se beneficiar da ajuda do professor, é preciso que ela:

- Seja percebida como necessária.
- Corresponda à necessidade de quem a recebe.
- Seja formulada de forma compreensível.
- Seja prestada tão logo a dificuldade se manifeste.
- Possa ser utilizada assim que for recebida.
- Os desafios da interação

Se a interação social é central na aprendizagem, ela também traz muitos desafios.

Estabelecer, no começo do ano escolar, a rotina diária e as regras de conduta a serem seguidas por todos.

Conhecer bem os alunos: suas competências, seus conhecimentos e habilidades, bem como suas referências socioculturais e seus interesses.

Preparar bem a aula, articulando o que os alunos conhecem e os conteúdos que precisam ser aprendidos, imprimindo fluidez e ritmo nas lições.

Empregar tarefas diversificadas, compatíveis com o nível de dificuldade dos alunos e adequadas às suas necessidades. Oferecer material de consulta variado e relevante. Criar condições para os alunos sistematizarem os conteúdos aprendidos, usando estratégias. Abrir possibilidades efetivas de obtenção de ajuda para todos.

Avaliar sistematicamente a aprendizagem. Fazer dos erros cometidos pelos alunos oportunidades de aprendizagem. Propiciar ocasiões para recuperação e reforço da aprendizagem. Retomar os conteúdos aprendidos antes de introduzir novo: levam cada membro do grupo a estruturar melhor sua atividade, ao explicá-la e articulá-la com os demais. Facilitam a compreensão, levando ao aprimoramento e/ou ao aparecimento de novas competências individuais.

Permitem identificar a natureza da divergência existente entre as posições em jogo.



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



Grande parte do que se chama "problema de aprendizagem" é, na verdade, "problema de ensino". Em geral, as escolas optam por dois caminhos: um deles é tentar formar classes homogêneas em termos de conhecimentos, esquecendo-se de que esse procedimento tem forte impacto no do aluno.

Sempre se sabe em que "classe" se está: se na dos fortes, na dos médios ou na dos fracos. Se o aluno estiver na sala dos "bons", ele vai se achar o máximo e fazer de tudo para continuar assim. Mas se estiver na dos "fracos" e, pior, se tiver sido remanejado, ou seja, sistematicamente despejado de uma classe para outra, sucessivas vezes (como é frequente acontecer), o resultado é só um: descrença na própria competência para aprender, desânimo, nenhuma vontade de estudar. O autoconceito fica destroçado. Além disso, formar classes homogêneas implica desconsideração pelo fator idade, que determina grande parte dos interesses e motivações dos alunos. Colocar alunos mais velhos com mais novos, cria geralmente, dificuldade para os dois lados. Resumindo: organizar classes homogêneas é impossível, porque as crianças ou os jovens são sempre diferentes. O outro caminho é buscar trabalhar de forma diversificada, mantendo o grupo-classe coeso estimulado. Você pode estar se perguntando: mas não é muito mais fácil para o professor ensinar crianças que se encontram em um mesmo patamar de conhecimentos e habilidades? E nós responderemos categoricamente que não, que este é um mito perverso da cultura pedagógica brasileira. E sabe por quê? Porque a interação entre iguais, conforme visto fica muito empobrecida e sem graça. Quando você tem, em uma mesma sala, alunos que aprendem mais depressa e outros mais devagar, um estimulam o outro. Os que têm ritmo mais acelerado podem ajudar os mais lentos e, ao agir assim, são obrigados a organizar seu próprio pensamento, percebendo suas falhas e seus pontos fortes. Os que caminham de maneira mais vagarosa, por sua vez, sentem-se desafiados a aprender.

Para trabalhar com grupos heterogêneos - dado que as crianças são sempre diferentes entre si - cabe temperar a aula, ter um bom manejo de classe e, em especial, saber usar estratégias variadas, para que todos recebam a atenção necessária por parte do docente. É importante, portanto, fazer exposições para o grupo como um todo, formar grupos de colegas para trabalho cole-



tivo e abrir tempo e espaço para atendimento individualizado. Com isso, a interação professor-aluno fica mais dinâmica e o professor pode acompanhar mais de perto o processo de aprendizagem de seus alunos. Vamos ver as vantagens de cada uma dessas estratégias de ensino?

Atendimento individualizado. Como se sabe, cada aluno é único, diferente de todos os demais. Por isso, é compreensível que os professores tenham como aspiração oferecer orientação mais individualizada, que lhes permita atender todos e cada um. É esse um dos grandes motivos pelo qual os professores reclamam por terem tantos alunos na classe: acham que não conseguem ensinar todos na medida em que gostariam. O contato mais próximo possibilita conhecer melhor cada aluno, suas características, suas dificuldades e dúvidas. Quando um aluno não está conseguindo entender determinado conteúdo ou realizar certa tarefa, é vital que o professor dedique mais de seu tempo a ele.

Procurar criar espaços, ainda que semanais, para, por exemplo, dedicar-se a necessidades específicas de alguns alunos pode ser mais proveitoso do que tentar avançar com todos sem que haja condições para tal.

"Trabalho em grupo" - Esta modalidade de ensino leva os alunos a interagir com seus colegas e com o professor, permitindo que recursos individuais sejam compartilhados. No grupo, os alunos parecem se sentir mais à vontade para apresentar suas ideias, contrapor pontos de vista, fazer perguntas. Com a ajuda da professora, aprendem a planejar seu trabalho, a "negociar" entendimentos divergentes, a organizar sua maneira de proceder, a perseguir soluções e avaliá-las em face dos resultados alcançados. Em grupo, chegam a conclusões que sozinhos, não encontrariam. O trabalho em grupo cria situações que favorecem a troca, o desenvolvimento da sociabilidade, da cooperação e do respeito mútuo entre os alunos.

"Trabalho com o conjunto da classe". Este tipo de estratégia é excelente ocasião para sistematizar conhecimentos, estimular o esclarecimento de dúvidas e articular conceitos. Além disso, oferece, a todos os alunos, a noção de que eles estão acompanhando o ritmo da classe e, assim, preserva o autoconceito de cada um. Mas sempre existe um outro lado. O risco de trabalhar com o conjunto da classe é que alguns alunos, justamente os que enfrentam maior



dificuldade, podem ficar "perdidos", e os mais avançados, aborrecidos e entediados. Por essa razão, é preciso saber muito bem quando recorrer a esta forma de ensinar. A ordem é, mais uma vez, fazer um planejamento cuidadoso do ensino, levando em conta o que se conhece de cada aluno. " Todas essas estratégias devem ser usadas em sala de aula, discriminando-se, com sabedoria e bom senso, qual delas usar em cada momento. O principal critério a ser seguido está nos objetivos da tarefa: o "como fazer" é uma consequência do "para que fazer"!

As representações mútuas de professores e alunos

Um dos componentes básicos para se compreender o tipo de relação que se estabelece entre professores e alunos são as representações, ou seja, as imagens que uns fazem dos outros. Grande parte de nossa maneira de ser depende da forma como percebemos e interpretamos as ações e falas daqueles que nos cercam. Esse é um princípio sempre válido nas relações humanas e afeta, conseqüentemente, a totalidade do processo de ensino-aprendizagem. A representação que o professor faz de seus alunos influi sobre o que pensa e espera deles. Ela leva o professor a valorizar uns alunos e a menosprezar outros; a ser complacente com uns e rigoroso com outros, a se sentir motivado com uns e desanimado com outros.

As imagens que se fazem do outro, as representações, atuam também sobre os alunos. A depender delas, o apreço pelo professor será maior ou menor. A atenção ao que ele diz irá igualmente variar, bem como a importância dada à disciplina que ele leciona. Mas de onde vêm as representações? Provavelmente, sua principal fonte está no encontro que se dá entre alunos e professores e na observação recíproca das características e dos comportamentos de cada um. Com isso, constroem-se imagens iniciais que acabam sendo, frequentemente, reafirmadas no decorrer das atividades cotidianas. O professor tende a comparar o aluno que está diante dele com a representação do aluno ideal, construída ao longo de sua trajetória profissional: se ele se enquadra nessa representação, é bem aceito; caso contrário, quando se afasta dessa imagem, é encarado de forma negativa.



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/n° – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



Como os professores tem trajetórias parecidas, a representação de aluno ideal tende a ser bastante semelhante. Assim, os professores investem mais em alunos bonitos, bem arrumados e cheirosos; naqueles que demonstram maior motivação, responsabilidade e participação; nos que evidenciam aprender com facilidade; nos que vão para a escola com o material pedido. De igual modo, muito antes de entrar na escola, os alunos já formaram uma ideia também idealizada do que é um professor: ouviram seus irmãos ou pais falar sobre seus professores, viram aulas na televisão, escutaram histórias sobre docentes. Essa ideia é ativada diante do professor que está à sua frente. Despertando sentimentos positivos ou negativos.

3.2.2 ANÁLISE DE AVANÇOS E DIFICULDADES

A educação, processo de desenvolvimento essencial ao ser humano, não é estática porque acompanha a evolução e, portanto, é dinâmica e adaptável a cada novo tempo que chega. Não obstante, são criados modelos de se educar que permanecem por determinado período, as vezes longo, nas famílias, escolas e organizações. Há uma constante preocupação quanto a validade de cada modelo, a sua obsolescência ou tempo de vida útil, levando muitos estudiosos a compreender o momento em que vive a sua sociedade e as novas demandas educacionais.

Quando se trata da educação no âmbito da formação escolar, vê-se constantes debates a respeito das formas mais adequadas para se promover as relações que permeiam o conhecimento. Percebe-se, cada vez melhor, a sutilidade com que se processa a relação ensino-aprendizagem. Nomes consagrados do meio, a exemplo de Paulo Freire, revela que: "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção".

Surgem, então, novos desafios para quem deseja construir métodos e estratégias educacionais de forma refinada, levando-se em conta a evolução pela qual trafega mestre e aluno. Este movimento não ocorre com facilidade, ou seja, opera-se uma revolução. Transformações deste porte causam o já co-



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



nhecido caos, que só é descrito após a sua reorganização. Enquanto ele existe, pouco se percebe a respeito em virtude do furacão que se agita e dificulta a compreensão pelo tempo nele envolvido.

Ao focar este tipo de desafio na vida escolar, deve-se levar em conta diversos aspectos colaboradores e de alta motivação, tais como:

Considerar, enquanto avaliação preliminar, os alunos (o seu ambiente comum, os seus horários de estudo, idades e responsabilidades familiares e sociais, etc.).

Observar o conhecimento prévio que cada aluno traz consigo, e as experiências. Relevar o fato de que este conhecimento já adquirido facilita a aquisição de novo saber, sem esquecer que deve haver o respeito para com a quantidade de novas informações a serem fornecidas diariamente. No eixo da aprendizagem encontram-se três elementos para se adquirir o saber: qualidade, quantidade e tempo. Se há pouco tempo, e opta-se pela qualidade, resultará em baixa quantidade. Se a opção for pela quantidade obter-se-á baixa qualidade. É uma escolha que deve ser feita mediante as condições existentes na programação escolar. Um bom planejamento deve prever estas condições para que possam gerar maiores êxitos.

Outro item importante é o conhecimento que o mestre tem, disponibilizando-o na construção do contato diário com os alunos. Boa formação profissional é sempre bem-vinda. No entanto, deve-se lembrar que outros conhecimentos são também fundamentais, tal como o emprego das teorias e filosofias de liderança. Tem maior chance de facilitar o processo de ensino-aprendizagem o educador-líder ou líder-educador. Conhecendo-se, conhecendo o outro e as mudanças que ocorrem ao longo da vida, exercitando a empatia e obtendo um diagnóstico constante de como os seus alunos aprendem, e ainda, as suas dificuldades e anseios, e ainda, as possíveis dificuldades de aprendizagem.

Alguns métodos facilitam e devem ser levados em conta: dinâmica de grupos para sensibilizar os alunos, discussão e construção do saber com maior participação (ainda que se inicie com raros alunos, tudo tem que ter o primeiro passo), elaboração criativa de apresentações sobre determinados conhecimen-



tos (uso de recursos materiais e de ideias), recursos tecnológicos como projeções, e aulas expositivas.

Há, ainda, a preocupação do marketing pessoal que se forma, levando o aluno a se projetar no mercado de trabalho por suas habilidades: competências, aplicação prática, conhecimento, e, conseqüentemente, o marketing da instituição de ensino que é parte importante do currículo deste aluno. Logo, cria-se uma marca que identifica um bom lugar de formação e isto gera uma maior procura e crescimento decorrentes.

Organização e método podem complementar o arsenal do professor, criando uma estrutura de apoio, e atender ao funcionamento administrativo das organizações de ensino. Maior estabilidade e segurança, sem perder de vista a flexibilidade, para não se tornar rígido demais e dificultar as mudanças e as novas adaptações evolutivas.

A atenção deve observar cada detalhe, e servir como uma fonte de informações que se processa por meio da reflexão que é sempre compartilhada na relação ensino-aprendizagem, levando ao desenvolvimento comunitário.

3.2.3 DESCRIÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS, RESGUARDADAS AS ESPECIFICIDADES ETÁRIAS DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL

Para os pequenos, quase tudo na vida é brincadeira. Por isso, na Educação Infantil, não faz sentido separar momentos de brincar dos de aprender. Essa simultaneidade pede que espaços e rotina da escola sejam planejados de modo a proporcionar multiplicidade de experiências e contato com todas as linguagens, o tempo todo. Sem abrir mão, é claro, dos cuidados com segurança e saúde. É nesse ambiente de aprendizagem que as crianças vão socializar-se e ganhar autonomia. "Dentro do espaço da Educação Infantil é necessária a integração entre o educador, o planejamento pedagógico e a organização dos lugares, que funcionam como mais um elemento educativo, como se fossem um professor a mais", explica Elza Corsi, formadora do Instituto Avisa Lá, de São Paulo. Com essa concepção, que vai muito além da visão assistencialista,



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



órgãos como Ministério da Saúde e Ministério da Educação prepararam documentos para orientar a organização dos espaços nesse segmento. Nas próximas páginas, você conhece essas indicações e entende como elas se relacionam com a rotina pedagógica na Educação Infantil.

Administração

A administração da escola é a porta de entrada da instituição. Por ela serão recebidos todos os familiares, pessoas da comunidade e funcionários. É importante que as áreas administrativas sejam bem iluminadas e acolhedoras, com passagens sem obstáculos, para facilitar a circulação de pessoas. Além disso, os horários de funcionamento da instituição e informações úteis aos visitantes devem ser facilmente localizáveis.

Embora existam alguns espaços de uso exclusivo de adultos, como o almoxarifado, as crianças também podem, eventualmente, circular pela administração. Por isso, o ideal é evitar degraus e instalar portas na entrada dos espaços que não devem ser acessados. Lembre-se: as crianças só circulam pelas áreas administrativas na companhia de um adulto.

Recepção - estruture-a como um espaço acolhedor, com poltronas para receber as pessoas e que ofereça segurança com relação à possível passagem das crianças. Se possível, tenha banheiros separados para os visitantes e próximos à recepção, além de um local apropriado para receber os familiares separadamente, quando necessário.

Secretaria - onde fica boa parte dos arquivos, chaves e materiais que servem à rotina administrativa da escola. Se possível, equipe este espaço com mesas, cadeiras, computadores, impressora, quadro de chaves e armário para documentos.

Sala da direção e da coordenação - os gestores da instituição precisam de um local reservado de trabalho para a realização dos planejamentos de atividades e das reuniões com professores e familiares das crianças. Procure organizar a sala com as estações de trabalho do diretor e do coordenador e cadeiras para receber os visitantes.



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



Sala da Equipe Pedagógica - é o espaço de encontro, planejamento, descanso, reflexão e formação dos professores, cozinheiros e demais funcionários da instituição. O ideal é que conte com mesa para reuniões, armários individuais, livros, cadeiras, computador, impressora e, se possível, uma bancada para lanches.

Almoxarifado - lugar destinado ao armazenamento de equipamentos, materiais pedagógicos e administrativos que precisam ser estocados longe das crianças.

Sala Multiuso - sala com materiais pedagógicos, livros e televisão.

Com a utilização de tecnologias digitais no ensino/aprendizagem surgiram novas possibilidades, democratizando o acesso aos diferentes níveis e modalidades de ensino. Com as novas tecnologias, como internet e ambientes virtuais de aprendizagem, ampliou-se o diálogo entre todos os envolvidos no processo, dentro deste novo paradigma. Alunos e professores estão frente a um novo modo de ensinar e aprender, rompendo barreiras com a criação de novos espaços de aprendizagem. Quando o professor convida o aluno a um estudo virtual de informações, ele não apenas lança mão da nova mídia para potencializar a aprendizagem de um conteúdo curricular, mas acima de tudo contribui pedagogicamente para a inclusão deste educando na tecnologia digital. Contudo, a contribuição pedagógica para a inclusão na tecnologia exige um aprendizado prévio por parte do professor, uma vez que não basta convidar a um site para se promover inclusão digital; ele precisará operacionalizar os recursos tecnológicos e desenvolver novas formas de ensinar e de aprender. Essa questão, no entanto, diz respeito à formação do professor – aquela que poderá ser desenvolvida na sua própria Escola e de forma continuada, pois hoje com a tecnologia basta ter o apoio institucional que prioriza a qualidade do trabalho educacional. A escola possui rampa e banheiros adaptados para alunos cadeirante.



Tabela com a organização do espaço físico

Dependência	Quantidade	Condições de utilização		O que está inadequado?
		Adequada	Inadequada	
Diretoria	01	X	-	
Secretaria	01	X	-	
Sala de Professores	01	X	-	
Sala da Equipe Pedagógica	02	X		
Sala de Recursos Multifuncional	01	X		
Classe Especial	01	X	-	
Sala de Apoio Escolar	01	X	-	
Biblioteca	01	X	-	
Laboratório de Informática	01	-	X	São necessários mais computadores
Auditório	01	X		
Sala de Aula	13	X	-	
Depósito de material de limpeza	01	X	-	
Dispensa	01	-	-	
Refeitório	01	X	-	
Pátio coberto	01	X	-	
Quadra de esportes coberta	01	-	x	Falta de pintura e estrutura para jogos
Cozinha	01	X	-	
Área de serviço	-	-	-	
Sanitário dos Professores	01	X	-	
Sanitário dos serviços gerais	01	X	-	
Sanitário dos alunos	20	9	11	Precisando de reparos.
Sanitários adaptados	4	X	-	
Rampa	1	X	-	



3.2.4 PROPOSTAS DE AÇÃO PARA O ANO CORRENTE

As ações que efetivarão na melhoria no processo Ensino Aprendizagem e na utilização coerente dos Recursos oriundos do FNDE e dos recursos próprios garantirão a efetivação da Gestão Democrática em nossa instituição de Ensino.

PROPOSTAS DE AÇÃO PARA O ANO CORRENTE		
Metas	Ações	Período
Reduzir os números de faltas	Contato família/ Conselho Tutelar	Diurno
Colaborar com a elevação do nível do ensino e a redução da evasão, e do insucesso escolar.	Aprofundar a compreensão dos conteúdos e desenvolver competências de relacionamento pessoal e comunicação.	Diariamente
Melhoria no processo Ensino Aprendizagem	Mutirões leitura e tabuada/ auxílio na hora atividade/oficinas lúdicas	Semanalmente / trimestralmente / diariamente
Utilização responsável dos recursos materiais e financeiros	Reuniões com A.P.M.F./ Conselho Escolar / responsáveis e funcionários	Mensalmente seguindo calendário de reuniões
Gestão democrática	Reuniões com A.P.M.F./ Conselho Escolar / responsáveis e funcionários	Mensalmente seguindo calendário de reuniões

Plano de Ação da Equipe de Apoio Administrativo

Os funcionários das áreas de administração escolar atuam na secretaria da instituição de ensino.

O serviço da secretaria é coordenado e supervisionado pela direção.

O Plano de Ação da Equipe de Apoio Administrativo estabelece ações que devem possibilitar a organização de documentos dos alunos e funcionários da Escola.



Apoio Administrativo		
Metas	Ações	Período
Organização de documentos	Matrículas/ Transferências	Diariamente / Mensal
Organização de documentos	Lançamentos de notas	Trimestral
Organização de documentos	Conferências do resultado final	Final do Ano Letivo

Plano de Ação da equipe de Apoio Operacional

Os funcionários que atuam no Apoio Operacional no Desenvolvimento Educacional têm a seu encargo os serviços de conservação, manutenção, preservação, segurança e da alimentação, no âmbito escolar, sendo coordenado e supervisionado pela Equipe Gestora.

Plano de Ação da Equipe de Apoio Operacional		
Metas	Ações	Período
Conservação	Retirar pó	Diariamente
	Limpeza dos vidros	Diariamente
	Lavar pátio e banheiros	Semanalmente/ diariamente
Segurança e da alimentação	Auxiliar os alunos durante as refeições	Diariamente

3.3 EIXO - DEMOCRÁTICO E PARTICIPATIVO

Tendo como fundamento o que dispõem os artigos 12 e 13 da LDB, pensar a organização do trabalho pedagógico e a gestão da escola, pressupõe conceber a organização e gestão das pessoas, do espaço, dos processos que viabilizam o trabalho de todos aqueles que se inscrevem no currículo em movimento expresso no projeto político-pedagógico e nos planos da escola.

Pensar, portanto, a organização, a gestão da escola é entender que esta, enquanto instituição dotada de função social, é palco de interações em que os seus atores colocam o projeto político-pedagógico em ação compartilhada.



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



Nesse palco está a fonte de diferentes ideias, formuladas pelos vários sujeitos que dão vida aos programas educacionais.

3.3.1 INTEGRAÇÃO ESCOLA E COMUNIDADE

Com uma proposta de educação baseada na democracia, onde incentiva-se a gestão compartilhada com a comunidade escolar, na qual tanto pais, alunos como os educadores são componentes ativos. A Direção e Equipe pedagógica incentivam todos a interagir de forma coletiva, onde a responsabilidade e o comprometimento venham beneficiar o aluno no ensino aprendido.

Para isso, a instituição reúne professores, alunos e funcionários para estabelecer regras de convivência e dinâmicas de uso dos espaços e materiais. Dessa forma, os alunos identificam e compreendem melhor quais são os direitos, bem como os deveres de cada membro da comunidade.

Quando há conflitos, os alunos envolvidos se sentam para conversar junto aos mediadores. O problema é discutido e são propostas soluções, que devem ser acompanhadas tanto pelos pais como pela escola sempre com a intenção de solucionar dessa forma os problemas que surgem no dia a dia.

Afinal, o engajamento da comunidade no projeto educativo da nossa escola contribui para a construção de uma educação voltada para a cidadania, a convivência e os valores democráticos.

A interação Escola e Comunidade se estabelece:

- a) Reuniões de pais,
- b) Encontro de Familiares,
- c) Reunião de APMF e Conselho Escolar,
- d) Decisões no uso dos recursos FNDE/ Próprios
- e) Festividades

Estas ações buscam permitir que a comunidade valorize o seu papel neste processo.



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/n° – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



3.3.2 PROJETOS E PARCERIAS.

Tempo de Aprender

No Mais Alfabetização todo professor regente contará com o apoio de um assistente de alfabetização para o desenvolvimento de atividades pedagógicas. Haverá apoio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), com recursos específicos para a contratação desses assistentes e para a realização de atividades voltadas para as turmas de primeiro e segundo anos do ensino fundamental.

Formação – A formação também será focada no protagonismo para as redes, centrada na prática e realizada em serviço. A formação continuada de professores regentes contemplará também mestrado profissional em alfabetização e didática aplicada, com foco na alfabetização e gestão da aprendizagem. No caso dos assistentes de alfabetização, serão realizadas oficinas com foco na alfabetização e gestão da aprendizagem. Gestores das escolas e equipes técnicas também serão capacitados.

No caso da formação inicial, a articulação do Mais Alfabetização com a Política Nacional de Formação de Professores vai direcionar os estudantes de pedagogia e licenciaturas afins para residência pedagógica nos primeiros e segundo anos do ensino fundamental. Nas escolas mais vulneráveis, onde mais da metade dos estudantes tiveram desempenho insuficiente na Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), em 2016, serão 10 horas por semana com os assistentes de alfabetização.

Nas demais, as atividades terão cinco horas semanais. No Programa Mais Alfabetização as escolas e redes farão ainda avaliações periódicas para acompanhar a aprendizagem das crianças e dar suporte ao replanejamento do trabalho desenvolvido pelas escolas considerando os resultados obtidos com o programa.

“Recentemente divulgamos os resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização e vimos que os resultados são muito preocupantes, sem qualquer avanço nos últimos anos”, ressaltou o secretário de Educação Básica, Rossieli Soares. “Como resposta nós criamos o Mais Alfabetização, que vai levar um assistente de alfabetização para



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/n° – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



cada um dos professores do Brasil, em todas as turmas com mais de 10 alunos matriculados, garantindo que o professor possa dar mais tempo de qualidade no atendimento aos alunos, visando a melhoria e a qualidade da aprendizagem no processo, que é o mais importante de toda a educação”.

Tempo de Aprender – O programa Tempo de Aprender faz parte de uma série de ações que respondem a um cenário preocupante revelado pelos resultados da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) de 2016, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) no final de 2017.

De acordo com a ANA, os níveis de alfabetização das crianças brasileiras em 2016 são praticamente os mesmos que em 2014. Os resultados revelaram que 54,73% dos estudantes acima dos 8 anos, faixa etária de 90% dos avaliados, permanecem em níveis insuficientes de leitura. Encontram-se nos níveis 1 e 2 (elementares). Na avaliação realizada em 2014, esse percentual era de 56,1. Outros 45,2% dos estudantes avaliados obtiveram níveis satisfatórios em leitura, com desempenho nos níveis 3 (adequado) e 4 (desejável). Em 2014, esse percentual era de 43,8.

O desempenho dos estudantes do terceiro ano do Ensino Fundamental matriculados nas escolas públicas permaneceu estatisticamente estagnado na avaliação durante esse período. Os resultados revelam ainda que parte considerável dos estudantes, mesmo tendo passado por três anos de escolarização, apresentam níveis de proficiência insuficientes para a idade. A terceira edição da ANA foi aplicada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) entre 14 e 25 de novembro de 2016. Foram avaliadas 48.860 escolas, 106.575 turmas e 2.206.625 estudantes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, determina o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.

A Portaria 4/2018 observa que “em média, 97% das crianças brasileiras estão matriculadas no primeiro ano e que o processo de alfabetização é a base



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



para garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem durante toda a vida para todos”. Diante disso, o programa Mais Alfabetização vem para reforçar a necessidade de fortalecer o aprendizado desses alunos em sua fase inicial.

Para ser considerado alfabetizado, o estudante deve compreender o funcionamento do sistema alfabético de escrita; construir autonomia de leitura e se apropriar de estratégias de compreensão e de produção de textos. Já em matemática, deve aprender a raciocinar, representar, comunicar, argumentar, resolver problemas em diferentes contextos, utilizando conceitos, procedimentos e fatos matematicamente.

Adesão - A partir de 12 de janeiro os estados e municípios terão 30 dias para fazer a adesão ao programa pelo Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do MEC (SIMEC). A expectativa é de que o programa esteja em pleno funcionamento a partir de março.

A portaria que institui o programa foi publicada no Diário Oficial da União desta quinta-feira.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

PROERD: O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência é desenvolvido nas escolas públicas e particulares para os 5º e 7º anos. Com objetivo de transmitir uma mensagem de valorização a vida e da importância de manter longe das drogas e da violência. É desenvolvido por policiais Militares durante um semestre, uma vez por semana, usando apostila de apoio com atividades de prevenção contra as drogas e outras situações de risco.

PORTO ESCOLA: Projeto destinado aos alunos dos quintos anos para conhecer a logística portuária da nossa cidade visando abordar assuntos referentes à relação do porto/cidade e do porto/meio ambiente e noções de segurança ambiental e com o trabalhador portuário, além de práticas cidadãs de conscientização quanto à conservação do meio ambiente em que estamos inseridos. É uma promoção da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina- APPA



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



em parceria com a Prefeitura Municipal de Paranaguá - Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral (SEMEDI). Na escola são abordados temas históricos e estruturais sobre o porto de Paranaguá e realizados passeios no porto com transporte até o terminal portuário e administrativo, onde monitores do projeto Porto Escola explanam a importância de conhecer as vertentes de desenvolvimento portuário. Em sala de aula é trabalhado a produção de frases e desenhos sobre o que viram durante o passeio. Participando de concurso oferecido pelo porto aos melhores trabalhos.

3.3.3. INSTITUIÇÕES AUXILIARES: AMPF, CONSELHO ESCOLAR E GRÊMIO ESTUDANTIL

Proposta de Trabalho da Escola para articulação com a família e a comunidade

O Conselho Escolar é um órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa, avaliativa e fiscalizadora sobre a organização do trabalho pedagógico e administrativo da instituição escolar em conformidade com as políticas e as diretrizes educacionais da Secretaria de Estado da Educação, a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Estatuto da Criança e do Adolescente, O Projeto Político-Pedagógico e o Regimento Escolar. A equipe gestora do Conselho Escolar reúne-se trimestralmente para prestações de conta e efetivação de propostas.

O Conselho Escolar é concedido como local de debate e tomada de decisões, onde a comunidade escolar pode colocar seus interesses e suas reivindicações. O Conselho possibilita a delegação de responsabilidade e o desenvolvimento de diversos participantes. É um gerador de descentralização. E, como órgão máximo de decisão no interior da escola, procura defender uma nova visão de trabalho.

PLANO DE AÇÃO – CONSELHO ESCOLAR

Destacamos a seguir, as principais ações, estabelecidas em conjunto, previstas para serem desenvolvidas pelo Conselho Escolar:



- * Reuniões para estudar as atribuições do Conselho Escolar e entender como este pode ajudar no bom andamento das ações da escola;
- * Reunião, juntamente com a APMF, para discutir e priorizar os gastos com as verbas do Fundo Rotativo e o PDDE, bem como analisar e conferir prestações de contas;
- * Participação das reuniões pedagógicas, a fim de se inteirar dos procedimentos pedagógicos;
- * Participação nos conselhos de classe;
- * Realizar discussões acerca da elaboração do calendário escolar;
- * Conhecer e acompanhar a organização e as determinações do Regimento Escolar, propondo alterações quando necessário;
- * Acompanhar o desenvolvimento do Projeto Político-Pedagógico, avaliando-o constantemente, realizando as mudanças que visem melhorar a qualidade do ensino ofertado.

PROPOSTA DE TRABALHO DA ESCOLA PARA ARTICULAÇÃO COM A FAMÍLIA E A COMUNIDADE

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs 1998: p. 32) para que aconteça a interação entre a escola e a comunidade, é preciso buscar formas para que a escola esteja mais presente no dia-a-dia da comunidade e também o inverso, isto é, a escola (...). De modo que a escola, os estudantes e professores possam se envolver em atividades voltadas para o bem-estar de sua comunidade.

O convívio escolar é decisivo na aprendizagem de valores sociais e o ambiente escolar é o espaço de atuação mais imediato para os alunos. Assim, é preciso salientar a sua importância.

É desejável a comunidade escolar refletir sobre o trabalho, sobre os objetivos que se pretende atingir e sobre as formas de conseguir, esclarecendo o papel de cada um nessa tarefa.

É mais fácil envolver os pais em qualquer trabalho quando eles sentem que suas experiências e vivências são valorizadas pelo projeto da escola. Ao criar situações para a participação das famílias, o docente reforça a integração



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



social e potencializa a construção coletiva de aprendizagens e saberes. Esse processo ajuda a transformar práticas ultrapassadas e abre perspectivas para a resolução de problemas. É preciso que fique claro que o trabalho é lento. Enquanto não ocorre um ajuste entre as estratégias dos professores e as das famílias, podem surgir alguns conflitos. Para isso, segue algumas sugestões: → Expor o projeto e explicar sua importância; → Convidar os pais a participar de palestras, encontros, mutirões e oficinas nas quais vivam situações que os filhos realizam no dia a dia; → Preparar um espaço em que os principais problemas da comunidade e da escola possam ser debatidos e incentivar a formação de comissões para juntos resolverem; → Propor, sempre que possíveis trabalhos com função social; → Expor os trabalhos confeccionados por cada oficina.

3.4 EIXO DE FORMAÇÃO

SEFE

SEMEDI

FORMAÇÃO INTERNA

3.4.1 DIAGNÓSTICO E PLANO DE FORMAÇÃO CONTINUADA

Bem estruturado, o aprimoramento profissional dentro do ambiente de trabalho é um dos mais eficientes instrumentos para a melhoria do ensino. Contudo, um estudo realizado pela Fundação Victor Civita em 2009 sobre as práticas eficazes de gestão escolar mostrou que, muitas vezes, a formação em serviço não passa de ficção. Mesmo nas redes que têm o horário de trabalho pedagógico coletivo, ele muitas vezes é desvirtuado e acaba servindo para qualquer outra coisa, menos discutir as questões enfrentadas pelo professor na sala de aula. Das 14 reuniões acompanhadas pelos pesquisadores, apenas quatro tinham a pauta baseada em problemas de aprendizagem - e, mesmo assim, não se aprofundaram nas didáticas específicas. NOVA ESCOLA GESTÃO ESCOLAR ouviu os especialistas e concluiu que há cinco aspectos essenciais para que a formação continuada aconteça e traga um bom resultado:

- Tempo: Os horários de trabalho coletivo devem ser predefinidos, com



duração suficiente para o desenvolvimento de estratégias formativas.

- Organização da rotina: O dia a dia do coordenador deve priorizar o planejamento das reuniões formativas e as atividades como observação das aulas, seleção de referências teóricas e análise dos registros da prática dos professores para que os encontros reflitam as necessidades dos docentes.

- Conhecimento para bem utilizar o horário do trabalho pedagógico, é preciso que o coordenador cuide da própria formação, estudando as novas didáticas e as teorias que embasam a prática docente.

- Tato pedagógico. É como se denomina a junção de três capacidades: a de saber ouvir, se comunicar e se relacionar - fundamentais para estabelecer uma relação de confiança e respeito com a equipe.

- Transformação da prática A formação será tão eficiente quanto mais ela levar os professores a repensar e transformar sua maneira de ensinar para fazer com que todos os alunos aprendam.

Todo mundo que trabalha em escola sabe que o ideal seria o coordenador pedagógico poder se dedicar apenas à formação dos professores. Mas muitas vezes ele acaba assumindo outras funções. "De 70 a 80% da rotina dos coordenadores é consumida na resolução de problemas. Melhor seria se fosse destinada ao estudo de maneiras de aperfeiçoar os procedimentos de ensino, com os objetivos de aprendizagem. Com base no diagnóstico periódico das necessidades de aprendizagem de alunos e professores, é possível definir um projeto específico para a formação continuada.

3.4.2 FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS

A formação é realizada aos professores e funcionários durante a Semana Pedagógica no início e ao decorrer do ano letivo.

São realizados cursos de formação aos profissionais da Educação com carga horária que será usada tanto para conhecimentos como para elevação de nível.

Formação continuada pela escola é realizada nas Horas Atividades Concentradas onde professores se reúnem e fazem debates de assuntos referentes ao processo pedagógica, troca de experiências e estudos de diversos



assuntos referentes ao ensino aprendizagem e outros enviados pela Secretaria Municipal de Ensino da Educação Integral (SEMEDI).

Durante o ano letivo serão realizadas palestras para os agentes operacionais sobre a prática de limpeza e conservação dos ambientes e materiais na escola, mantendo dessa forma os cuidados com o patrimônio público.

4. ORGANIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

4.1 QUADRO GERAL DE FUNCIONÁRIOS

Cargo/Função	Nome	Vínculo		Escolarização									
		Padrão	Hora Aula	Fund.		Médio		Superior		Pós			
				C	I	C	I	C	I	C	I		
Gestora	Nilza Maria de Almeida Bonaldi	X										X	
Secretário Geral	Sandra do Rocio Mendes	X						X					
Coordenadora	Maristela P. Fabiano	X										X	
Coordenador	Adenilson Ferreira de Abreu	X						X				X	
Orientadora	Flávia Christina Montalvão Oliveira	X						X				X	
Serviços Gerais	Fátima Gouvea Martins	X				X							
Serviços Gerais	Karina Assunção Wagner Gonçalves	X				X							
Serviços Gerais	Mariane Rodrigues da Cunha	X				X							
Serviços Gerais	Orlando Cristiano dos Santos	X		X									
Serviços Gerais	Dircélia Conceição Rodrigues	X				X							
Vigia	Pedro José Costa			X									
P r o f e	Pré II A	Suellen Pazinato C. de Araújo	X					X					
	Pré II B	Priscila Martins da Graça Flavio	X									X	
	Pré II C	Danielle do Rocio Silva Viana	X					X					
	Pré II D	Ivanilda Alexandra C. Silva										X	



s s o r e s	1º Ano A	Eliane de Freitas Timóteo	X																X
	1º Ano B	Elisete da Silva Reis	X																X
	1º Ano C	Gisele Maria Name Santiago	X								X								
	2º Ano A	Elisete da Silva Reis	X																X
	2º Ano B	Vera Elis Mendes	X																X
	2º Ano C	Janete Emília Corrêa da Silva	X								X								
	3º Ano A	Elisete Venâncio	X																X
	3º Ano B	Noemi Lacerda de Oliveira	X								X								
	3º Ano C	Suelen da Silva Sampaio	X								X								
	4º Ano A	Iara Suily dos Santos Fagundes	X																X
	4º Ano B	Luciana Michele Rosa Leite	X																X
	4º Ano C	Vera Elis Mendes	X																X
	4º Ano D	Heloísa Cláudia Silva Demétrio	X								X								
	5º Ano A	Gisele Maria Name Santiago	X								X								
	5º Ano B	Andréia Cristina Farias Pereira	X																X
	5º Ano C	Edilaine Rausis	X																X
	5º Ano D	Donaide Pontes T. dos Santos	X																X
	Corregente Pré A, B, C e D	Denise Alves da Rosa	X								X								
	Corregente 1º Ano A	Denise Alves da Rosa	X								X								
	Corregente 1º Ano B, C e D	Elisete Pires Venâncio	X																X
Corregente 2º Ano A	Noemi Lacerda de Oliveira	X								X									
Corregente 2º Ano B e C	Luciana Michele Rosa Leite	X																X	
Corregente 3º Ano A	Noemi Lacerda de Oliveira	X								X									
Corregente 3º Ano B e C	Eliane de Freitas Timóteo																	X	
Corregente 4º Ano A, B, C e D	Franciele Gonçalves	X																	



Corregente 5° Ano A, B, C e D	Derly Neide L. França	X						X			
Integral	Kelly da Rosa Maria	X								X	
Integral	Heloísa Cláudia Silva Demétrio	X								X	
Integral	Iara Suily dos Santos Fagundes	X								X	
Integral	Rosângela Rodri- gues dos Santos	X								X	
Profª Apoio Pré D	Luana Gonçalves da Rosa Pereira	X								X	
Profª Apoio	Lutfieh Nehme Hajar	X								X	
Ed. Física	Sandra Cândida P. Pazinato	X								X	
Ed.Física	Matheus Edilberto Roth		X							X	
Ed. Especial	Waldirene Christine Almeida	X								X	
Ed. Especial	Patrícia Gonçalves	X								X	
Estagiária	Elizabeth Iozofovich da Silva								X		
Estagiária	Jheinyffer do Carmo								X		
Estagiária	Vitória Delorenci Morais								X		
Estagiária	Lilian Correa Mendes dos Santos								X		
Estagiário	Nicolas Pereira Silva							X			

Cargo/Função	Quantidade
Gestor	01
Secretário Geral	01
Equipe Pedagógica	03
Assistente Administrativo	01
Serviços Gerais	06
Vigia	01
Estagiários	05



P r o f e s s o r e s	Educação Infantil	04
	Ensino Fundamental 1º à 5º ano	25
	Educação Especial	02
	Ensino Integral	04
	Educação de Jovens e Adultos.	-
	Atendimento Especial	01

4.2 QUADRO DE HORÁRIOS DA EQUIPE DOCENTE E HORA ATIVIDADE

DIA DA SEMANA	MATUTINO	VESPERTINO
Segunda-feira	Suellen Pré A	Daniela Pré C
	Eliane 1ºA	Elisete Silva 1ºB
	Elisete Silva 2ºA	Vera 2ºB
	Iara 4ºA	Noemi 3ºB
	Gisele 5ºA	
Terça-feira	Priscila Pré B	Ivanilda Pré D
	Elisete Venâncio 3ºA	Gisele 1ºC
	Andrea 5ºB	Janete 2ºC
	Luciana 4ºB	Suellen 3ºC
Quarta-feira	Corregente Denise	Corregente Elisete Venâncio
	Corregente Noemi	Corregente Denise
	Corregente Franciele	Waldirene Classe Especial
	Corregente Derly	Corregente Eliane
	Márcia Classe Especial	Rafael Arte
	Janete Artes	Matheus Educação Física
	Sandra Educação Física	
Quinta-feira	Professora de reforço Lutfieh	Érica 1ºD
	Vera 4ºC	Professora de reforço Leonir
	Edilaine 5ºC	
Sexta-feira	Heloísa 4ºC	Corregente Luciana
	Donaide 5ºD	
		Período Integral
		Segunda à sexta-feira
		16h30 às 17h30
		Iara, Heloísa, Kelly e Rosângela



TABELA DE HORA-ATIVIDADE DOS PROFESSORES

Horário de Funcionamento da Instituição

Horário de funcionamento	Escolarização	Atividade Complementar (Integral)
Manhã	07h30 às 11h30	11h30 às 13h30
Tarde	13h30 às 17h30	13h30 às 16h30

4.3 QUADROS DE TURNOS E CLASSES

Abaixo segue tabela com a constituição de turmas, número de alunos e turnos de funcionamento referente ao ano de 2022.

Educação Infantil							
	MATUTINO		VESPERTINO		TOTAL		
	Turma	Alunos	Turma	Alunos	Turma	Alunos	Inclusão
Pré I	-	-	-		-		-
Pré II	-	-	-		-		-
Pré III	02	21	02	23	04	44	-
TOTAL	02	21	02	23	04	44	-
Ensino Fundamental							
ANO/E.F.	MATUTINO		VESPERTINO		TOTAL		
	Turma	Alunos	Turma	Alunos	Turma	Alunos	Inclusão
1º ano	01	22	03	60	04	82	-
2º ano	01	17	02	33	03	50	1
3º ano	01	22	02	43	03	65	-
4º ano	04	78	-	-	04	78	1
5º ano	04	66	-	-	04	66	-
6º ano	-	-	-	-	-	-	-



7º ano	-	-	-	-	-	-	-
8º ano	-	-	-	-	-	-	-
9º ano	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	11	205	07	136	18	341	2
Educação Especial							
AEE	01	02	01	04	03	06	-
CLASSE ESPECIAL	-	-	01	04		04	
TOTAL	01	02	02	08	03	10	-

4.4 CURRÍCULO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO ESPECIAL

No link abaixo encontra-se o Currículo Municipal de Paranaguá que funciona como um guia de todo o processo educacional, pois determina o caminho pedagógico que os alunos percorrerão nas escolas municipais. Nele, estão organizados os conteúdos que serão estudados, bem como habilidades e competências a serem desenvolvidas em cada etapa escolar.

Disponíveis em:

<https://semedi.paranagua.pr.gov.br/conteudo/pedagogico/curriculo>

Educação infantil: parana-

[gua.pr.gov.br/semedi/downloads/0%20CADERNO%20EDUC.%20INFANTIL.pdf](https://www.paranagua.pr.gov.br/semedi/downloads/0%20CADERNO%20EDUC.%20INFANTIL.pdf)

Ensino Fundamental:

<https://www.paranagua.pr.gov.br/semedi/downloads/0%20CADERNO%20ENS.%20FUNDAMENTAL.pdf>

Educação Especial:

<https://www.paranagua.pr.gov.br/semedi/downloads/0%20%20CADERNO%20EDUC.%20ESPECIAL.pdf>



4.5 QUADRO DA ORGANIZAÇÃO DE TODOS OS GRUPOS DE CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL, INDICANDO O PERÍODO, A QUANTIDADE DE ALUNOS E PROFESSORES

TURMA	PERÍODO	Nº DE CRIANÇAS	Nº DE PROFESSORES
PRÉ A	MANHÃ	8	1
PRÉ B	MANHÃ	9	1
PRÉ C	TARDE	12	1
PRÉ D	TARDE	12	1
1º ANO A	MANHÃ	19	1
1º ANO B	TARDE	19	1
1º ANO C	TARDE	20	1
2º ANO A	MANHÃ	15	1
2º ANO B	TARDE	17	1
2º ANO C	TARDE	16	1
3º ANO A	MANHÃ	20	1
3º ANO B	TARDE	22	1
3º ANO C	TARDE	22	1
4º ANO A	MANHÃ	20	1
4º ANO B	MANHÃ	20	1
4º ANO C	MANHÃ	19	1
4º ANO D	MANHÃ	20	1
5º ANO A	MANHÃ	17	1
5º ANO B	MANHÃ	17	1
5º ANO C	MANHÃ	16	1
5º ANO D	MANHÃ	16	1
TOTAL		356	21

4.6. QUADRO DO HORÁRIO DAS TURMAS POR TURNO

MANHÃ	TARDE
PRÉ A	PRÉ C
PRÉ B	PRÉ D
1º ANO A	1º ANO B
2º ANO A	1º ANO C
3º ANO A	1º ANO D
4º ANO A	2º ANO B
4º ANO B	2º ANO C



4º ANO C	2º ANO D
4º ANO D	3º ANO B
5º ANO A	3º ANO C
5º ANO B	PERÍODO INTEGRAL A
5º ANO C	PERÍODO INTEGRAL B
5º ANO D	PERÍODO INTEGRAL C
	PERÍODO INTEGRAL D

4.7. QUADRO DE UTILIZAÇÃO DA QUADRA, DE LABORATÓRIOS E OUTROS ESPAÇOS PEDAGÓGICOS.

QUADRA

Educação Física - Manhã- Professora Sandra					
Horário	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
7h30 às 8h30	5º B	4º D	Permanência	2º A	3º A
8h30 às 9h30	4º B	4º C	Permanência	5º D	4º A
10h30 às 11h30	5º C	Classe Especial	Permanência	1º A	5º A

Educação Física - Tarde - Professor Matheus					
Horário	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
13h30 às 14h30	Pré D	1º B	Permanência	Integral	1º D
14h30 às 15h30	Recreio dirigido	3º B	Permanência	Classe Especial	3º C
16h30 às 17h30	1º C	2º B	Permanência	2º C	Pré C



4.8. PLANO DE ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS NOS ESPAÇOS PEDAGÓGICOS, EM ÁREAS VERDES E RECREIO

A tudo que nos cerca, é parte do espaço em que vivemos e em que podemos interferir, chamamos de meio ambiente. A educação escolar cabe criar nos alunos uma consciência ambiental, até mesmo nos comportamentos dos próprios estudantes e educadores na escola: economizar água, produzir menos lixo e lhe dar o destino correto, estabelecer uma relação ecologicamente correta entre as áreas construídas e as áreas verdes do espaço escolar. No espaço escolar o essencial é que seus componentes se articulem com o projeto político-pedagógico, que contribuam para se alcançar os objetivos educacionais os quais citamos:

- O conhecimento, a percepção e a prática do espaço, particularmente do espaço da educação escolar.
- Estabelecer conexões entre as práticas espaciais e as pedagógicas, as administrativas e as sociais.
- Dar um sentido mais amplo às atividades de preservação e à manutenção do patrimônio físico da escola, relacionando-as com o uso das instalações físicas pelas atividades educativas.
- Levar aos alunos noções de representações de espaço, assim como de unidades ambientais para que eles, com tais instrumentos, possam participar do processo educativo.
- Vincular suas atividades práticas e os correspondentes saberes às atividades didático-pedagógicas, de modo que os alunos, bem como os outros atores da escola, tomem consciência do valor do seu trabalho para a educação.
- Compreender os vários aspectos do edifício escolar, de modo que tire melhor proveito didático-pedagógico de suas instalações.
- Para atingir essas metas, vale a reflexão sobre essas questões e propõe um conjunto de exercícios relacionados a problemas que versam sobre o planejamento do espaço escolar, vinculando-o à manutenção das instalações físicas e seus serviços.



Nas questões-problema, abordaremos em particular o edifício da escola, ressaltando sua arquitetura e utilização, pois sem elas a educação presencial não se realizaria plenamente. Nesse sentido, as construções e a área aberta da escola são imprescindíveis.

5. AVALIAÇÃO

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A avaliação na Educação Infantil se relaciona a querer conhecer melhor cada criança, partindo da identidade da criança que está sendo avaliada, assim como da identidade do professor que trabalha com ela. Nessa perspectiva, a avaliação se articula à ética, ao zelo, ao respeito e à atenção especial para com as crianças e seu bem-estar. Segundo Moro e Souza (2016) ao observar diariamente a criança, os professores conseguem conhecer seu desenvolvimento, historizando suas conquistas e seus avanços em termos de aprendizagens, ampliação de conhecimentos e desenvolvimento. É importante sempre registrar tudo que foi observado, pois o registro materializa as observações feitas e legitima a tomada de decisão acerca das mudanças necessárias ou da manutenção das práticas educativas que estão sendo realizadas. De acordo com o artigo 10, inciso I, das DCNEI, “a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano” é fundamental nesse processo. Observação é um processo chave na experiência educativa, precisando estar aliada a outra ação-chave, que é o registro. Ao registrar suas leituras daquela realidade, você estará usando parte de seu tempo para refletir sobre como a criança revela os seus saberes. São várias e diversas as formas de registro indicadas no inciso II, do artigo 10, das DCNEI, como relatórios, fotografias, desenhos, álbuns, entre outros. Os registros são tidos como formas de documentar todo o processo, sendo, por isso, constitutivo da ação educativa. O fundamental em quaisquer formas de registro sobre as crianças individualmente é que estas permitam captar a singularidade de cada criança, como ela vivencia as experiências que são



oferecidas, que situações ou aspectos inusitados acontecem. É necessário que pareceres ou relatórios também sejam claros em relação a quem ele pretende “informar”: os pais, a instituição, a própria criança. É necessário considerar que o texto deve se fazer entender. Os pais ou responsáveis pelas crianças, interlocutores importantes, nem sempre têm familiaridade com os termos da área da Educação que usamos. É muito importante lembrar disso para adequar a linguagem a ser utilizada nos registros escritos. Portanto, a avaliação acompanha o processo educativo, pode ocorrer a todo momento e em todas as situações; tem um caráter processual e não classificatório. Cada criança deve ter o seu próprio portfólio e o educador antecipadamente, definir quais serão as atividades que irão compor o portfólio. Segue as indicações para elaboração: -

A instituição estabelecer uma política para o portfólio;

- Coletar amostras de atividades;
- Tirar fotografias;
- Fazer entrevistas;
- Efetuar registros sistemáticos;
- Realizar registros de casos;
- Preparar relatórios narrativos;
- Usar portfólios em situações de transição.

A avaliação das crianças na Educação Infantil não deve se vincular ao currículo do primeiro ano do Ensino Fundamental. Infelizmente, isso já tem acontecido, assim como vem determinando os conteúdos a serem trabalhados com as crianças na Educação Infantil. Algumas instituições realizam avaliações com vistas às aprendizagens futuras das crianças no Ensino Fundamental, às vezes relacionadas mais especificamente ao ensino-aprendizagem da linguagem escrita e da matemática. Também acontece de a avaliação mascarar formas de seleção das crianças, seja nas transições internas da Educação Infantil, seja na passagem de um grupamento para outro, seja na transição para o Ensino Fundamental.

Forma do processo de avaliação e o seu registro

Del 07/99 – CEE – PR art. 3º, § 3.º - *É vedada a avaliação em que os alunos*



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



são submetidos a uma só oportunidade de aferição.

Em concordância com nossas concepções já descritas anteriormente, a avaliação tem a função de diagnosticar o nível de apropriação dos conhecimentos pelos alunos, dar-se-á como uma prática pedagógica intrínseca ao processo de ensino-aprendizagem, será contínua, cumulativa e processual devendo refletir o desenvolvimento global do aluno e considerar as características individuais deste no conjunto dos componentes curriculares cursados, com predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A avaliação é realizada em função dos conteúdos, utilizando métodos e instrumentos diversificados, devendo ser coerente com os pressupostos das diversas disciplinas. Os instrumentos de avaliação deverão estar adequados a metodologia de ensino do professor, descrita na Proposta Pedagógica Curricular e no Plano de Trabalho Docente, e conhecidos pelos alunos, o que favorece sua corresponsabilidade no processo de aprendizagem.

Estabelecemos ainda, uma porcentagem da nota para trabalhos e outra para avaliações propriamente ditas, o qual caracteriza o Sistema de Avaliação definido pelo coletivo da escola e regimentado. Quanto ao resultado do processo avaliativo, servirá de reflexão sobre a ação pedagógica, de forma que a escola possa se reorganizar, ou seja, os critérios de avaliação poderão ser adequados às necessidades educativas apresentadas no decorrer do processo.

Relato das ações escolares durante a Pandemia no ano letivo de 2020 a 2021

Ao longo do mês de março foi mantido o isolamento social, respeitando o primeiro decreto municipal. Na ocasião houve pouca movimentação na escola. Ainda assim, no mês de abril estivemos reunidos alguns dias nas dependências da escola para distribuição das cestas com produtos alimentícios às famílias carentes e com cadastro no programa bolsa família e passamos a trabalhar em home office na elaboração de documentos.

Outra ação tomada em conjunto e com o apoio das professoras Eliane e Franciele foi a criação dos grupos de WhatsApp corporativos onde foram



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/n° – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



disponibilizados links por meio da página do Facebook.

Foi elaborado um aviso padrão que todas as professoras utilizassem um cronograma, constando as páginas e os livros a serem utilizados a cada quinzena; assim as mães que não tinham acesso à internet, podiam contar com um referencial de atividades.

Em meados de julho e agosto foram contatados todos os alunos da escola através dos números telefônicos que constavam nas fichas de matrículas e rematrículas na secretaria do ano letivo de 2020, porém vale ressaltar que nem todos os pais compareceram para apanhar os materiais, mediante esta situação foi novamente comunicado na página da escola no Facebook, nos grupos de WhatsApp e envios de mensagens em todos os telefones dos responsáveis que não apareceram para buscar as atividades ofertando datas alternativas com horários flexíveis. A escola abriu todos os dias da semana, com atendimento alternado pela equipe pedagógica para os pais na entrega das atividades remotas e cestas básicas e da agricultura familiar.

Foi solicitada pela SEMEDI em reunião online com a Equipe Gestora que fosse realizada pela escola uma busca ativa por alunos que por algum motivo ainda não estavam participando das aulas ou acompanhando os conteúdos propostos, a fim de encaminhar para o Conselho Tutelar os casos de alunos não encontrados após terem-se esgotado todas as tentativas de localização.

Em setembro foram entregues os materiais aos pais e realizados atendimentos diversos tanto às professoras como às várias famílias.

Em novembro recebemos as cestas básicas e produtos da agricultura familiar.

5.1. AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA

A avaliação ainda apresenta um caráter classificatório, sobre o aproveitamento do aluno em relação aos objetivos de estudo, dessa forma trata-se da concepção pedagógica tradicional de avaliação. Nessa perspectiva tradicional, de cunho classificatório, mediante a aferição de seus rendimentos, que são



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/n° – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



quantificados em relação a um padrão preestabelecido de desempenho acadêmico e comportamental, bastando ao professor utilizar didáticas e metodologias fixas e padronizadas – o sucesso ou fracasso da relação pedagógica dependerá, no caso em questão, da capacidade e do mérito de cada aluno.

As escolas também precisam fazer uma avaliação interna. A junção de todos os resultados encontrados é que garantirá um bom aprendizado para os alunos e um avanço na qualidade do ensino de uma instituição.

As avaliações internas podem ocorrer em todo começo de ano quando a coordenação, o corpo docente e a direção se reúnem para discutir sobre práticas, projetos e resultados pedagógicos obtidos no último ano.

Este é um momento para que se decida o que será mudado e o que será mantido. Mas este não deve ser o único momento de avaliação e reflexão. Ao final de cada bimestre, a coordenação e os professores precisam separar um momento para discutir sobre o desenvolvimento da turma e de cada aluno, em particular. Tal procedimento não serve somente para comparar se a nota dos alunos melhorou ou piorou. Serve para fazer a avaliação da aprendizagem dos alunos como um todo e em cada área de estudo. Dessa forma, é muito importante o registro com as atividades e produções dos estudantes, que demonstrem de forma clara o avanço ou não de cada um e em cada conteúdo.

É preciso ter o cuidado de não comparar um aluno com outro, pois cada um é um ser único e especial. Além disso, as condições físicas e estruturais oferecidas pela escola também fazem parte desta avaliação. A ideia de avaliar o professor surge no momento em que sabemos que ele é o elemento mais importante durante a aprendizagem do aluno, para que este obtenha sucesso. Um bom profissional influencia e muito nesse processo.

Entretanto, não se pode vincular o sucesso ou o fracasso dos estudantes apenas à qualidade do docente. Isso porque precisamos considerar que existem outros elementos que também influenciam de forma significativa na evolução do aluno. Por isso, fazer a avaliação pedagógica dos professores é tão importante. Assim como fazer a avaliação da aprendizagem dos alunos. A avaliação é um instrumento para se obter dados a respeito do processo de aprendi-



zagem de cada criança, de modo que se possa (re)orientar a prática pedagógica, propondo situações que resultem em novas aprendizagens. Por esse motivo, a avaliação ocorre de forma sistemática e contínua ao longo de todo o processo de aprendizagem, e as situações de avaliação são contextualizadas para que se possa observar a evolução da criança. Num primeiro momento, a avaliação é diagnóstica e realizada pela observação diária e pela análise dos registros produzidos pelos alunos. O registro dessa avaliação é feito por meio de um relatório, para ser utilizado como ponto de partida para orientar todo o trabalho docente. A avaliação trimestral tem caráter formativo, uma vez que acompanha o processo de ensino-aprendizagem, identificando êxitos e dificuldades. Essa avaliação é realizada utilizando diferentes instrumentos, em datas agendadas no calendário escolar e de modo processual, no decorrer de cada bimestre. Os resultados desse processo avaliativo serão demonstrados por meio de notas, expressas em números inteiros de zero a dez, apresentadas em boletim escolar.

5.2 PROPOSTA DE RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS

A recuperação de estudos dar-se-á de forma permanente e concomitante ao processo de ensino-aprendizagem referente a cada avaliação realizada no período, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos. Isto permite que todos os alunos tenham oportunidades de apropriar-se do conhecimento acumulado por meio de metodologias diversificadas e participativas. O processo de recuperação deverá acontecer com a retomada do conteúdo a partir do diagnóstico oferecido pelos instrumentos de avaliação e em seguida pela reavaliação do conteúdo já retomado em sala de aula. Visto que avaliação e recuperação constituem-se parte integrante do processo de transmissão e assimilação do conhecimento e, que tem como princípios básicos a análise de aspectos qualitativos, o respeito à diversidade de características, de ritmos de aprendizagem dos alunos, há necessidade de assegurar condições e práticas que favoreçam a implementação de atividades de recuperação, por meio de



ações significativas e diversificadas que atendam a pluralidade das demandas existentes na escola.

Para os alunos que apresentarem baixo rendimento escolar, os professores proporcionarão atividades de recuperação de estudos, de forma paralela, imediatamente após a apuração dos dados. Dessa forma, os alunos serão submetidos a momentos de reavaliação, com revisão dos conteúdos a fim de que melhorem seu desempenho escolar durante os bimestres letivos.

Os alunos com necessidades especiais, comprovadas através de laudo médico, podem frequentar a classe de recursos AEE, com atendimento especializado e atividades avaliativas diferenciadas.

- As modalidades da recuperação adotadas pela Rede Municipal de Paranaguá serão periódicas e imediatas:
- **Periódica:** Realizada por meio de avaliação de recuperação ao término do bimestre;
- **Imediata:** Realizadas em sala de aula, sob a responsabilidade do próprio professor, assim que detectadas as dificuldades do aluno.
- No final de cada bimestre todos os alunos terão o direito de realizar a recuperação periódica de estudos.
- No caso do aluno, por motivo de saúde (com atestado médico) ou de falecimento na família, não realizar as avaliações ou recuperações, o responsável por ele deverá requerer à Instituição de Ensino o direito de realizar essas avaliações.

5.3 ACELERAÇÃO DE ESTUDOS

A reclassificação dos alunos que se enquadram nas normas vigentes será executada de acordo com o Regimento Escolar e com a Instrução nº 20/2008 – SUED/SEED. Reclassificação é o processo pelo qual a escola avalia o grau de desenvolvimento e experiência do aluno matriculado, levando em conta as normas curriculares gerais, a fim de encaminhá-lo ao período de estudos compatível com sua experiência e desempenho, independentemente do que registre o seu histórico escolar. As ações do Programa de Aceleração



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



de Estudos consistem na reorganização da Proposta Pedagógica e do trabalho docente tendo em vista a organização de turmas específicas de alunos em situação de distorção idade/ ano, respeitando as séries de matrícula desses estudantes.

A adaptação de estudos de disciplinas é atividade didática – pedagógica desenvolvida pelo aluno oriundo de outro estabelecimento de ensino, com modelo curricular diferente. Após análise da documentação feita pela secretaria da escola, os documentos são encaminhados para a equipe pedagógica que confirmará a necessidade ou não das adaptações. A realização dessas atividades é importante para que o aluno possa seguir a série/ano em que está matriculado, sem prejuízos na aprendizagem e também para que possa obter a conclusão ao final do ensino fundamental.

5.4. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96, aborda em diferentes artigos a necessidade de a escola manter padrão de qualidade na oferta do processo de ensino e de aprendizagem. Por exemplo, o artigo 3º quando declara os princípios da educação, no inciso IX, registra garantia de padrão de qualidade. No artigo 4º, ao referir-se ao dever do estado com a educação, expressa a garantia de padrão de qualidade, no inciso IX, “padrões mínimos de qualidade de ensino definidos como variedade e quantidade mínimas por aluno de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem”.

Na referida lei fica evidente a necessidade da garantia de uma educação ofertada com qualidade aos alunos. Nesse sentido a escola para garantir o prescrito na lei e sua função social deve acompanhar a aprendizagem do aluno, por meio do processo de avaliação da aprendizagem e ainda, avaliar o desenvolvimento de seu processo administrativo e pedagógico. O trabalho da escola consiste em garantir padrão de qualidade da aprendizagem por meio dos serviços prestados. Assim, deve avaliar o processo e promover intervenções por meio de metas e ações.



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/n° – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



Com isso a escola tendo como referência seus objetivos prescritos no Projeto Pedagógico, tem dois processos para avaliar seu trabalho, quais sejam, a avaliação da aprendizagem aplicada aos alunos e a avaliação da organização administrativa, financeira e pedagógica escola, denominada avaliação institucional. A partir das avaliações a escola estabelece metas e ações no seu Plano de Desenvolvimento Escolar. A avaliação institucional tem sua legitimidade quando a escola estabelece a relação entre a sua política educacional, o Projeto Pedagógico, sua organização, suas ações definidas no Plano de Desenvolvimento da Escola e a prática do dia a dia da instituição. A escola tem sua autonomia administrativa garantida na forma da LDB/96 e com isso deve articular mecanismos para garantir tomadas de decisões fundamentadas. Nesse contexto há necessidade da promoção da participação de todos os segmentos da escola na discussão e definição dos processos que assegurem o padrão de qualidade almejado por ela. Atualmente a política de avaliação externa do Ministério da Educação, gerenciada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), aplica os instrumentos de avaliação do rendimento dos alunos nas escolas, como a Prova Brasil, que geram o Índice de Desenvolvimento da Escola (IDEB), esta avaliação é conhecida como sendo de larga escala.

Este Índice serve como parâmetro para a escola verificar o rendimento escolar dos alunos, além de que a escola deve ter também sua própria forma de mensuração e acompanhamento da aprendizagem do aluno.

Porém ainda falta a avaliação que lhe proporcionará a visão do funcionamento de todos os aspectos da escola e de suas relações; aspecto importante para garantir a democracia na escola e assegurar a participação. A avaliação institucional proporciona esta visão. A avaliação institucional é uma das formas da gestão conhecer o que pensam os diferentes segmentos, seus anseios, fragilidades e pontos fortes. Com as análises que os resultados da aplicação da avaliação institucional permitem, o gestor tem condições de promover e estimular a melhoria do desempenho de toda a equipe escolar, estabelecendo a sintonia do trabalho e entre as pessoas. Com esse processo a escola estabelece



condições necessárias para a superação dos problemas e conflitos internos, em prol da melhoria do processo educativo.

Com os resultados da avaliação institucional, o gestor viabiliza o acompanhamento das ações previstas no PDE, estabelecendo a coerência entre essas e sua política educacional constante no Projeto Pedagógico.

Heloisa Lück (2009) propõe uma série de competências para a efetivação do acompanhamento, que denomina de monitoramento de processos educacionais e deve ser aliado à avaliação institucional. Destaca que os dois procedimentos são aspectos do mesmo processo, qual seja, qualificar o trabalho da escola.

Há várias maneiras para se organizar a aplicação de instrumentos que compõem o processo de avaliação institucional, alguns aspectos, porém, são de relevância comum a qualquer tipo de organização: a garantia de que todos os segmentos da escola sejam avaliados e se auto avaliem, bem como o gestor escolar; a cientificidade do processo seguindo etapas como a coleta de dados, de maneira fidedigna, sigilosa, preservando o autor das informações; a divulgação e utilização dos resultados da avaliação.

- Conselho de classe

Com a finalidade de diagnosticar problemas e apontar soluções em relação aos alunos e turmas, o conselho de classe é realizado a fim de apontar ações e mudanças nos encaminhamentos pedagógicos para superar dificuldades existentes, ações estas que envolvem tanto professores quanto equipe pedagógica, pais e o próprio aluno.

É organizado primeiramente um “Pré-Conselho” apontando as principais dificuldades da turma e dos alunos individualmente. Cada professor faz uma relação dos alunos e suas respectivas dificuldades (de aprendizagem e disciplinar), relação esta que depois de entregue para os pedagogos, estes tomam as providências cabíveis, convocando professores, alunos e pais.

Na sequência é marcado o Conselho de Classe, onde a direção, equipe pedagógica e professores se reúnem para verificar os problemas que ainda permanecem mesmo depois da intervenção do pré-conselho. Neste momento, são



tomadas novas medidas pedagógicas (convocação dos pais, encaminhamento do aluno para sala apoio, atendimento profissional especializado, acionar o Conselho Tutelar e Ministério Público quando necessário) para solucionar problemas ainda existentes.

Tomada as medidas cabíveis, acontece um Pós-Conselho, mas ainda não há um momento específico destinado a verificação dos avanços e dificuldades, ou seja, o que deu certo e o que ainda precisa ser feito, na prática o que ocorre é uma conversa informal sobre o assunto entre professores e equipe pedagógica, na verdade, o Pós-Conselho acaba acontecendo no Conselho do próximo bimestre. É de conhecimento de toda a importância desses três momentos (Pré-conselho, Conselho e Pós-Conselho) na escola, principalmente se realizado de forma coletiva.

- Hora-atividade

A hora atividade foi organizada de maneira que os professores possam encontrar-se um dia na semana, por turma, para estudos, correção de atividades, planejando aula, trocas de experiências. A distribuição hora atividade dos professores é de forma concentrada facilitando a disponibilidade de professores para a participação em eventos de formação específicos para sua turma, que serão ofertados pela Secretaria da Educação ao longo do ano.

5.5 AVALIAÇÃO DOS PROFISIONAIS

A Avaliação de Desempenho dos Profissionais segue os padrões de organização da Lei Complementar nº 113, de 22 de dezembro de 2009.

Art. 40 - O instrumento de avaliação de desempenho, considerada para fins de progressão vertical, considerará, dentre outros fatores que forem previstos na regulamentação específica:

- I - iniciativa;
- II - eficiência;
- III - dedicação;
- IV - colaboração/cooperação;
- V - produtividade;



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



- VI - qualidade de serviço
- VII - desenvolvimento profissional;
- VIII - disciplina;
- IX - relacionamento humano;
- X - responsabilidade.

Esta avaliação para nossa Instituição busca servir de referência para que a gestão da escola possa avaliar o trabalho do docente e criar um alinhamento da prática pedagógico-administrativa.

5.6 PROPOSTA COM OBJETIVOS, METAS, AÇÕES, CRONOGRAMA, ESPAÇO, RESPONSABILIDADE E PARCERIAS

Análise permanentemente de dados, avaliação diagnóstica e de registro descritivo relacionado à assiduidade do educando; aprofundar o estudo dos indicadores pois possibilitam conhecer a real situação que se deseja modificar, além de estabelecer prioridades, escolher os benefícios, identificar os objetivos e traduzi-los em metas. A recuperação será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados.

A meta da Escola é superar as dificuldades encontradas com uma maneira do educando perceber seus avanços e dificuldade, favorecer o crescimento do aluno, preservando a qualidade necessária para sua formação escolares, sendo organizada de acordo com regras comuns a Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais.

PLANO DE AÇÃO DO DIRETOR ESCOLAR

"DEMOCRACIA, INTERAÇÃO E TRANSPARÊNCIA".

Com a finalidade de alcançar um ensino de qualidade, eficiente e igualitário a todos, este plano vem mostrar as metas e ações para ser realizadas no



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



Estabelecimento de Ensino Municipal Em Tempo Integral Dr. Aníbal Ribeiro Filho - Ensino Infantil e Ensino Fundamental, localizado na rua Tóquio s/nº, Bairro Parque Agari - Paranaguá/PR.

JUSTIFICATIVA

O planejamento é essencial para se atingir resultados satisfatórios na Instituição Escolar, dessa forma passarão por processos de mudanças, sendo que as mudanças não ocorrem de maneira simples, existe tempo, trabalho coletivo, empenho de todos os envolvidos no processo educacional.

Para que se realize é preciso também o trabalho efetivo da equipe gestora, docentes, funcionários, pais, alunos enfim da comunidade escolar.

OBJETIVO GERAL

Estabelecer uma gestão democrática e participativa, visando à participação de todos, garantir melhorias à escola.

ATRIBUIÇÕES DO GESTOR

O gestor desempenha múltiplas funções e atende às demandas diversas que dependem de sua ação. Garantir o cumprimento do calendário escolar;

Acompanhar o desempenho escolar do aluno, identificando as dificuldades e procurar medidas de intervenção para saná-las;

Supervisionar o Secretário Geral, Pedagogos, Docentes e funcionários para um bom andamento na escola e para uma educação de qualidade;

Definir, com a equipe gestora, docentes, funcionários, colegiados e pais o PPP Projeto Político Pedagógico da escola;

Assegurar ao aluno um ambiente saudável e adequado buscando a qualidade no processo de ensino aprendizagem;

Incentivar a utilização de recursos tecnológicos e materiais interativos para enriquecer a proposta pedagógica, utilizadas por alunos e docentes;

Acompanhar a frequência e o rendimento do aluno através de diálogos com docentes e equipe gestora da escola;



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/n° – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



Acompanhar reuniões de atividades complementares, avaliando resultados do ensino aprendido e quando necessário efetivar medidas de intervenção;

Organizar coletivamente as rotinas da escola e acompanhar com comprometimento;

Assegurar o cumprimento de sistema de avaliação estabelecido no Regimento Escolar;

Adequação da elevação da qualidade do ensino (Crescimento do IDEB);

Assegurar um ambiente escolar propício estabelecendo as condições favoráveis para educação inclusiva de forma que sejam eliminadas as diferenças, aonde a educação é igual para todos;

Acompanhar a execução de projetos de acordo com a realidade da escola;

Articular-se com a Secretaria de Educação, na busca de apoio técnico-pedagógico, socioeducativo e administrativo, procurando melhorias do Ensino e da aprendizagem;

Otimizar o uso dos recursos financeiros repassados à escola, destinados a aquisição de materiais para manutenção das instalações e equipamentos;

Coordenar a elaboração e implementação do Regimento Escolar;

Ter bom entendimento com os colegiados APMF, Associação de Pais Mestres e funcionários, Conselho Deliberativo e Fiscal, Conselho Escolar através de trabalho colaborativo zelando pelo cumprimento das ações através do Regimento Escolar, observando a legislação vigente e normas educacionais para que sejam cumpridas com responsabilidade.

Manter reuniões periódicas com a APMF, Conselho Deliberativo e Fiscal e Conselho Escolar;

Administrar os espaços físicos da escola para melhorias na qualidade do ensino como uso da biblioteca, videoteca, salas de aula, laboratório de informática entre outros;

Gerenciar o funcionamento da escola, zelando pelo cumprimento da legislação e normas educacionais;



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



Manter as informações atualizadas e regulares entre direção e comunidade escolar;

Estimular a participação dos pais na educação e na aprendizagem, envolvendo-os no acompanhamento do desempenho seus filhos e dessa forma fortalecendo o relacionamento dos pais com a escola;

Promover o envolvimento dos pais na gestão da escola em atividades educacionais e sociais;

Supervisionar o fornecimento da alimentação para os alunos.

Plano de Ação do Pedagogo Coordenador Escola

O coordenador em sua atuação na escola é de agente transformador e agente formador de pessoas capacitadas, comprometidas, críticas e capazes de atuar em sua função dentro da instituição escolar com segurança e apoio para melhorar o andamento da sua prática educacional.

Na instituição escolar se faz necessário a presença do Pedagogo como coordenador para dar atendimento e assessoria aos professores e também aos alunos, para atuar na organização dos espaços e tempos pedagógicos na escola.

JUSTIFICATIVA

A Coordenação Pedagógica dentro do contexto escolar é de fundamental importância, pois se sabe que quando o coordenador pedagógico é atuante, torna-se possível o bom andamento da instituição, obtém-se positivamente a motivação e participação do corpo docente, a ética profissional, o acolhimento e atendimento de qualidade aos alunos, conquistando sucesso na educação e confiança no trabalho desenvolvido.

O presente plano de ação constitui o encaminhamento das ações pré-estabelecidas para serem desenvolvidas a médio e longo prazo neste estabelecimento de ensino. As ações estarão sendo desenvolvidas e, sempre que necessário, serão revisadas e rediscutidas devido a sua flexibilidade. Assim, busca-se o equilíbrio entre os meios e fins, entre os recursos e objetivos, visando o melhor funcionamento das atividades dentro do ambiente escolar.



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



Com ele, evita-se a improvisação, estabelece-se caminhos que possam nortear mais apropriadamente a execução da ação educativa, prever o acompanhamento e a avaliação da própria ação.

OBJETIVO GERAL

Garantir a execução de todas as ações previstas de conhecimento de suas capacidades afetivas, físicas e cognitivas para agir, garantindo seus direitos e apontando seus deveres. Assim, como desenvolver ações coletivas no sentido de superação dos problemas e sociais, garantindo uma educação de qualidade aos educandos.

Procurar fazer com que a ética profissional e a solidariedade sejam princípios orientadores da ação de todos os envolvidos na tarefa educativa propiciando ambiente favorável à mudanças.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Definir e aplicar as habilidades para o período de sondagem no início do ano letivo.

Realizar com a Direção e Equipe gestora eventos que proporciona a visita da família na escola;

Acompanhar o processo de ensino-aprendizagem atuando junto ao corpo docente, alunos e pais no sentido de analisar os resultados da aprendizagem com vistas a sua melhoria;

Promover temas relevantes identificados a partir da observação e análise da realidade escolar que efetivem a proposta pedagógica da escola através de reunião pedagógica;

Apoiar e subsidiar a elaboração e implementação de projetos desenvolvidos;

Analisar e refletir sobre o sistema de avaliação promovendo ações de melhoria no processo de ensino-aprendizagem;

Elaborar um conselho de classe que forneça dados e informações relevantes no processo ensino-aprendizagem, bem como colher dados e informações significativas que subsidiem o trabalho com o educando;



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/n° – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



Buscar junto com a direção da escola, cursos com profissionais específicos na área de formação humana, que venha favorecer o trabalho pedagógico e desenvolvimento integral de todos os alunos que frequentam a escola;

Cumprir o regimento escolar;

Cumprir os dias letivos estabelecidos no calendário escolar.

AÇÕES/ACOMPANHAMENTO DOS PROFESSORES

Acompanhar os professores na elaboração do Plano de Trabalho Docente na sua hora atividade semanal, proporcionando alternativas metodológicas a partir das reflexões coletivas;

Promover com a Direção e Equipe Pedagógica, encontros e reuniões com temas relevantes identificados a partir da observação e análise da realidade escolar que efetivem a proposta pedagógica da escola;

Analisar e refletir sobre o sistema de avaliação promovendo ações de melhoria no processo de ensino-aprendizagem;

Subsidiar o aprimoramento teórico-metodológico do corpo docente, promovendo trocas de experiências, debates e oficinas pedagógicas;

Elaborar com a Direção e a Equipe gestora um conselho de classe que forneça dados e informações relevantes no processo de ensino-aprendizagem, bem como colher dados e informações significativas que subsidiem o trabalho com o educando;

Orientar, coordenar e acompanhar a efetivação dos procedimentos referentes à avaliação processual e aos processos de classificação, reclassificação, aproveitamento de estudos, adaptação, conforme legislação em vigor;

Orientar e acompanhar o preenchimento correto do Livro Registro de Classe.

METODOLOGIA

Reuniões Pedagógicas previstas no calendário para estudos e reflexões com temas: planejamento trimestral, avaliações, metodologias, entre outros;

Conselho de Classe;

Acompanhamento da hora atividade;



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



Reunião de pais por bimestre enfocando a melhoria do rendimento escolar;
Observação sistemática de atitudes e comportamento dos alunos para as; intervenções necessárias
Exposição dos trabalhos, dos Projetos da Educação Infantil e Datas Comemorativas na escola;
Encontros periódicos com a professora de Sala de Apoio e Sala de Recursos para avaliação e consequentes melhorias das atividades;
Pôr em prática os projetos: Jogos que desenvolvam o raciocínio, Brincadeiras Folclóricas, Reciclagem, Meio Ambiente - Horta;

AVALIAÇÃO

Através da elaboração e acompanhamento do trabalho subsidiando ao professor materiais específicos, diagnosticando os resultados desenvolvidos, refletindo sobre as intervenções didáticas e outras possibilidades de como atuar no processo.

PLANO DE AÇÃO DO PEDAGOGO ORIENTADOR ESCOLAR

A Orientação educacional busca promover a adesão e o envolvimento das famílias na escola, trabalhando em harmonia com a direção e demais setores, dando apoio ao corpo docente, supervisionando e colaborando na elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico, objetivando sempre a qualidade e a melhoria da educação, priorizando em seu trabalho o aluno e seu desempenho escolar.

JUSTIFICATIVA

O presente plano constitui o encaminhamento das ações pré-estabelecidas para serem desenvolvidas no decorrer no ano letivo de 2022, salientando que as ações propostas, estarão sendo desenvolvidas e rediscutidas sempre que se fizer necessário.



OBJETIVO GERAL

Conhecer a clientela e identificar a demanda escolar a ser acompanhada e identificar a demanda escolar a ser acompanhada pelo Orientador educacional

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Conhecer o regimento escolar da instituição;

Colaborar na análise do aproveitamento escolar e evasão;

Participar do processo de elaboração e de execução da proposta pedagógica curricular;

Orientar a comunidade escolar sobre o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente;

Elaborar hipóteses diagnóstica da situação detectada, bem como discuti-las com os professores/as com coordenadores e a direção, considerando o contexto pedagógico da instituição educacional;

Promover palestras educativas.

6. CALENDÁRIOS

6.1 CALENDÁRIO ESCOLAR

CALENDÁRIO DE FESTAS E FESTIVIDADES

DATA / MÊS	HORÁRIO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	PARTICIPANTES
28/ Março	10h / 16h	Festividade Páscoa	Alunos, professores, funcionários, pais e responsáveis
13/ Maio	10h / 16h	Festividade dia das mães	Alunos, professores, funcionários, pais e responsáveis
27/Maio	10h / 16h	Passeata Meio Ambiente	Alunos e professores
24 /Junho	07h30 / 17h30	Festividade Junina	Alunos, professores e funcionários



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/n° – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



10/ Agosto	09h / 15h	Festividade Dia dos pais	Pais e responsáveis
06/ Setembro	08h / 14h	Momento Cívico	Alunos, professores e funcionários
11/ Outubro	08h / 14h	Gincana Cultural	Alunos e professores
20/Novembro	10h / 16h	Exposição Consciência Negra	Alunos, professores, funcionários, pais e responsáveis
11/Dezembro	19h	Formatura dos 5º anos	Alunos, professores, funcionários, pais e responsáveis
12 /Dezembro	10h / 16h	Cantata	Alunos, professores e funcionários
13 / Dezembro	10h/ 16h	Festa de Encerramento	Alunos, professores e funcionários

6.2 CALENDÁRIOS DA APMF E CONSELHO DELIBERATIVO FISCAL E CONSELHO ESCOLAR

DATA / MÊS	HORÁRIO	PARTICIPANTES
01/julho/2020	16h	Conselho Escolar, APMF, Pais, Responsáveis e Funcionários
22 / Março	16h	Conselho Escolar, APMF, Pais, Responsáveis e Funcionários
19 / Abril	16h	Conselho Escolar, APMF, Pais, Responsáveis e Funcionários
03 / Maio	16h	Conselho Escolar, APMF, Pais, Responsáveis e Funcionários
07/ Junho	16h	Conselho Escolar, APMF, Pais, Responsáveis e Funcionários
31 / Julho	16h	Conselho Escolar, APMF, Pais, Responsáveis e Funcionários
30 /Agosto	16h	Conselho Escolar, APMF, Pais, Responsáveis e Funcionários
20 / Setembro	16h	Conselho Escolar, APMF, Pais, Responsáveis e Funcionários
25 / Outubro	16h	Conselho Escolar, APMF, Pais, Responsáveis e Funcionários
22 / Novembro	16h	Conselho Escolar, APMF, Pais, Responsáveis e Funcionários
13 / Dezembro	16h	Conselho Escolar, APMF, Pais, Responsáveis e Funcionários



6.3 PRESTAÇÃO DE CONTAS

JANEIRO/2021

PDDE - Compra de material pedagógico e reparos no valor de R\$ 29.196,63
PDDE - Compra de material pedagógico no valor de R\$ 4.810,33
PDDE/FNDE - Reparos no valor de R\$ 2.763,00
PDDE - Compra de material pedagógico no valor de R\$ 912,70
PDDE - Serviços elétricos, hidráulicos e reparos no valor de R\$ 5.536,00
PDDE - Compra de material pedagógico no valor de R\$ 2.164,00
PDDE - Serviços elétricos, hidráulicos e reparos no valor de R\$ 1.650,00
PDDE - Serviços gerais no valor de R\$ 2.910,00
PDDE - Serviços elétricos, hidráulicos e reparos no valor de R\$ 5.536,00
PDDE/FNDE - Toldo para cobertura no valor de R\$ 3.450,00
PDDE - Compra de material pedagógico no valor de R\$ 2.000,00
APMF - Compra de material pedagógico no valor de R\$ 2.609,41
APMF - Compra de material pedagógico no valor de R\$ 2.092,52
APMF - Compra de material pedagógico e reparos de telhas no valor de R\$ 2.972,00
APMF - Compra de material pedagógico no valor de R\$ 912,70

6.4. REGIME DE FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE ACORDO COM O CALENDÁRIO.

De acordo com a Lei Nº. 9394/96, que estabelece a carga horária anual mínima de 800 horas distribuídas por no mínimo de 200 dias letivos.

Carga horária semanal de 20 horas para o aluno e 14 horas para o professor em sala de aula, sendo complementada com 6 horas de atividades.

O Recesso Escolar e as Férias deverão ocorrer respeitando o ano letivo de 200 dias, prevendo intervalo em julho e janeiro.

As matrículas para crianças de 04 e 05 anos, respeitando o limite de 20 a 23 alunos serão por turma.



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/nº – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



Quando houver demanda superior ao estabelecido acima, devem ser organizadas listas de espera e à medida que forem surgindo vagas, esses chamados.

As turmas serão organizadas por faixa etária, obedecendo aos critérios abaixo:

Etapa II – a partir de 03 anos e 08 meses a 04 anos de idade;

Etapa III – a partir de 04 anos e 08 meses a 05 anos de idade.

As salas devem ser apropriadas para atender crianças de 04 a 05 anos. O interior das salas e seus mobiliários devem ser revestidos com material lavável.

Os brinquedos devem ser apropriados à faixa etária e o uso de livros infantis com frequência, uso da TV e vídeo com filmes relacionados de acordo com o trabalho pedagógico; a sala de aula deve ser em tamanho adequada com mesas coletivas e cadeiras de acordo com o tamanho das crianças. Sala bem arejada de preferência com ar condicionado e ventiladores.

7. REFERÊNCIAS:

Secretaria Municipal de Educação de Paranaguá (SEMEDI)

Disponível em:

<https://www.paranagua.pr.gov.br/semi/downloads/0%20CADERNO%20ENS.%20FUNDAMENTAL.pdf>

<https://www.paranagua.pr.gov.br/semi/downloads/0%20CADERNO%20ENS.%20FUNDAMENTAL.pdf>

<https://www.paranagua.pr.gov.br/semi/downloads/0%20%20CADERNO%20EDUC.%20ESPECIAL.pdf>

<https://www.coipesu.com.br/upload/trabalhos/2017/21/a-avaliacao-na-educacao-infantil-o-olhar-docente-para-a-crianca-como-sujeito-social-cultural-e-historico.pdf>

<https://www.grupobalaovermelho.com.br/blog/escola-tradicional-e-escola-construtivista>

(BRASIL, MEC, 2010, p. 19).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no artigo 22

Art. 2 do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8069/90



Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010) Demerval Saviani Jamil Cury

FERREIRO, Emilia. Com Todas as Letras. São Paulo: Cortez, 1999. (LIBÂNEO 1994, p.251).

José Carlos Libâneo (Pedagogia Crítico-Social Conteúdos).

(Kerstenetzky, 2006). KERSTENETZKY, C. L., “Escola em Tempo Integral Já: Quando Quantidade é Qualidade”, Ciência Hoje, vol. 39, n. 231. Outubro de 2006.

Paulo Freire

(ROCHA, 1984, p. 9) ROCHA, Any Dutra Coelho do Conselho de Classe: burocratização ou participação. Rio de Janeiro: F. Alves, 1984.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. DELIBERAÇÃO ESTADUAL n. 09/01 – CEE – Matrícula, Classificação.

LDBEN nº 9394/96 - Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990. São Paulo: CBIA-SP, 1991.

<https://gestaoescolar.org.br/conteudo/67/projeto-institucional-monitoria-aluno-aluno>

ANEXOS:

1. Resultados educacionais referentes ao ano 2017: aprovação e evasão, analisando os resultados.

Ano E.F	Matrícula inicial	Afastados por abandono	Afastados por transferência	Matrícula Final	Aprovados	Reprovados	Taxa de Aprovação (%)	Taxa de Reprovação (%)	Taxa de Abandono (%)
1º ano	63	-	10	60	58	02	97%	3%	-
2º ano	101	-	15	104	101	03	97%	3%	-
3º ano	88	-	1	95	93	02	98%	2%	-
4º ano	58	-	4	65	61	04	94%	6%	-
5º ano	120	-	10	121	114	07	94%	6%	-



TOTAL	430	-	40	445	427	18	96%	4%	-
GERAL									

Fonte: Relatório Final.

Turmas críticas com baixo desempenho no Ensino Fundamental no ano de 2013

ANO	TURMAS	TURNO	TAXA DE REPROVAÇÃO
4º	A	Manhã	4%
5º	A	Manhã	4%

Análise da tabela:

- Falta de estrutura familiar;
- Não acompanhamento das atividades de casa pela família (falta de cobrança);
- Déficit de atenção;
- Insegurança e baixa autoestima;
- Problemas comportamentais, emocionais e indisciplina.

2. Dados das avaliações externas.

IDEB

Ideb Observado					Metas Projetadas							
2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
4.2	4.1	4.9	4.6	5.4	4.2	4.6	5.0	5.2	5.5	5.8	6.0	6.3



3. Prova Brasil

4. Provinha Brasil

5. ANA

6. Mutirão de Leitura

7. Prova Paraná

Ano	Matrícula Final (A)	Até 08 anos	Até 09 anos	Até 10 anos	Até 11 anos	Até 12 anos	+ de 13 anos	Total de alunos com idade superior à série respectiva (B)	Taxa de Distorção (B/A) x 100
1º	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2º	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3º	107	-	-	-	-	1	-	1	0,93%
4	89	-	-	-	-	2	1	3	3,37%
5º	66	-	-	-	-	-	3	3	4,54%
TOTAL	262	-	-	-	-	3	4	7	2,67%

7. Relação entre idade/série analisando os resultados

Fonte: SERE

8. Estatística dos alunos atendidos pela equipe pedagógica no ano anterior, com os principais motivos e encaminhamentos.

Ano	Nº atendimentos	Motivos	Encaminhamentos
1º	01	Exames para avaliação educacional	CMAE



Escola Municipal "Doutor Aníbal Ribeiro Filho"
Avenida Tóquio, s/n° – Parque Agari
escanibalribeiro@hotmail.com – (41) 3420-2991



1º	01	Encaminhamento de avaliação educacional	CMAE
1º	01	Infrequência	Conselho Tutelar
3º	01	Encaminhamento de avaliação educacional	CMAE
4º	01	Infrequência	Conselho Tutelar
5º	01	Encaminhamento de avaliação educacional	CMAE
5º	01	Infrequência	Conselho Tutelar
5º	01	Infrequência	Conselho Tutelar